



III - IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES



III – IGUALDADE DE DIREITOS E DE OPORTUNIDADES

1. Redução da Pobreza e das Desigualdades, Proteção Social e Segurança Alimentar e Nutricional

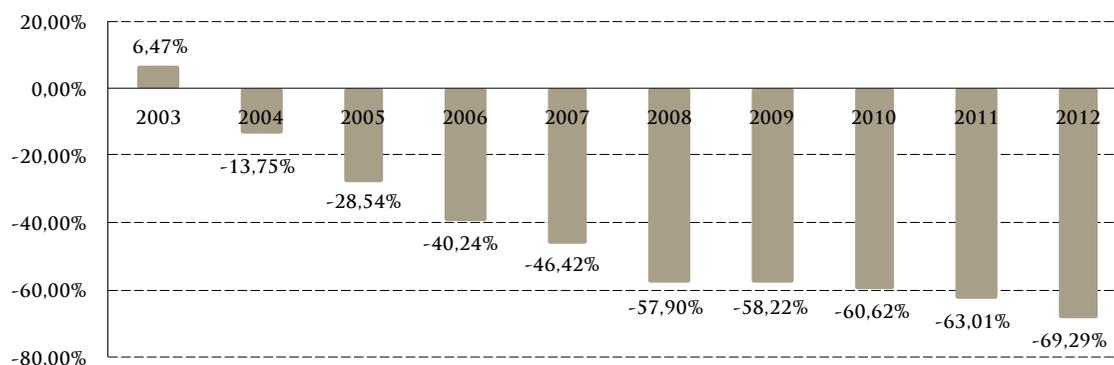
a) Redução da Pobreza e das Desigualdades

A realidade social brasileira vem se transformando significativamente nos últimos anos, a partir da formulação e da implementação de políticas públicas capazes de combinar estabilidade econômica e redução das desigualdades sociais, proporcionando proteção social e segurança alimentar e nutricional.

Ao observar o crescimento da renda *per capita*, que incorpora todas as fontes de renda, incluindo as transferências, nota-se que a população de renda mais baixa foi beneficiada de forma significativa na última década, o que contribuiu para diminuir a histórica desigualdade no País. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2013 revela que a renda total das famílias cresceu 8,9% acima da inflação. Esse incremento foi maior para os 10% mais pobres, cuja renda aumentou 14%.

A redução expressiva da pobreza extrema na última década é mostrada no gráfico a seguir, que ilustra sua variação, tendo por parâmetro a linha internacional de pobreza de US\$ 1,25 ao dia, convertido pela paridade do poder de compra (PPP) – métrica utilizada para a aferição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Variação Acumulada da Pobreza desde 2003 - US\$ 1,25 PPP



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM), criado em 2011, coordena ações intersetoriais para a superação da extrema pobreza em todo o território nacional. A concepção do BSM teve como ponto de partida a experiência exitosa do Programa Bolsa Família (PBF), que ao longo de uma década ajudou a consolidar a rede de proteção social brasileira e a constituir um registro confiável para atender as famílias mais pobres do País, o Cadastro Único para Programas Sociais.

Além de contribuir para a diminuição da pobreza e da desigualdade, o PBF incrementa o crescimento econômico. De acordo com um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cada R\$ 1,00 destinado ao Programa aumenta em R\$ 1,78 o Produto Interno Bruto (PIB) e em R\$ 2,40 o consumo final das famílias. Impacto com tal dimensão a partir de um investimento da ordem de R\$ 24 bilhões por ano, que representa apenas 0,46% do PIB brasileiro.





Em março de 2013, o BSM concluiu um ciclo de inovações no PBF que hoje permite a 22 milhões de brasileiros superar a extrema pobreza. O BSM está levando aos brasileiros mais pobres oportunidades de qualificação profissional por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria, acesso a microcrédito produtivo orientado do Programa Crescer, serviços de assistência técnica no campo, acesso à água e energia elétrica no meio rural, educação em tempo integral, ampliação e melhora do atendimento em creches com a Ação Brasil Carinhoso, atendimento de saúde nas localidades pobres e muito mais.

b) Plano Brasil Sem Miséria

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM) envolve um conjunto articulado de ações do poder público federal, estadual e municipal, do setor privado e da sociedade civil organizada. Seu público prioritário são os brasileiros que, quando o Plano foi lançado, em junho de 2011, ainda estavam em situação de extrema pobreza (ou seja, com renda mensal inferior a R\$ 70,00 – valor alinhado àquele usado pelas Nações Unidas na aferição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). Entre os principais resultados do BSM, em 2013, e perspectivas para 2014 destacam-se:

- Em março de 2013 ocorreu a terceira e última etapa da implementação de um novo benefício do PBF destinado a retirar da extrema pobreza as famílias que ainda se encontravam nessa situação;
- 204,5 mil famílias em situação de extrema pobreza foram localizadas pela busca ativa e incluídas no Cadastro Único e no PBF, totalizando 999 mil famílias desde o início do BSM. Estima-se que ainda seja necessário encontrar cerca de 500 mil famílias;
- 1.195 equipes volantes da assistência social foram criadas para ajudar na busca ativa desde o início do Plano e 30 lanchas da assistência social foram entregues a vários Municípios em 2013. Isso permite aos profissionais da assistência chegar a localidades distantes ou de difícil acesso;
- 220,5 mil nutrízes e 211 mil gestantes foram atendidas com benefício variável do PBF em dezembro de 2013, melhorando a renda e as condições de vida das famílias pobres com bebês;
- 578 mil matrículas foram feitas em 2013 nos cursos de capacitação profissional do Pronatec Brasil Sem Miséria, concebidos especialmente para dar à população mais pobre a oportunidade de se qualificar e melhorar sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sua renda e qualidade de vida. O total de matrículas desde o início o BSM chega a 842 mil. A meta é superar um milhão de pessoas qualificadas em 2014;
- Os brasileiros mais pobres que desejam trabalhar por conta própria são estimulados pelo BSM a se formalizar como Microempreendedores Individuais (MEI) e a ingressar no Programa de Assistência Técnica e Gerencial coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Dos 3,6 milhões de empreendedores já formalizados como MEI, 776 mil estão do Cadastro Único e 329 mil no PBF;
- Para apoiar a estruturação e expansão dos seus negócios, os trabalhadores autônomos de baixa renda podem ter acesso ao microcrédito produtivo orientado dos bancos públicos federais no Programa Crescer. Desde setembro de 2011, início do Programa, 3,3 milhões de operações com 1,4 milhão de pessoas do Cadastro Único foram realizadas. Desse total, 2,3 milhões de empréstimos foram concedidos a 976 mil beneficiários do PBF;
- Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) do BSM apoiam a estruturação da produção dos agricultores extremamente pobres registrados no Cadastro Único. Assim, as famílias podem ter bons alimentos para consumo próprio, melhorando sua situação nutricional, e gerar excedentes para comercializar, aumentando sua renda. Foram





contratados serviços de assistência técnica para atender 29,6 mil famílias de agricultores em 2013, levando o total de famílias cobertas desde o início do Plano para 259,8 mil. Dentre elas, 55,2 mil já receberam recursos de fomento;

- 481 mil cisternas foram entregues e 41,1 mil sistemas voltados à produção instalados no âmbito do Programa Água para Todos desde o começo do BSM. Só em 2013 foram 237,9 mil cisternas de consumo e 28,8 mil para tecnologias de produção. Em 2014, o número de famílias com cisternas de consumo deve chegar a 750 mil;
- O total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde, que alia conservação ambiental e combate à pobreza, criado especialmente para compor o BSM, chegou a 51,3 mil em 2013 e deverá ser ampliado até alcançar a 73 mil famílias em 2014;
- 3.434 Municípios identificaram 450,9 mil crianças do Bolsa Família em suas redes de creches em 2013, ampliando os recursos que recebem do Governo Federal para mantê-las, por meio da ação Brasil Carinhoso, criada pelo BSM. A ação envolve iniciativas nas áreas de transferência de renda, saúde e educação para as crianças de até seis anos; e
- Distribuição de 658 toneladas de sementes pelo PBM, sendo 459 toneladas de milho, 196 toneladas de feijão-caupi e três toneladas de hortaliças, dentro do plano de atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Além desses resultados, o BSM aperfeiçoou seu modelo de gestão e relacionamento com parceiros. Para consolidar e aprofundar a articulação federativa no BSM, foi lançada uma cartilha que explica aos gestores municipais como implementar e fortalecer as principais ações do Plano. Também foi criada ferramenta *on-line* com informações sobre a situação das principais ações do BSM em cada um dos Municípios, atualizadas bimestralmente. Isso facilita o trabalho dos governos municipais na elaboração de planos locais de superação da extrema pobreza. Em formato similar foi disponibilizada também uma ferramenta *on-line* destinada aos Estados.

c) Programa Bolsa Família

Em 2013, o Programa Bolsa Família (PBF) consolida-se como o maior programa de transferência de renda do mundo. Em dezembro de 2013, o Programa atendia 14,1 milhões de famílias, com um volume de recursos da ordem de R\$ 24 bilhões. O benefício médio mensal foi de R\$ 152,00 por família.

Uma das principais mudanças implementadas no PBF em 2013 foi a ampliação do público que recebia o benefício criado no âmbito da Ação Brasil Carinhoso para retirar da extrema pobreza as famílias do PBF que ainda se encontravam nessa situação. Batizado de Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP) e criado em maio de 2012, ele foi concedido às famílias extremamente pobres que possuíam em sua composição crianças de zero a seis anos de idade. A partir de novembro, ele foi ampliado, passando a ser pago às famílias com adolescentes de até 15 anos. Em março de 2013, o BSP passou a ser pago a todas as famílias participantes do Programa, independentemente da composição familiar. Atualmente, nenhuma das famílias beneficiárias está abaixo da linha da extrema pobreza. De acordo com dados de dezembro de 2013, das 14,1 milhões de famílias do Programa, 4,9 milhões recebiam o BSP, cujo valor é calculado de acordo com a renda *per capita* de cada família.

No aspecto econômico, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) / Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2011 demonstram que, entre as famílias com rendimento mensal *per capita* de até 25% do salário mínimo, ou seja, as que se encaixam no perfil do Bolsa Família, 62% da renda familiar era proveniente do trabalho, o que se contrapõe à ideia muito difundida entre parte da população de que o Bolsa Família contribuiria para desestimular as pessoas a trabalhar.





Como prova do reconhecimento internacional, o Bolsa Família foi o vencedor da primeira edição do *Prêmio por Desempenho Extraordinário em Seguridade Social*, oferecido pela Associação Internacional de Seguridade Social, que congrega 330 organizações filiadas em 157 países.

Na última década, graças ao Bolsa Família, 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza, sendo 22 milhões em função das mudanças implementadas com o Plano Brasil sem Miséria. Esse resultado não poderia ter sido alcançado sem o comprometimento dos Estados e dos Municípios no cadastramento das famílias e na administração local do Programa.

O Governo Federal reconhece a importância desse trabalho, destinando recursos a todos os entes federados com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que varia de acordo com a taxa de atualização dos cadastros, o cumprimento das condicionalidades e a prestação em dia das contas, entre outros fatores. Em 2013, até o mês de outubro, a União havia transferido R\$ 417,1 milhões com base no IGD aos Municípios e R\$ 20,2 milhões para os Estados.

Para 2014, a meta, como parte do Plano Brasil Sem Miséria, é localizar e incluir no Cadastro Único, no PBF e em outros programas cerca de 500 mil famílias que ainda se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, ainda não localizadas pela estratégia de busca ativa.

d) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O Sistema Único de Assistência Social (Suas) é uma conquista social e um importante componente da estratégia para combater a exclusão, a pobreza e as desigualdades, contribuindo para a promoção da cidadania às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social. O Sistema se organiza em dois níveis de proteção social (básica e especial) e atua por meio das unidades de referência na prestação de serviços – Centro de Referência da Assistência Social (Cras) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os serviços por elas ofertados, dentre os quais o de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), de Atenção Especializada às Famílias e Indivíduos (Paefi) e o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (Peti). A gestão das ações na área de assistência social é organizada de forma descentralizada e participativa. Além disso, o Índice de Gestão Descentralizada (IGD/Suas) funciona como mecanismo de incentivo ao aperfeiçoamento da gestão dos Municípios e Estados.

Dentre as ações implementadas em 2013, destacam-se: i) ampliação do Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) e do Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho (BPC Trabalho); e ii) reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, adolescentes e idosos. Em 2014 será implantado o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (Cneas), com informações relativas às ações socioassistenciais ofertadas pelas entidades privadas, aumentando a capacidade de monitoramento e avaliação da política de assistência social pelos entes federados.

Visando ao fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (Suas), o Programa Nacional de Capacitação dos trabalhadores do Suas (CapacitaSuas) tem como objetivo apoiar os Estados e o Distrito Federal na execução de seus planos estaduais de capacitação, na perspectiva de atender às agendas prioritárias pactuadas em âmbito nacional. Em 2012, foram transferidos recursos para a capacitação de 37 mil trabalhadores do Sistema, devendo ocorrer nova liberação de recursos no início de 2014, para a capacitação de mais 44 mil pessoas, entre gestores, trabalhadores e conselheiros da área. Para sua execução, foi instituída uma rede nacional formada por 101 Instituições de Ensino Superior presentes nas cinco regiões do País.





d.1) Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica (PSB) articula um conjunto de ações voltadas às famílias em situação de vulnerabilidade, visando prevenir situações de risco (abandono, negligência, violência, dentre outras), fortalecer vínculos familiares e comunitários e viabilizar o acesso à proteção socioassistencial e de outras políticas setoriais. Os principais serviços são o de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif) e de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SFCV).

Os Centros de Referência da Assistência Social (Cras) são as unidades públicas estatais responsáveis pela organização da proteção social básica, trabalhando no fortalecimento dos vínculos familiares por meio do acompanhamento familiar, respeitando a realidade em que a pessoa está inserida, e da prevenção de situações de risco.

O Sistema de Cadastro do Suas (CadSuas) registrou ao final de 2013 a existência de 7.939 Cras, em 5.447 Municípios e no Distrito Federal, responsáveis pela cobertura de 22,5 milhões de famílias. Em 2013, como parte do Plano Brasil Sem Miséria, os Municípios que não possuíam nenhum cofinanciamento federal para o Paif receberam a oferta para implantação desse serviço. O valor de referência transferido aos Municípios que possuem unidades Cras cofinanciadas foi elevado em aproximadamente 33,4%, contribuindo para o aprimoramento da qualidade dos serviços. Para a manutenção e expansão dessa rede, em 2013, foi destinado um montante de aproximadamente R\$ 588 milhões, estando previstos para 2014 recursos da ordem de R\$ 750 milhões.

Os Cras cujos territórios de abrangência possuem peculiaridades de extensão territorial, áreas rurais ou de difícil acesso, isolamento ou dispersão populacional podem contar com equipes volantes, visando ampliar sua capacidade de atendimento e o acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços socioassistenciais. Nesse sentido, em 2013, o cofinanciamento federal para os serviços realizados por equipes volantes alcançou 1.028 Municípios, responsáveis por 1.195 equipes, demandando recursos de R\$ 61 milhões. Para viabilizar o transporte hidroviário dessas equipes em áreas da Amazônia e do Pantanal, foi estruturada a doação de 123 lanchas de assistência social e o cofinanciamento a Municípios para manutenção. As primeiras 30 unidades foram entregues a Municípios do Estado do Pará (24) e do Amazonas (seis).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) organiza-se por faixas etárias, estando prevista a oferta de atividades intergeracionais com o objetivo de enfrentar situações de vulnerabilidade, contribuindo para a prevenção da institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, inclusive pessoas com deficiência.

O SCFV ocorre por meio do trabalho em grupos, podendo ser ofertado nos Cras, em outras unidades públicas, como os Centros de Convivência, ou em entidades de assistência social sem fins lucrativos, referenciadas ao Cras. Até o reordenamento do SCFV, em novembro de 2013, esse serviço possuía regras distintas de cálculo e repasse do cofinanciamento e grande parte dos Municípios não ofertava o serviço aos variados públicos. O reordenamento do SCFV visando à universalização da oferta e a equalização do cofinanciamento foi aceito em 5.036 Municípios. A meta para 2014 é atender 1,65 milhão de pessoas, com recursos da ordem de R\$ 900 milhões.

d.2) Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos já tenham sido violados ou ameaçados. A PSE visa contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos vitimados por violência física, psíquica, negligência, abandono, violência sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras situações. Suas ações são organizadas em dois níveis de complexidade, média ou alta, conforme as situações vivenciadas pelos indivíduos ou famílias.





A média complexidade oferta serviços de orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nesse sentido, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) ofertam serviços entre os quais de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi), de Abordagem Social e, mediante demanda, de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade).

Ao final de 2013, o Governo Federal cofinanciava a oferta dos serviços em 2.216 unidades Creas (municipais e regionais), que cobriam 2.303 Municípios de todas as unidades da Federação, com atendimento de aproximadamente 130 mil famílias e indivíduos. Além disso, aproximadamente 900 desses Municípios atendem cerca de 70 mil adolescentes e jovens (12 a 21 anos) que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto. Também merece destaque o cofinanciamento para implantação de 530 equipes de Abordagem Social em 262 Municípios (Programa *Crack, é possível vencer*) e a ampliação para 291 unidades Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centro POP), com a inclusão de Municípios de médio porte localizados em regiões metropolitanas. Ainda foram oferecidos serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos em 1.558 Municípios de todas as unidades federadas.

Com o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Viver sem Limite), foi iniciado o cofinanciamento do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas famílias, em todas as unidades da Federação, por meio das unidades Centro Dia, com o objetivo de ofertar, durante o dia cuidados pessoais a jovens e adultos com deficiência em situação de dependência como forma de suplementar o trabalho dos cuidadores familiares. Dessas unidades, seis estão em funcionamento e as demais já foram pactuadas e encontram-se em organização para início do atendimento. Para a proteção social de média complexidade, em 2013, foram destinados recursos de R\$ 390 milhões, prevendo-se para 2014 um aporte de R\$ 624 milhões.

Na alta complexidade, são ofertados serviços de acolhimento a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e comunitário de origem. Em 2013 ocorreu o reordenamento da oferta de serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens até 21 anos, compreendendo 35.460 vagas cofinanciadas pelo Governo Federal. Ainda, como estratégia para o reordenamento dos grandes abrigos, o Viver sem Limite passou a cofinanciar o serviço de acolhimento para jovens e adultos com deficiência em situação de dependência em 204 Residências Inclusivas. Além disso, o BSM ampliou a oferta do serviço de acolhimento para adultos e famílias em situação de rua, cobrindo 245 Municípios e o Distrito Federal, com capacidade para atender aproximadamente 23,1 mil pessoas.

Em 2013 foi regulado o Serviço de Proteção Social em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, que visa complementar as ações de defesa e proteção civil a indivíduos e famílias afetados por desastres, com o apoio à manutenção de abrigos emergenciais e às provisões necessárias para o atendimento dessas famílias.

Em 2013, para a manutenção e expansão desse conjunto de serviços de alta complexidade, foram investidos aproximadamente R\$ 99,2 milhões, prevendo-se para 2014 um aporte de R\$ 247,1 milhões.

d.3) Benefício de Prestação Continuada

Em 2013, a cobertura do Benefício de Prestação Continuada (BPC) alcançou 3,9 milhões de beneficiários, sendo 2,1 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhão de idosos, representando um investimento de R\$ 30,5 bilhões. Para 2014, estima-se que o BPC beneficiará aproximadamente 2,3 milhões de pessoas com deficiência e 1,9 milhão de idosos, com investimentos de R\$ 34,6 bilhões.





A expansão do quantitativo de beneficiários reflete mudanças demográficas, sociais e legais, bem como os esforços para superação de barreiras informacionais de acesso ao benefício, visando à efetiva universalização para todos aqueles que atendam aos critérios estabelecidos legalmente. Encontra-se em fase adiantada de estudos a definição de critérios complementares ao corte de renda familiar *per capita*, como indicativos de vulnerabilidade para aferição da necessidade de acesso ao benefício.

O BPC na Escola visa promover acesso e permanência às pessoas com deficiência, beneficiárias do Programa, preferencialmente de zero a 18 anos, nos estabelecimentos escolares, assim como o acompanhamento dessas crianças e jovens e de suas famílias, favorecendo seu desenvolvimento e a inclusão social. Até 2013, aderiram ao Programa mais de 3,7 mil Municípios, incluindo todas as capitais, contribuindo para a inclusão de mais de 394 mil beneficiários. O cruzamento de dados entre os cadastros do BPC com os da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev) e o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) aponta expressivo aumento dos beneficiários matriculados nas classes comuns do ensino regular – a proporção evoluiu de 29,53% (2007) para 70,16% (2012).

O BPC Trabalho visa promover o protagonismo e a participação social dos beneficiários com deficiência, prioritariamente na faixa etária de 16 a 45 anos, por meio da superação de barreiras, fortalecimento da autonomia, acesso à rede socioassistencial, à qualificação profissional e ao mundo do trabalho. Em 2013, o BPC Trabalho foi expandido para os 739 Municípios que aderiram ao Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho), que tem entre seu público prioritário os beneficiários do BPC. Entre janeiro e novembro de 2013, mais de 15 mil beneficiários foram visitados e 1,4 mil foram matriculados em cursos de qualificação profissional do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil sem Miséria.

d.4) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) compreende a transferência de renda, o trabalho social com as famílias e a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para as crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2012, o trabalho infantil atingia 4,1% das crianças e adolescentes da faixa etária atendida pelo Programa, representando redução significativa em relação ao índice de 8,52% verificado em 2001.

Em 2013 foi cofinanciado o montante de R\$ 193 milhões para garantir a capacidade de atendimento em 3.588 Municípios para os serviços do Peti. A partir de outubro, com a implementação do reordenamento do SCFV, as crianças e adolescentes em situação de trabalho passaram a acessar o Serviço de Convivência ofertado pelos 5.036 Municípios que aceitaram a oferta do cofinanciamento federal para o novo modelo.

Com o reordenamento, o Peti passa a contar com estratégias voltadas ao enfrentamento do trabalho infantil nos Municípios com maior incidência dessa situação. A perspectiva é aperfeiçoar o uso da informação, ampliar a capacidade de mobilização e de identificação de crianças e adolescentes, bem como o apoio e acompanhamento das ações nestas localidades. Em 2013, com o redesenho do Peti, 26 Estados e 288 Municípios em todas as unidades da Federação passarão a contar com recursos do financiamento federal para implementação de ações estratégicas. Para 2014, o Governo Federal disponibilizará recursos para essas ações a outros 512 Municípios, dentre os 1.913 com maior incidência de trabalho infantil no Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).





d.5) Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho

O Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho) funciona de forma integrada ao Pronatec – Brasil Sem Miséria, tendo como objetivo promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, por meio de ações articuladas e mobilização social. Com o Acessuas Trabalho, os usuários são encaminhados a oportunidades de preparação e inclusão no mundo do trabalho, incluindo cursos ofertados pelo Pronatec e intermediação de mão de obra. Criado em 2012, o Programa foi implantado inicialmente em 292 Municípios, sendo expandido em 2013 para 739 Municípios, resultando na ampliação de recursos da ordem de R\$ 64 milhões para R\$ 108 milhões no ano, prevendo-se para 2014 investimentos de R\$ 120 milhões.

e) Segurança Alimentar e Nutricional

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) já conta com a adesão de 25 Estados, fortalecendo seu papel de articulação e promovendo a participação social e a intersetorialidade. Avançou-se na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio do Termo de Adesão e da modalidade Compra Institucional, além de terem sido definidas medidas para o aprimoramento da gestão, do controle e da transparência do Programa.

A construção do Sisan apresentou, em 2013, novos avanços, destacando-se o processo de monitoramento do I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan), com vigência no período de 2012 a 2015, pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan). Em 2013 foi elaborado, ainda, balanço da execução das ações do Plano, com vistas a subsidiar a IV Conferência + 2 de Segurança Alimentar e Nutricional, que será realizada em março de 2014.

No ano de 2013, esforços foram envidados para garantir o fortalecimento e a mobilização dos Estados para o funcionamento dos componentes do Sisan (Câmaras Intersetoriais e Conselhos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional), além da mobilização dos Municípios, publicação de materiais e formação de gestores. Houve ampliação de uma para nove universidades que apoiarão a realização de capacitações em todos os Estados. Foram realizadas cinco oficinas com as Câmaras Intersetoriais Estaduais de SAN (Caisans), que recebem aporte financeiro para fortalecer o Sistema nos Estados, objetivando um diálogo intergovernamental no planejamento e execução de programas e ações integrantes da Política Nacional de SAN.

e.1) Acesso à Água

Em 2013, por meio da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, foi instituído o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água – Programa Cisternas, que trouxe importantes avanços institucionais com o objetivo de acelerar a execução das ações de acesso à água para consumo e para produção. O Programa Cisternas contribui para o esforço do Programa Água para Todos, criado em 2011, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, cujas metas são universalizar a água de consumo na área rural do semiárido brasileiro e implementar 76 mil tecnologias de acesso à água para produção na mesma região até 2014.

A ação de acesso à água para consumo humano na zona rural integra o Programa Cisternas e tem como objetivo garantir o acesso à água potável em quantidade e qualidade suficientes para a segurança alimentar e nutricional para populações rurais. As atividades desenvolvidas compreendem a seleção das famílias da zona rural sem acesso à rede pública de abastecimento, formação de mão de obra para a construção de cisternas e capacitação das famílias para a gestão da água e uso sustentável dos recursos naturais, bem como a construção das cisternas em domicílios, comunidades e escolas rurais.

Em 2013, foram entregues, pelo Programa Cisternas, 100.971 cisternas de placas, beneficiando famílias de baixa renda residentes na zona rural da região do semiárido brasileiro. Desde 2011, já foram implementadas mais de 266 mil cisternas.





Para 2014, estão previstos R\$ 303 milhões, suficientes para a contratação de cerca de 121 mil novas cisternas de placas e outras tecnologias apropriadas.

A ação de acesso à água para produção de alimentos, que também integra o Programa Cisternas, tem por objetivo a identificação e a implementação de tecnologias de captação e armazenamento de água, de baixo custo e de comprovada eficiência técnica, que visem ampliar as condições de acesso à água para o fomento e estruturação produtiva no meio rural.

No ano de 2013, foram entregues 18 mil tecnologias familiares e comunitárias, que beneficiaram mais de 20 mil famílias de baixa renda residentes na zona rural da região do semiárido brasileiro. Já são mais de 30 mil tecnologias de água para produção, implementadas desde 2011 no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria. Para 2014, estão previstos recursos da ordem de R\$ 340 milhões para apoiar a implementação de 34 mil tecnologias de água para produção. A definição de metas mais ambiciosas de implementação, em um contexto de institucionalização do Programa Cisternas, contribui para o esforço de enfrentamento dos efeitos da estiagem e para a promoção da convivência com o semiárido.

e.2) Fomento às Atividades Produtivas Rurais

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – fundamental na estratégia de inclusão produtiva rural do BSM – consiste na disponibilização de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) a agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais e no repasse de recursos financeiros não reembolsáveis a esses públicos.

No ano de 2013, o Programa passou a atender famílias em todo o território nacional. Os editais de chamadas públicas e os acordos de cooperação técnica, cuja publicação ou formalização ocorreram em 2012, tiveram sua execução iniciada preponderantemente em 2013, possibilitando que 259,8 mil agricultores familiares em extrema pobreza de todas as regiões do País tivessem assistência técnica e extensão rural. Entre janeiro de 2012 e dezembro de 2013, 54,5 mil famílias receberam recursos do Programa, ampliando sua capacidade produtiva e com reflexos diretos na segurança alimentar e nutricional de seus integrantes.

No ano de 2013 também foram promovidas alterações no marco legal do Programa de Fomento aproximando o desembolso dos recursos das necessidades de investimento e custeio das famílias beneficiárias, ao permitir, entre outros aspectos, a redução no intervalo para a transferência das parcelas. Além disso, as medidas ampliaram a atuação do Programa, com a criação da modalidade Fomento Semiárido, um dos componentes para responder ao desafio de recuperar a capacidade produtiva na região, muito afetada pelos impactos da estiagem prolongada.

Essa modalidade procura incentivar sistemas produtivos mais bem adaptados à convivência com o Semiárido e recuperar a capacidade produtiva de famílias de agricultores familiares em situação de pobreza que vivem nessa região. Para atingir esse objetivo, o valor máximo das transferências aumentou de R\$ 2,4 mil para R\$ 3 mil e o público beneficiado foi ampliado. A nova modalidade está sendo executada a partir de parcerias com os governos estaduais para a oferta da assistência técnica e extensão rural na região, considerando a meta de atender 30 mil famílias até 2014.

e.3) Programa de Aquisição de Alimentos

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem por finalidades o incentivo à agricultura familiar, promovendo a inclusão econômica e social, o consumo e o acesso a alimentos em quantidade e qualidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional; a promoção do abastecimento alimentar; o fortalecimento dos circuitos comerciais locais





e regionais; o estímulo ao cooperativismo e associativismo; a formação de estoques públicos; e a valorização da biodiversidade e da produção orgânica e agroecológica, com ênfase na sustentabilidade.

O Programa tem duas categorias de beneficiários: os fornecedores de alimentos (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais) – devendo ser garantida a participação de 40% de mulheres; e os consumidores de alimentos, que são as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além daquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e demais ações dessa natureza financiadas pelo poder público.

O PAA vem passando por aperfeiçoamentos que visam permitir o aumento do número de beneficiários, tanto de fornecedores quanto de consumidores, bem como a articulação com as demais ações do BSM. Vêm sendo celebrados termos de adesão com Estados, Municípios e Distrito Federal, com vistas à descentralização da implementação do Programa. Até dezembro de 2013, 23 Estados e 427 Municípios aderiram à nova forma de operação do PAA. A partir da adesão e do início da execução do Programa por meio desta inovação, o pagamento aos beneficiários fornecedores será realizado por meio de crédito em cartão bancário específico, emitido por instituição financeira oficial.

O MDS participou – até novembro de 2013 – de 16 capacitações e ações de divulgação do PAA, tendo sido capacitados 480 técnicos, concentrados nas regiões Norte e Nordeste, e com atuação junto a assentados e povos e comunidades tradicionais. Até setembro de 2013, 53.206 beneficiários fornecedores comercializaram mais de 147 mil toneladas de alimentos pelo PAA. Para o ano de 2014 o Programa tem recursos previstos da ordem de R\$ 1,2 bilhão.

Por fim, cabe destacar a modalidade compra institucional, introduzida pelo Decreto nº 7.775, de 04 de julho de 2012, com a finalidade de garantir que órgãos e entidades dos poderes públicos dos entes federados possam comprar alimentos da agricultura familiar, dispensando-se a licitação, para atendimento às demandas de abastecimento de hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas, entre outros. Em 2013, primeiro ano efetivo de sua implantação, cinco Estados/órgãos de governo executaram dez chamadas, por meio da qual foram adquiridos mais de R\$ 20 milhões em alimentos da agricultura familiar. Foram realizadas duas chamadas públicas para aquisição de alimentos, que serão utilizados na composição de cestas para atendimento de famílias beneficiárias da ação de distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos.

e.4) Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos

A distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos tem caráter emergencial e complementar de atendimento a segmentos populacionais que estão em situação continuada de insegurança alimentar e nutricional – acampados, pescadores, atingidos por barragens, comunidades de terreiros, indígenas e quilombolas. A ação também atende demandas emergenciais, oriundas das ações de defesa civil, de acordo com necessidades advindas de catástrofes ambientais.

No ano de 2013, foram lançadas duas chamadas públicas no âmbito da modalidade compra institucional para a composição das cestas com alimentos da agricultura familiar. Foram distribuídas, entre janeiro e novembro de 2013, cerca de 1,4 milhão de cestas de alimentos, contemplando 380.631 famílias. Para 2014, estão previstos recursos da ordem de R\$ 82 milhões.

e.5) Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional

A Rede de Equipamentos Públicos de Segurança Alimentar e Nutricional compreende os Restaurantes Populares (RP), as Cozinhas Comunitárias (CC), os Bancos de Alimentos (BA), as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da





Agricultura Familiar / Unidades de Apoio à Agricultura Familiar (Uadaf) e Unidades de Alimentação e Nutrição vinculadas a outras políticas públicas.

No ano de 2013, os investimentos foram direcionados para as Centrais de Recebimento e Distribuição de Produtos da Agricultura Familiar e para unidades de alimentação e nutrição nas creches. Para as primeiras, foi realizado um edital de seleção pública direcionado às regiões Norte e Nordeste. Os 12 projetos aprovados somam um total de R\$ 81,9 milhões e irão beneficiar, aproximadamente, 428 mil agricultores familiares daquelas regiões.

Em dezembro de 2012, o MDS firmou termo de cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para modernizar, com a entrega de *kits* de equipamentos, as cozinhas de mil creches em 63 Municípios do G100, grupo formado por cem cidades com mais de 80 mil habitantes, com os mais baixos níveis de receita pública *per capita* do País e alta vulnerabilidade socioeconômica de seus habitantes. Em 2013, essa cooperação foi ampliada para atender as creches que solicitaram os *kits* por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR) do Ministério da Educação (MEC) e que possuem mais de 50% dos alunos matriculados beneficiários do Programa Bolsa Família.

e.6) Educação Alimentar e Nutricional

As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são desenvolvidas de forma articulada e são compostas pelos seguintes objetivos estratégicos: normatização, mobilização, qualificação, incentivo ao desenvolvimento de ações locais e pesquisa e inovação.

Em 2013, pode-se destacar: a elaboração dos Cadernos de EAN para os serviços socioassistenciais; a condução da elaboração da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade; a elaboração do Manual de Qualificação da Demanda de Produtos da Agricultura Familiar e cursos a distância para entidades da rede socioassistencial, atendidas pelo Programa de Aquisição de Alimentos; e, ainda, o lançamento do edital de seleção de 2.025 profissionais que atuam no Programa Bolsa Família (PBF) para o curso a distância de Educação Alimentar e Nutricional no Contexto do PBF, em parceria com a Fiocruz, a realizar-se no 1º semestre de 2014.

O ano de 2014 tem como meta a formação continuada de profissionais de nutrição para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), a distribuição de material educativo sobre promoção da alimentação adequada e saudável e a compra institucional de alimentos provenientes da agricultura familiar para oferta de *kits* lanches e *kits* demonstrativos para os voluntários da Copa do Mundo FIFA 2014.

f) Avaliação e Gestão da Informação

Foi divulgado, em 2013, um conjunto de pesquisas que retratam a realidade socioeconômica da população vulnerável, bem como o seu acesso a bens e serviços públicos, destacando-se: i) a pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional de Comunidades Quilombolas Tituladas; ii) a pesquisa de Avaliação da Gestão das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família, que mapeou o fluxo das informações das condicionalidades, identificando desafios e fatores explicativos da qualidade da gestão da condicionalidade de saúde nos Municípios; e iii) a pesquisa de Avaliação das Ações de Desenvolvimento Social, que investigou, além do perfil socioeconômico da população, o acesso a serviços públicos, tendo como foco as ações de inclusão produtiva. Foi investigado, ainda, por meio de abordagem qualitativa, o perfil das famílias que não conseguiram cumprir as condicionalidades do Programa Bolsa Família.





Além dessas, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizou-se o mapeamento da capacidade de gestão dos Estados e Municípios nas ações de assistência social e segurança alimentar e nutricional, por meio da Pesquisa de Informações Básicas Municipais e Estaduais.

Os sistemas de monitoramento têm gerado informações nacionais consolidadas em boletins eletrônicos e publicações de relevância para os gestores nas três esferas de governo. No âmbito da assistência social, o Censo Suas tem permitido o acompanhamento sistemático da gestão desta política em todo o País. No início de 2013, a divulgação do Censo Suas 2011 trouxe resultados adicionais sobre os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua. Em dezembro de 2013, a publicação do Censo Suas 2012 inovou com informações sobre as Unidades de Acolhimento voltadas a pessoas vulneráveis e com laços sociais rompidos.

2. Juventude

Em 2013 foi aprovado e sancionado o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. O Estatuto aprofunda direitos já previstos na Constituição, como educação, trabalho, saúde e cultura para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando suas trajetórias e diversidade, ao mesmo tempo em que assegura novos direitos, como os direitos à participação social, ao território, à mobilidade, à comunicação, à livre orientação sexual e à sustentabilidade. O Estatuto também assegura dois benefícios diretos: a meia-entrada em eventos culturais e esportivos para jovens de baixa renda e estudantes, limitada a 40% do total de ingressos; e duas passagens gratuitas e duas com desconto de meia-passageira por veículo de transporte interestadual para jovens de baixa renda.

A temática da juventude se fortaleceu na agenda governamental, impulsionando a criação do Comitê Interministerial de Política de Juventude (Coijuv), por meio do Decreto nº 8.074, de 14 de agosto de 2013. A criação do Coijuv busca articular a atuação governamental das políticas públicas de juventude. Entre suas atribuições, está a de elaborar o Plano Nacional de Juventude e propor a regulamentação do Estatuto e do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve), instrumentos com previsão de implementação no ano de 2014.

Foi disponibilizado, em julho de 2013, em versão inicial, o Observatório Participativo da Juventude (Participatório), ambiente virtual interativo que pretende promover espaços e discussões com foco nos temas ligados às políticas de juventude. O Participatório funciona de forma integrada às redes sociais e *blogs*, de modo que os diálogos que ocorrem nesses outros espaços podem alimentá-lo e vice-versa. Participam todos os que queiram contribuir e integrar-se às discussões que poderão auxiliar no aperfeiçoamento ou a criação de políticas públicas, legislação, produção de conhecimentos e outras questões relevantes para a juventude brasileira. Por meio do Participatório foi realizada a consulta pública sobre o Sistema Nacional de Juventude. A plataforma conta com mais de dez mil usuários ativos e 505 comunidades de debate, números que crescem cotidianamente.

O Programa Estação Juventude tem o objetivo de apoiar os jovens de 15 a 29 anos em suas trajetórias de inclusão, autonomia e participação. O Programa é executado por meio de parceria com os governos estaduais e municipais, seja por meio de ações específicas, seja pela ampliação do acesso às políticas públicas no território. As ações se desenvolvem em equipamentos públicos de acesso livre e gratuito, em dois formatos: complementar – instalado em espaços públicos previamente existentes nos Municípios, como centros de juventude, de assistência social, centros culturais e esportivos; e itinerante – instalado em veículo adaptado para circular em diversos Municípios, em territórios rurais ou periferias urbanas.

As três primeiras unidades foram inauguradas em 2013 (nos Municípios de Sete Lagoas /MG, Maracanaú/CE e Vitória da Conquista/BA) e outras 19 estão planejadas para iniciar suas atividades no primeiro trimestre de 2014. Novo processo de





seleção de propostas para entes federados foi realizado em 2013, com o propósito de ampliar a implantação de equipamentos novos, tendo como resultado a inscrição de 824 projetos. Foram classificadas 150 propostas, que poderão resultar em novos convênios até o fim do ano de 2014.

Com o objetivo ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira, o Governo vem implementando o Plano Juventude Viva, permitindo atuação de forma coordenada em territórios com demandas urgentes, por meio de pactuação com o poder público e a sociedade civil local. Constitui-se em oportunidade de diálogo e articulação entre órgãos federais, Municípios, Estados e sociedade civil no enfrentamento da violência, em especial aquela exercida sobre jovens negros, e promover a inclusão social de jovens de territórios mais vulneráveis, priorizando Estados com os mais altos índices de homicídio. O Plano segue estratégia de implementação gradual e progressiva e tem como foco territorial 142 Municípios que concentraram, em 2010, 70% dos homicídios contra jovens.

Articulando ações de 11 ministérios, o plano foi lançado em Alagoas, Paraíba, Distrito Federal e no Município de São Paulo. Para 2014, estão previstos lançamentos nos Estados do Pará, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás. A expectativa é de que o Plano seja implantado nos 142 Municípios prioritários, somados à adesão voluntária – pela qual 127 Municípios, de 23 Estados, já assumiram o compromisso do enfrentamento à violência contra a juventude negra e pobre.

Um dos resultados do Juventude Viva foi a assinatura do Protocolo de Redução de Barreiras para o Acesso à Justiça à Juventude Negra em Situação de Violência, assinado entre Governo, Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Codenge), Defensorias Públicas e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Com o objetivo de promover a elevação da escolaridade articulada com qualificação profissional inicial e ações de participação cidadã, o Projovem Urbano atende jovens de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental. Na edição de 2013, conta com 77 mil jovens matriculados em 109 Municípios e 14 Estados, em parceria com as secretarias de educação. O atendimento a jovens mulheres das unidades prisionais estaduais é uma das prioridades, assim como a jovens negros, em situação de vulnerabilidade social, em 55% dos Municípios com os maiores índices de violência contra a juventude negra. Para 2014, estima-se o atendimento de 163 mil jovens, dos quais 40 mil são jovens do campo que serão atendidos pelo Projovem Campo – Saberes da Terra.

Para a qualificação e ingresso na atividade produtiva, o Projovem Trabalhador objetiva a inserção de jovens de 18 a 29 anos no mundo do trabalho por meio de ações de geração de emprego e renda que incluem a preparação para o mercado de trabalho, a captação de vagas, o apoio à elevação da escolaridade e a assistência às ocupações alternativas geradoras de renda. Em 2013 foram firmadas parcerias nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Piauí com objetivo de qualificar 1,7 mil jovens e inserir, no mínimo, 30% destes jovens no mundo do trabalho.

A aprendizagem profissional também constitui eixo fundamental da política de promoção do ingresso de adolescentes e jovens no mercado de trabalho, proporcionando aos maiores de 14 e menores de 24 anos, e às pessoas com deficiência sem limite de idade, a conexão entre a formação profissional e a formalização de contrato de trabalho de natureza especial – ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos. No ano de 2013 (janeiro a novembro) foram admitidos nessa modalidade de contratação um total de 323 mil aprendizes. Para 2014, está prevista a integração da aprendizagem profissional com o Pronatec, na modalidade Pronatec Aprendiz, que permitirá o financiamento da formação profissional por empregadores não contribuintes do Sistema S, incentivando a contratação de aprendizes por parte das pequenas empresas.

Aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas, o *Projeto Soldado Cidadão* oferece oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho, após deixarem o serviço militar. Em 2013, foram





qualificados 10.650 jovens durante a prestação do serviço militar, por meio de parcerias firmadas entre os Comandos Militares e entidades, como Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centros de Integração Empresa Escola (CIEE). Para o exercício de 2014, a meta prevista é formar cerca de dez mil jovens, por meio de convênios a serem firmados para a capacitação profissional em diversas áreas.

3. Educação

a) Educação Básica

Uma educação básica de qualidade contribui para a redução das desigualdades sociais e para dotar os indivíduos de competências para o exercício da cidadania. Para tanto, é fundamental que se considere os princípios da equidade e da valorização da diversidade, os direitos humanos, a gestão democrática do ensino público, a garantia de padrão de qualidade, a acessibilidade, a igualdade de condições para o acesso e a permanência do educando na escola.

O levantamento nacional de dados educacionais realizado pelo Censo Escolar 2012 apurou que em mais de 192 mil estabelecimentos de educação básica do País, estão matriculados mais de 50 milhões de alunos, sendo 83,5% em escolas públicas e 16,5% em escolas privadas. Considerando a multiplicidade que este universo representa é importante implementar políticas diferenciadas para cada etapa e modalidade da educação básica, dadas as especificidades das diferentes regiões e públicos.

Em relação à Política Nacional de Educação Infantil, o Ministério da Educação (MEC) apoia, no âmbito da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), a construção de creches e pré-escolas, utilizando projetos padronizados ou projetos próprios apresentados pelos Municípios. O Programa prevê também a aquisição de equipamentos e mobiliário para garantir o acesso de crianças à educação infantil pública em condições adequadas de funcionamento, além de assessoramento técnico com foco na formulação de propostas pedagógicas condizentes com a identidade educacional e sociocultural dos Municípios.

Está prevista a aprovação da construção de seis mil estabelecimentos até 2014, com investimento de R\$ 6,64 bilhões. Até 2012 foi aprovada a construção de 3.135 estabelecimentos de educação infantil, atendendo a mais de 1,6 mil Municípios com investimento superior a R\$ 3,5 bilhões. Em 2013, foi apoiada a construção de mais de 2.131 creches e pré-escolas em 1.018 Municípios e no Distrito Federal com investimento superior a R\$ 3 bilhões.

Ainda com relação à política de construção de creches e pré-escolas, o MEC repassa recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio à manutenção dos novos estabelecimentos públicos de educação infantil que tenham sido construídos com recursos do Governo Federal, que estejam em plena atividade e que ainda não são contemplados com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Foram repassados em 2013 mais de R\$ 36 milhões.

Outra importante estratégia relativa à educação infantil, no âmbito da ação Brasil Carinhoso pertencente ao Plano Brasil Sem Miséria, é o repasse de recurso suplementar para os Municípios que atendam crianças de zero a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o Poder Público. A partir de 2013, o valor de repasse sofreu aumento de 25% para 50% do menor valor do Fundeb definido nacionalmente. Em 2013, foram transferidos mais de R\$ 520 milhões para 3.299 Municípios. Ainda no âmbito do Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil.





Ressalta-se que o MEC também repassa recursos financeiros às prefeituras e ao Distrito Federal para apoio à manutenção de novas matrículas de educação infantil ainda não contempladas com o Fundeb, oferecidas em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o Poder Público. Foram liberados cerca de R\$ 10 milhões para manutenção de novas turmas.

Lançado em novembro de 2012, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa constitui um compromisso formal assumido pelos Governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e Municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Envolve um conjunto integrado de iniciativas, de materiais e de referências curriculares e pedagógicas que serão disponibilizados aos entes federados. O Pacto conta com a adesão dos 26 Estados e do Distrito Federal e 5.420 Municípios, para formação de 15.988 orientadores de estudos e 317.572 professores alfabetizadores. Em 2013 foi autorizada a concessão de mais de R\$ 666 milhões em bolsas.

Outra importante ação no âmbito do PAC 2 é a construção e cobertura de quadras esportivas escolares, que tem o objetivo de melhorar a estrutura física para realização de atividades pedagógicas, recreativas, culturais e esportivas em escolas públicas de ensino fundamental e médio. A proposta é atender a 10.116 escolas até 2014, sendo 6.116 para construção de quadras cobertas e quatro mil para cobertura de quadras já existentes. Até 2012 foi aprovada a construção de 4.681 quadras e coberturas. Em 2013 foram aprovadas a construção de 3.126 quadras no valor de R\$ 1,6 bilhão, aproximadamente, para 2.160 Municípios. Além disso, foi aprovada a cobertura de 1.376 quadras, no valor de cerca de R\$ 263,6 milhões, beneficiando mais de 1.203 Municípios.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) apoia ações de infraestrutura escolar com o objetivo de ampliar e qualificar a estrutura física de oferta em escolas da rede pública da educação básica. No exercício de 2013, na esfera municipal, foram aprovadas 1.497 construções de escolas, sendo 1.009 no campo, dez indígenas, 16 destinadas às áreas remanescentes de quilombo e 462 em áreas urbanas, beneficiando mais de 761 Municípios, com investimentos de aproximadamente R\$ 336 milhões, em acordo com a sistemática de transferência de recursos, fundada em repasse vinculado ao alcance de metas do cronograma de execução das obras. Foram também aprovadas ampliação e reforma de quatro escolas no campo e 34 escolas em área urbana atendendo a três Municípios, com o valor aproximado de transferência R\$ 8,5 milhões. No âmbito estadual foram 41 construções de escolas aprovadas, sendo quatro no campo e 37 urbanas. O investimento supera os R\$ 18 milhões, beneficiando 17 Estados com as ações de construção. Em relação à ampliação de escolas urbanas, foram atendidas 37 unidades de ensino, além de duas indígenas, com o valor de aproximadamente R\$ 9 milhões contemplando dois Estados. Já para a aquisição de mobiliário e equipamentos destinada às escolas municipais e estaduais, foi investido mais de R\$ 566 milhões, beneficiando cerca de 2.092 Municípios que estão com obra concluída ou em execução.

Visando à melhoria da estrutura física e pedagógica das escolas públicas de educação básica, bem como das escolas privadas de educação especial, mantidas por entidade privada sem fins lucrativos, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) destinou recursos financeiros, de forma suplementar, para serem empregados na aquisição de material permanente e de consumo, na realização de pequenos reparos e conservação e ainda no desenvolvimento de diversas atividades de educação para as unidades escolares.

Foram apoiadas pelo PDDE ações voltadas: i) à realização de atividades de educação integral; ii) à adequação e benfeitoria na infraestrutura física em escolas do campo; iii) à realização de adequações arquitetônicas para acesso e permanência de alunos de educação especial; iv) ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e esgotamento sanitário; v) ao desenvolvimento da prática esportiva e de valores olímpicos e paraolímpicos entre os jovens e adolescentes; vi) ao desenvolvimento da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares; e vii) ao apoio e desenvolvimento de propostas





curriculares inovadoras em escolas do ensino médio. Os investimentos no ano de 2013 foram de R\$ 2,6 bilhões, destinados a 133 mil escolas. Para 2014 está previsto o atendimento de 156 mil escolas.

O Programa Mais Educação (PME) contribui para a melhoria da aprendizagem por meio da ampliação dos tempos, espaços e oportunidades educativas de crianças, adolescentes e jovens matriculados em escola pública, mediante oferta de educação básica em tempo integral, considerando-se a jornada escolar diária de, no mínimo, sete horas. A meta para o ano de 2013 era de 45 mil escolas, tendo sido superada em 10% com a adesão de mais de 49 mil escolas. Destas, cerca de 32 mil são escolas atendidas no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, com mais de 50% de alunos oriundos de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, representando um aumento de 44,1% em relação ao ano anterior. Destaca-se a adesão de mais de 19 mil escolas do campo em 2013.

O Programa Atleta na Escola surge, em 2013, como uma política pública educacional voltada para incentivar a prática esportiva nas escolas da educação básica e identificar talentos entre jovens de 12 a 17 anos, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes, além de estimular a formação do atleta escolar, identificar e orientar jovens talentos. Na sua primeira edição, o Programa contou com a adesão de 22.928 escolas. Para a segunda edição a expectativa é a realização de competições na Etapa Escolar em 40 mil escolas, entre fevereiro e abril de 2014.

Programa Ensino Médio Inovador apoia os Estados na busca da universalização do atendimento do ensino médio, por meio da reestruturação do currículo escolar, com foco nas áreas de conhecimento (linguagens, matemática, ciências humanas e ciências da natureza). Em 2012, houve adesão de 25 Estados e foram atendidas 2.002 escolas, beneficiando 1,17 milhão de alunos matriculados, com repasse de R\$ 109,6 milhões. Para o ciclo 2013/2014 houve a adesão de 5.671 escolas, superando a meta de expansão prevista, beneficiando mais de 3,7 milhões de alunos, com repasse de R\$ 169,4 milhões.

O Programa Caminho da Escola objetiva renovar e padronizar a frota de veículos escolares, de forma a garantir a segurança e a qualidade do transporte dos estudantes e contribuir para a redução da evasão escolar. Existem três formas para Estados e Municípios participarem do Programa: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via assistência financeira no âmbito do PAR; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro e de embarcações novas. Em 2013, foram adquiridos 3.663 ônibus escolares com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo 2.920 ônibus rurais, 743 ônibus urbanos acessíveis, além de 244 embarcações escolares, com investimento de, aproximadamente, R\$ 782 milhões. Além disso, os entes federados adquiriram com recursos próprios 2.467 ônibus, sendo 2.340 rurais e 127 urbanos acessíveis. Para 2014, está prevista a aquisição de quatro mil ônibus escolares, 200 mil bicicletas e 700 embarcações.

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) tem por objetivo promover o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica residentes em área rural que utilizem transporte escolar, mediante a assistência financeira, em caráter suplementar, aos entes federados. O Programa consiste na transferência automática de recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, para custear despesas com manutenção do veículo ou da embarcação. Em 2013 foram atendidos 5.188 Municípios, com investimentos de R\$ 581,4 milhões. Para o exercício de 2014, a meta é alcançar a totalidade dos Municípios.

Em 2013, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) atendeu mais de 43 milhões de alunos com um investimento de, aproximadamente, R\$ 3,5 bilhões. Considerando o aumento de matrículas em escolas de período integral, houve a complementação financeira para esses alunos. O valor *per capita* do ensino fundamental passou de R\$ 0,30 para R\$ 1,00 e o valor *per capita* da pré-escola passou de R\$ 0,50 para R\$ 1,00. Para 2014, está previsto o atendimento a cerca de 44 milhões de alunos.





Como um dos grandes avanços do Pnae, destaca-se a aquisição, de no mínimo 30%, de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas, conforme a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Nessa perspectiva, em 2013, o Programa promoveu capacitações alcançando mais de 1,5 mil Municípios e 7,3 mil atores sociais, visando compreender as peculiaridades da alimentação escolar em cada localidade. Para o exercício de 2014, está prevista atuação do Programa no atendimento técnico especializado a 300 Municípios, cujas unidades escolares integram o Programa Mais Educação, por meio do projeto Educando com a Horta Escolar.

O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) tem como objetivo apoiar técnica e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de educação do campo, por meio de ações voltadas ao acesso e à permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica.

Em relação ao eixo infraestrutura física e tecnológica, em 2013, por meio do PDDE, o Pronacampo beneficiou 3.853 escolas do campo com recursos para adequação e benfeitoria da infraestrutura física e 851 escolas com recursos para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas. Além disso, foram disponibilizados 33.075 *laptops* educacionais para os estudantes, 3,4 mil laboratórios ProInfo e 15 mil computadores. Em 2014, a previsão é aprovar 1,5 mil projetos para a construção de escolas. Além disso, no eixo formação inicial e continuada de professores, em 2013, foram criados 47 cursos de licenciatura de educação do campo, com a oferta de quatro mil vagas/ano para formação inicial de professores.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) Campo considera as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações do campo. Em 2013 beneficiou mais de 2,1 milhões de estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental do campo. Foram adquiridos 4,5 milhões de livros, com o investimento de aproximadamente R\$ 38 milhões. Para utilização em 2014, já foram adquiridos 4,3 milhões de livros com o investimento de, aproximadamente, R\$ 38,1 milhões.

Em relação à formação inicial de professores, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), na modalidade presencial, induz e fomenta a oferta de turmas especiais em cursos de licenciatura para professores em exercício na rede pública de educação básica que não possuam grau em licenciatura na área, disciplina ou etapa em que exercem a docência. Em 2013, foram registradas 6.965 matrículas distribuídas em 215 turmas de 96 instituições formadoras, sediadas em 24 Estados. Até 2013 o Programa formou 2.189 professores e a previsão para 2014 é de incorporar 150 novas turmas.

Por meio da Rede Nacional de Formação Continuada de Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (Renaform), em 2013 foram disponibilizados recursos a Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de 82.631 vagas, por meio das quais foram abertas 185 novas edições de cursos presenciais, semipresenciais e a distância, nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização, abarcando as temáticas de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, Direitos de Crianças e Adolescentes, Educação para as Relações Étnico-Raciais, História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Educação Escolar Quilombola, História e Cultura dos Povos Indígenas, Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Especial e Educação Ambiental. Para 2014, há previsão de oferta de 59 mil novas vagas.

O Programa Observatório da Educação fomenta a produção de estudos e pesquisas e, simultaneamente, investe na formação de doutores e mestres em temáticas ligadas à educação e oferece bolsas para incluir nesses grupos de pesquisa, alunos de licenciatura e professores da rede pública de educação básica. Em 2013, foram apoiados 171 projetos que alcançam 105 Instituições de Ensino Superior e 310 programas de pós-graduação, com a concessão de 2.590 bolsas.





O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi instituído com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País e desenvolver a modalidade de educação a distância nas Instituições de Ensino Superior públicas do Brasil. Atualmente, o Sistema UAB é integrado por 104 Instituições de Ensino Superior (IES) e 668 polos de apoio presencial ativos, distribuídos em todas as unidades da Federação. Estão em andamento mais de 1,2 mil cursos, dos quais 370 de licenciatura e 700 de pós-graduação *lato e stricto sensu*, com destaque para os mestrados profissionais em Matemática em Rede Nacional (Profmat), em Ensino de Física (MNPEF) e Letras (Profletras). Mais de 35 mil professores da rede pública da educação básica já se formaram desde 2006 e 50 mil estão matriculados em cursos do Sistema UAB.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) manteve-se como uma importante política pública para a formação de professores. Foi lançado novo edital em 2013, com extensão do Programa a bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) e aperfeiçoamentos nos aspectos pedagógicos com a finalidade de promover a equidade e a excelência nas licenciaturas. Com o Edital 2012, o Pibid alcançou 49.321 bolsas, distribuídas em 195 IES. Por meio do Edital 2013, foram aprovadas 45.130 bolsas. A partir do Edital 2014, o Pibid deverá atingir o quantitativo de 100 mil bolsas.

O Governo Federal desenvolve ainda, em consonância com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, ações de formação de profissionais da educação básica e a produção de materiais didáticos e paradidáticos. Nesse sentido, em 2013, foram distribuídos materiais didáticos relativos ao tema para 45 mil escolas públicas: *Guia Escolar – Identificação de Sinais de Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; O Estatuto da Criança e do Adolescente nas Escolas – Perspectivas Interdisciplinares; Impactos da Violência na Escola – Um Diálogo com Professores*.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), executado em ciclos trienais alternados, tem como objetivo prover as escolas públicas de educação básica com livros didáticos, dicionários e obras de literatura complementares de apoio em sala de aula. Em 2013, foram adquiridos para distribuição 91,8 milhões de exemplares para estudantes do ensino fundamental, que envolveram um investimento de aproximadamente R\$ 751,7 milhões. Já para os alunos do ensino médio foram adquiridos 40,9 milhões de exemplares com um investimento no valor de R\$ 364,1 milhões. Adicionalmente, foram distribuídos versões acessíveis (áudio, *Braille e MecDaisy*) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD, a todos os alunos da educação pública inclusiva. Em 2014, serão implementados objetos educacionais digitais (jogos educativos, simuladores, infográficos animados) que serão enviados aos alunos e professores num DVD em complemento aos livros impressos. Para tanto, estão sendo adquiridos e distribuídos 137,9 milhões de livros, com o investimento de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão.

Buscando ampliar o alcance das políticas educacionais e proporcionar a democratização da informação, bem como ampliar o universo de referências culturais dos professores, foi adquirido, no âmbito do PNLD, os manuais dos professores em versão digital, com o investimento de R\$ 19,1 milhões, para disponibilização nos *tablets* educacionais que estão sendo adquiridos para todos os professores do ensino médio das escolas da rede pública nacional.

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) tem como objetivo prover as escolas de ensino público, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e da educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. São distribuídos às escolas acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. Em 2013, foram distribuídos 7,4 milhões de livros, com investimento em torno de R\$ 86,3 milhões; e 14,9 milhões de periódicos, com o investimento de R\$ 57 milhões. Para 2014, serão adquiridos, aproximadamente, 34,1 milhões de livros e 14,7 milhões de periódicos.





No que se refere à educação digital, o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) tem como objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica. O Programa é implementado em três frentes: distribuição de equipamentos, formação continuada de professores e produção e disponibilização de conteúdos digitais educacionais. Em 2013, foram adquiridos cinco mil laboratórios de informática para escolas públicas urbanas e entregues cinco mil laboratórios rurais, no âmbito do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo). Para o ano de 2014, está prevista a aquisição de mais 11.750 laboratórios de informática para escolas públicas urbanas. Ainda em 2013, foram instalados 90.962 computadores com lousas digitais a serem utilizados pelos professores do ensino básico de escolas públicas federais, estaduais e municipais. Está prevista a aquisição de 250 mil computadores em 2014.

O uso de *tablets* no ensino público é outra ação do ProInfo Integrado. Entre 2012 e 2013 foram adquiridos, com recursos do Governo Federal, 460 mil *tablets*, dos quais aproximadamente 400 mil já foram entregues aos Estados. Para 2014 está prevista a aquisição de 900 mil *tablets* para uso dos professores do ensino médio e fundamental de escolas públicas. Em relação à formação continuada de professores, até novembro foram formados 34.322 professores para o uso das tecnologias na educação.

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), implementado desde 2003, voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos, é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a Municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos. No âmbito do PBA, o ciclo 2012, com execução no ano de 2013, teve a adesão de 985 entes executores, sendo 25 Estados, o Distrito Federal e 959 Municípios, com vistas ao atendimento de, aproximadamente, 1,6 milhão de alfabetizandos, sendo 48% na zona urbana e 52% rural. Em 2013, o PBA beneficiou 1.224.722 alfabetizandos.

A fim de atender estudantes de alfabetização e educação de jovens e adultos em todas as etapas da educação básica, foi lançado, em 2009, o Plano Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD – EJA) para inscrição e seleção de livros didáticos. Os alunos de alfabetização do PBA e da modalidade de EJA do ensino fundamental foram beneficiados, neste exercício, com a produção e distribuição de 4,6 milhões de livros didáticos, com investimentos no valor de R\$ 52,4 milhões. Para 2014, haverá a ampliação do atendimento para os alunos de EJA do ensino médio.

Para implementação dos Planos Estaduais de Educação no Sistema Prisional foi prestada assistência técnica e financeira a 27 unidades federadas para ações de formação continuada de professores, gestores e agentes prisionais, para composição de acervos bibliográficos e para realização de oficinas de leitura nos estabelecimentos penais. Em 2014, para realização de oficinas de leitura, serão disponibilizados acervos bibliográficos para todas as escolas em regime prisional que demandarem por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR).

A meta do PBA para 2014 é aumentar em até 25% o atendimento de pessoas não alfabetizadas, ampliar em 10% o número de matrículas da população acima de 15 anos que não concluiu o ensino fundamental na EJA, ampliar em 50% o atendimento de pessoas em unidades prisionais e fornecer livros didáticos a 100% das pessoas matriculadas na EJA, conforme demanda dos Estados e Municípios.

Destaca-se ainda a implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva uma vez que todas as iniciativas governamentais devem considerar a eliminação de barreiras e inclusão da pessoa com deficiência. De acordo com o Censo Escolar, em 2012, o número de matrículas de estudantes público alvo da educação especial em classe regular alcançou 620.777 alunos, ou seja, 76% de incluídos, o que reflete a efetividade da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.





Em relação às salas de recursos multifuncionais, foram adquiridos equipamentos e recursos de tecnologia assistiva para a implantação de quatro mil novas salas e para a atualização de 15 mil salas existentes. No âmbito do PDDE Escola Acessível, foram atendidas 9.036 escolas com recursos financeiros para a promoção da acessibilidade arquitetônica. Até 2014, um total de 42 mil escolas públicas serão beneficiadas, abrangendo todos os Municípios do País.

O pareamento entre os dados do Censo Escolar 2012 e os apurados pelo Ministério da Previdência Social revela que 329.801 estudantes entre zero e 18 anos de idade e que recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC) estão matriculados, o que corresponde a 70% do total de beneficiários. Até 2014, estima-se o alcance de 378 mil matrículas de beneficiários do BPC, universalizando-se, assim, o acesso desta população em idade escolar obrigatória.

No que diz respeito às avaliações educacionais, cabe ressaltar a importância do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Sistema contribui para a melhoria da qualidade desse nível de ensino e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados. Cerca de 7,6 milhões de estudantes do ensino fundamental e médio de todas as unidades da Federação fizeram as provas do Saeb em 2013. Este Sistema é composto por três avaliações de larga escala: Avaliação Nacional de Alfabetização, Prova Brasil e Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb).

A Avaliação Nacional de Alfabetização é uma avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, alfabetização Matemática e condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. Ressalta-se que a avaliação compõe o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Em novembro de 2013 foram avaliados em torno de 2,6 milhões de estudantes do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas das zonas urbana e rural organizadas no regime de nove anos. Nessa etapa de ensino, os estudantes também são avaliados por meio da Provinha Brasil, avaliação diagnóstica do nível de alfabetização das crianças matriculadas no 2º ano de escolarização das escolas públicas e que ocorre em duas etapas: no início e no término do ano letivo. Essa metodologia de aplicação em períodos distintos possibilita aos professores e gestores educacionais a realização de um diagnóstico mais preciso para conhecimento do que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura dentro do período avaliado.

Já a Prova Brasil é uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do ensino fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos em turmas do 5º e do 9º anos (quarta e oitava séries) do ensino fundamental regular de escolas públicas das zonas urbana e rural, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. A avaliação, composta por exames de leitura e matemática, foi aplicada em novembro de 2013 a 4,78 milhões de estudantes, aproximadamente.

Por fim, o Saeb é composto pela Aneb que abrange, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do País, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do País como um todo, das regiões geográficas e das unidades da Federação. A Aneb, com provas de leitura e matemática, foi realizada, em novembro de 2013, por 246 mil estudantes do 5º e do 9º anos (4ª e 8ª séries) do ensino fundamental regular e do 3º ano do ensino médio das redes pública e particular.

Ainda em 2013, foi concluída a coleta de dados da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis), cujo foco principal é o ambiente de aprendizagem e as condições de trabalho que as escolas oferecem aos professores do ensino





fundamental regular de 6º a 9º ano ou 5ª a 8ª série. A Pesquisa permite que professores e diretores contribuam para a análise da educação e o desenvolvimento de políticas educacionais. Os resultados serão divulgados em 2014.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) representa a iniciativa de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas.

A partir dos resultados das avaliações do Saeb aplicadas em 2013 será calculado o Ideb referente a esse ano. Dados do Ideb de 2011 mostram que o País atingiu metas estabelecidas em todas as etapas da educação básica — nos anos iniciais e finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Nos anos iniciais, o Ideb nacional alcançou pontuação 5,0 em 2011, ultrapassando a meta de 4,6, e também a proposta para 2013, de 4,9. Nos anos finais do ensino fundamental, o Ideb nacional atingiu 4,1 em 2011 e ultrapassou a meta proposta para aquele ano, de 3,9. Com relação ao ensino médio, a meta de 3,7 foi atingida em 2011.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujo objetivo é avaliar o desempenho do estudante ao final da educação básica, vem sendo utilizado também, a partir de 2009, como mecanismo para o ingresso no ensino superior e para acesso a outros programas, a exemplo do Programa Universidade para Todos (ProUni), do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e do Ciência sem Fronteiras. Em 2013, realizaram a prova cerca de 5,04 milhões de estudantes, um aumento de 20% em relação aos 4,17 milhões de participantes em 2012.

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), desenvolvido e coordenado internacionalmente pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tem como objetivo avaliar se os estudantes, aos 15 anos de idade, adquiriram conhecimentos e habilidades essenciais para uma participação plena em sociedades.

A avaliação acontece a cada três anos e abrange três áreas de conhecimento – Leitura, Matemática e Ciências. Em 2012, foi aplicada a quase 20 mil estudantes de 767 escolas brasileiras, tendo ênfase em Matemática. Os resultados do Pisa 2012 divulgados em 2013 demonstram que o Brasil é o País que mais avançou no resultado de Matemática entre todos os avaliados, passando de 356 para 391 pontos no período entre 2003 e 2012. O Brasil também teve destacado crescimento nas outras áreas avaliadas, como ciências e leitura. Além disso, a melhora no desempenho foi acompanhada da inclusão de mais de 420 mil estudantes com 15 anos. O número de matrículas de alunos na educação básica nessa faixa etária saltou de 65% da edição de 2003 para 78% em 2012, sendo a segunda maior taxa de inclusão, atrás apenas da Indonésia.

b) Educação Profissional e Tecnológica

Uma educação profissional e tecnológica de qualidade alinhada com as necessidades do mercado de trabalho é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do País. Até 2013, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) atingiu 5,5 milhões de brasileiros atendidos em cursos técnicos e de formação inicial e continuada. Seu objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional e tecnológica e, até o final de 2014, oito milhões de vagas terão sido ofertadas.

A Bolsa-Formação oferece vagas gratuitas de educação profissional e tecnológica em duas modalidades: a Bolsa-Formação Trabalhador, referente a cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), e a Bolsa-Formação Estudante, referente a cursos técnicos. Desde a criação dessa iniciativa, em 2011, foram realizadas 2,2 milhões de matrículas, sendo 1,8 milhão em cursos





FIC e aproximadamente 400 mil em cursos técnicos de nível médio. Em 2013, com investimentos de R\$ 2,7 bilhões, foram realizadas 1,5 milhão de matrículas, das quais 1,2 milhão em cursos FIC e 291 mil em cursos técnicos de nível médio. Para 2014, espera-se atingir 1,2 milhão de matrículas, com investimentos de R\$ 2,8 bilhões.

O Programa Brasil Profissionalizado promove o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica, por meio de obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos, apoio ao desenvolvimento da gestão e das práticas pedagógicas e à formação de professores. Desde 2011, por meio do Brasil Profissionalizado foram realizadas 233 mil matrículas, sendo que em 2013, o Programa permitiu que 70.355 jovens ingressassem em cursos técnicos, nas redes estaduais. O Governo Federal tem investido na aquisição de equipamentos e instalação de laboratórios, além da construção de 241 novas escolas técnicas estaduais, das quais 34 já estão concluídas. O Programa também investe na ampliação e reforma de 415 unidades, com 176 obras já finalizadas, sendo que, em 2013, foram 101 obras concluídas. Em 2013, os investimentos totalizaram R\$ 192 milhões.

A rede e-Tec Brasil, outra iniciativa do Pronatec, promove a oferta de educação profissional e tecnológica a distância. Em 2013, foram matriculados 137 mil estudantes em cursos técnicos na modalidade a distância em 1.346 polos de apoio presencial e-Tec, tendo sido criados 423 novos polos. O investimento em 2013 foi de R\$ 146 milhões e a meta para 2014 é de criar mais 177 polos. Desde 2011, foram 347 mil matrículas e a meta para 2014 é chegar em 674 mil.

Ainda entre as iniciativas do Pronatec, o Acordo de Gratuidade com Sistema S possibilita a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional para jovens de baixa renda. Desde 2011, foram 2,3 milhões de matrículas, sendo que só em 2013 foram 847 mil.

Ressalta-se ainda a oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional e tecnológica aos participantes do Enem. O Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec) é o sistema informatizado, no qual instituições públicas e privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica oferecem vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente para candidatos participantes do Enem. Já na primeira edição, em 2013, o Sisutec recebeu 456,1 mil inscritos e matriculou mais de 170 mil brasileiros em 117 cursos técnicos, ofertados em 296 Municípios.

Com relação à iniciativa de Expansão da Rede Federal, destaca-se o Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Trata-se de uma iniciativa de grande relevância para a ampliação, democratização e qualificação da oferta de educação profissional no Brasil. Das 208 novas unidades previstas para o período 2011-2014, 116 já estão em funcionamento. Ao final da expansão, serão 562 unidades em 512 Municípios. Em 2013, 40 unidades da Rede Federal de 18 Estados iniciaram suas atividades e, quando em pleno funcionamento, totalizarão 48 mil novas vagas. Os investimentos no Plano de Expansão e Reestruturação da Rede Federal, em 2013, alcançaram a cifra de R\$ 827 milhões, e a meta de investimentos para 2014 é de R\$ 928 milhões.

c) Educação Superior

Ampliar a oferta de vagas, democratizar o acesso e interiorizar a educação superior com qualidade são alguns dos principais desafios do Governo Federal, cuja superação depende do esforço conjunto de instituições públicas e privadas.

No âmbito da expansão da rede federal de ensino superior, um dos objetivos é a interiorização com foco voltado para as necessidades e vocações econômicas de cada região. Como resultado destes investimentos, o Governo Federal espera atingir a meta de implantação de 47 novos *campi* até o final de 2014, dos quais 17 já iniciaram suas atividades. Ressalta-se ainda a criação de quatro novas universidades federais: Universidade Federal do Oeste da Bahia; Universidade Federal do Sul da Bahia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e Universidade Federal do Cariri, e a continuidade do processo de implantação





das quatro instituições recentemente criadas (Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa). Em 2013 foram investidos mais de R\$ 440 milhões na consolidação das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), R\$ 508,6 milhões na implantação de novos *campi* e R\$ 300,5 milhões na implantação de novas universidades, totalizando R\$ 1,2 bilhão. Para 2014, estão previstos recursos da ordem de, aproximadamente, R\$ 2 bilhões destinados ao plano de reestruturação, expansão e consolidação das Ifes.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) visa à ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal. Com o objetivo de viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, o Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. O Programa contou, em 2013, com um investimento de aproximadamente R\$ 637,6 milhões para atender estudantes em todo o País.

O Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior tem por objetivo fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade. A partir de 2012, essa ação foi universalizada atendendo todas as Ifes, induzindo, assim, o desenvolvimento de uma política de acessibilidade ampla e articulada. Em 2013, foi disponibilizado o montante de R\$ 11 milhões para o financiamento de projetos de acessibilidade em 55 Instituições de Ensino Superior.

Em relação à qualificação acadêmica, destaca-se o Programa de Extensão Universitária (ProExt), que, em 2013, apoiou 780 propostas de extensão em todo o País, com um orçamento de R\$ 80,3 milhões. Para o ano de 2014, projeta-se o apoio a 835 propostas de extensão universitária. Ainda em relação aos projetos especiais de graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET) consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor.

O Programa Bolsa Permanência concede auxílio financeiro a estudantes de graduação matriculados em instituições federais de ensino superior oriundos de escolas públicas, com renda *per capita* de até 1,5 salário mínimo, tendo tratamento diferenciado os estudantes indígenas e quilombolas. Tem a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e o rendimento acadêmico dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Seu valor é equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, atualmente de R\$ 400. Em 2013, foram beneficiados 5.889 estudantes, totalizando um montante de R\$ 13,1 milhões.

Para os estudantes indígenas e quilombolas, será garantido um valor diferenciado igual a pelo menos o dobro da bolsa paga aos demais estudantes, em razão de suas especificidades. Ademais, os estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de licenciaturas interculturais para a formação de professores também farão jus à bolsa permanência durante os períodos de atividades pedagógicas formativas na Ifes, até o limite máximo de seis meses.

Foi lançado em 2013 o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, voltado para o intercâmbio de estudantes negros e indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades matriculados no ensino superior. O Programa surge para oferecer experiências educacionais em ciência, tecnologia, inovação e formação de professores, com o objetivo de complementar a formação do estudante brasileiro. O público do Programa é aquele compreendido em iniciativas de ação afirmativa, como a Lei de Cotas, o ProUni e o Fies.





O Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído em 2005, amplia o acesso à educação superior concedendo bolsas de estudo a estudantes de baixa renda em instituições privadas em contrapartida à isenção de impostos. Em 2013, o ProUni concedeu 177 mil bolsas, tendo alcançado a marca de 1,27 milhão de estudantes atendidos. Para 2014, está prevista a oferta de 250 mil novas bolsas de estudo. A permanência destes estudantes é garantida por meio da concessão de Bolsa Permanência do Prouni, que ofereceu uma média mensal de 5.268 bolsas neste exercício, totalizando o montante de R\$ 25,3 milhões.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é um processo que seleciona os estudantes para a educação pública superior do País, com base nas notas obtidas no Enem, por meio de um sistema informatizado. O Programa contou em 2013, com a participação de 115 instituições e a oferta de 171.400 vagas, registrando mais de 2,7 milhões de inscritos.

Em consonância com a política de expansão da educação superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é um dos principais instrumentos do Governo Federal para ampliação de acesso dos jovens à educação superior contribuindo para diminuição dos índices de desigualdade no País. Dessa forma, o Fies consolidou-se como estratégia para o crescimento inclusivo, equalizando as oportunidades de ingresso ao ensino superior e contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico.

Com os aprimoramentos instituídos a partir de 2010, dentre eles a criação do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC), que dispensa a apresentação de fiador e a possibilidade de pagamento do financiamento com trabalho, o resultado foi a marca de 1,16 milhão de novos estudantes beneficiados. Em 2013, foram efetivamente desembolsados recursos da ordem de R\$ 15 bilhões. Para 2014, a meta é superar 1,5 milhão de contratos de financiamento estudantil formalizados no período de 2010 a 2014. Dos estudantes beneficiados pelo Fies, 95% pertencem às classes C, D e E com renda familiar mensal bruta *per capita* de até dez salários mínimos. Ressalta-se que até os cursos com mensalidade mais elevadas, como medicina e engenharia, seguem essa tendência inclusiva.

O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), criado em 2011, tem sido um importante instrumento estratégico na cooperação internacional e de grande impacto na internacionalização da educação, ciência e tecnologia do Brasil. Até 2013, foram concedidas 60.776 bolsas. Pretende-se conceder, no mínimo, 30 mil bolsas em 2014, incluindo nova modalidade de bolsa para realização de mestrado profissional, o qual viabilizará a formação de profissionais brasileiros com qualidade, fomentando o empreendedorismo e a competitividade no setor produtivo. As áreas das Humanidades, Ciências Sociais Aplicadas, Artes e Letras e Linguística também foram beneficiadas com a concessão, em 2013, de cinco mil bolsas de estudo no exterior.

Com vistas a propiciar maior oportunidade de aprendizagem de idioma estrangeiro pelo público-alvo do Ciência sem Fronteiras, foi criado, em 2013, o Programa Inglês sem Fronteiras, cuja vertente é o curso de língua inglesa *My English Online*, oferecido a distância por intermédio do Portal de Periódicos, tendo alcançado a marca de 550 mil matrículas.

O Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), executado em parceria pelos Ministérios da Educação e da Saúde, possibilita que os 47 hospitais universitários federais do País aprimorem sua inserção nas redes de atenção do Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2013, foram investidos, aproximadamente, R\$ 751,7 milhões para aquisição de equipamentos, realização de reformas, atividades de atenção à saúde e ensino e pesquisa. Outra ação do Rehuf foi a realização de compras nacionais de equipamentos, medicamentos e insumos médico-hospitalares que, com ganho de escala, garantiram à administração economia de recursos financeiros, transparência e padronização. Por meio de pregões eletrônicos, a economia alcançada neste ano foi de, aproximadamente, R\$ 74 milhões, o que representou 17,6% em relação ao valor de referência. Além da gestão do Rehuf, o Ministério da Educação (MEC), a partir da criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), mantém uma relação contratual com as universidades federais que possuem unidades hospitalares. O objetivo é permitir que a empresa colabore com as instituições na melhoria da gestão, sendo preservada a autonomia universitária. Em 2013, 23 universidades federais que respondem por 34 hospitais universitários aderiram à empresa.





O plano de ação da EBSERH para 2014 prevê ações importantes, como; i) a reativação de leitos e a recomposição do quadro de pessoal para os hospitais; ii) a implantação do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários em novas unidades e a expansão de novos módulos nos hospitais que não possuem o aplicativo; iii) a ampliação do *Projeto Consultórios Itinerantes* para novos Municípios; e iv) a conclusão do Plano Diretor de cada hospital, por meio do projeto de capacitação em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, o que permitirá à unidade hospitalar multiplicar o conhecimento para outros hospitais da rede; além das ações pertinentes ao Rehuf.

O MEC também tem direcionado seus esforços para a promoção da qualidade da educação superior por meio do fortalecimento institucional do processo de regulação e dos instrumentos de supervisão e avaliação das instituições e cursos superiores. Cabe registrar a edição de portaria normativa em 2013 que estabelece o calendário anual de abertura do protocolo de ingresso de processos regulatórios no sistema e-MEC, oferecendo aos regulados previsibilidade quanto ao prazo de conclusão de seus processos. Em 2013 foram publicados 9.524 atos regulatórios, instaurados 476 procedimentos de supervisão e 40 processos administrativos para aplicação de penalidades.

No ano de 2013, a política de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) na área da educação obteve salto de qualidade a partir da mudança do marco regulatório, introduzida pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013. Além de criar as regras de transição, há muito requeridas pelos atores sociais, as alterações trarão a oportunidade para as áreas certificadoras organizarem de forma racional e com maior aproveitamento temporal e dos recursos, os procedimentos, tarefas e exames que precedem e subsidiam a tomada de decisão quanto à certificação das entidades beneficentes.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) assegura o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, tendo por finalidade, dentre outras, a melhoria da qualidade e orientação da expansão da oferta da educação superior. Nesse sentido, para implementar o processo de avaliação do Sinaes, em 2013, foram realizadas 4,5 mil avaliações *in loco*. Para 2014, a previsão é de seis mil avaliações *in loco*.

Na edição de 2013 do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), foi avaliado o desempenho de 196.855 concluintes de 17 áreas de conhecimento, em 837 Municípios, cobrindo 4.552 cursos. Prevê-se, para 2014, a aplicação do Enade para alunos concluintes de cursos nas áreas de ciências exatas, licenciaturas e áreas afins, sendo avaliadas 34 áreas distintas.

O desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica tem por objetivo formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil. Suas ações estão vinculadas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que tem como pilares a avaliação, fomento e acesso à informação científica e tecnológica. Nesse sentido, em 2013, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) expandiu suas ações de apoio e fomento à pós-graduação brasileira *stricto sensu*, contribuindo, assim, para prover ao País quadros de alto nível técnico e científico, condição necessária para a manutenção do desenvolvimento sustentável e de longo prazo da nação.

Em 2013 a concessão de bolsas de estudo no País foi ampliada para 98.476, sendo 48.611 de mestrado, 32.158 de doutorado, 6.221 de pós-doutorado, 155 de professor visitante nacional sênior e 445 para o Inglês sem Fronteiras. Além disso, foram concedidas 10.886 bolsas de iniciação científica, representando um aumento de mais de 125% em relação ao ano anterior na 2ª edição do Programa Jovens Talentos para a Ciência. O Programa promove a interação de estudantes de universidades e institutos federais com grupos de pesquisa, bem como a preparação para a participação em programas de bolsas como o Ciência sem Fronteiras e o Programa de Iniciação a Docência (Pibid).





No ano de 2013, 422 instituições públicas e privadas, entre universidades, centros de pesquisa e órgãos de Governo têm acesso ao Portal de Periódicos que dispõe de mais de 36 mil periódicos em textos completos, 130 bases referenciais e de resumos, mais de 250 mil livros eletrônicos e 11 bases de patentes. Por dia, são contabilizados cerca de 277 mil acessos ao Portal. Em 2013 foram investidos R\$ 173,9 milhões.

No âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento, além do tradicional Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), merecem destaque ações desenvolvidas na África e no Mercosul. Na África, os Programas desenvolvidos com a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp) abrangem desde a formação científica de estudantes universitários até a implantação de educação superior a distância, envolvendo mobilidade de alunos, professores e pesquisadores. No Mercosul, por sua vez, o objetivo é promover programas de mobilidade no âmbito da educação superior, envolvendo alunos, professores e pesquisadores, de forma a propiciar salto qualitativo na cooperação regional. Foi apoiada a vinda ao Brasil de 894 alunos e professores de países em desenvolvimento. Em 2013, foram investidos nas ações de cooperação internacional um total de R\$ 1,3 bilhão.

A Avaliação da Pós-Graduação é realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*, e é atividade essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado e induzir a expansão do sistema. Essa expansão tem sido observada ao longo das últimas décadas e ocorre por meio da incorporação de novos cursos, cujas propostas são submetidas anualmente a este processo. Atualmente, 5.550 cursos estão recomendados no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Em 2013 foram recebidas aproximadamente 700 propostas de cursos novos de pós-graduação. Considerando que apenas uma parte destas propostas apresenta o padrão de qualidade exigido para recomendação, projeta-se para 2014, cerca de seis mil cursos recomendados.

O *Projeto Rondon* constitui-se em uma oportunidade de disseminação do conhecimento e prestação de trabalho voluntário para estudantes e professores universitários, que durante as férias escolares viajam para Municípios isolados ou de menor índice de desenvolvimento humano para desenvolver atividades que visam à promoção da cidadania, melhoria do bem-estar social, capacitação para a gestão pública e promoção do desenvolvimento local sustentável. Em 2013, participaram do Projeto 1.799 estudantes universitários de 180 Instituições de Ensino Superior, que realizaram atividades nas áreas de educação, saúde, meio ambiente, tecnologia e produção, dentre outras, em Municípios dos Estados do Pará, Maranhão, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Piauí. Dentre as operações previstas para 2014, destacam-se a Operação Guararapes que será desenvolvida em 20 Municípios dos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas; e a Operação Catopê que será desenvolvida em 13 Municípios no Estado de Minas Gerais.

d) Planejamento, Financiamento e Gestão

Vêm sendo realizadas ações com vistas ao alinhamento estratégico entre os principais instrumentos de planejamento educacionais, refletindo a integração entre o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano Plurianual da União (PPA) e as ações estratégicas do Ministério da Educação.

A elevação da capacidade de planejamento das políticas educacionais é estratégica para a oferta de uma educação de qualidade a toda população e se traduz em importante alicerce para o alcance das metas, estratégias e ações contidas no PNE. A partir da consolidação do alinhamento estratégico, em 2013, foi possível obter uma visão sistêmica dos instrumentos de planejamento e dos compromissos da política de educação a partir dos quatro eixos principais: Educação Básica, Educação Profissional e Tecnológica, Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão e Planejamento, Gestão e Transparência. Em 2013, foi implantado o Escritório de Gestão de Processos e Projetos Estratégicos e o módulo de





Monitoramento Estratégico do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação (Simec). Com o apoio do Escritório e com a utilização do sistema, é possível visualizar o mapa do processo das ações estratégicas de responsabilidade do Ministério e acompanhar o cumprimento das etapas de implementação, subsidiando tempestivamente a tomada de decisão, aumentando a eficácia e a eficiência das políticas públicas.

Um dos principais instrumentos de apoio técnico e financeiro aos entes federados é o Plano de Ações Articuladas (PAR), que se traduz no planejamento multidimensional da política de educação para um período de quatro anos. O PAR é constituído de três etapas: o diagnóstico, no qual o ente federado registra a realidade da educação em sua área de competência; a elaboração do plano, de forma a superar condições desfavoráveis para alcançar o ensino universal e de qualidade; e por fim, a análise feita pelo MEC, identificando as necessidades dos entes aos respectivos programas de Governo.

Por meio do PAR, em 2013 foram investidos recursos para o atendimento de diversas ações da política educacional, como infraestrutura escolar, mobiliários e equipamentos, transporte escolar, entre outros. Em 2014, pretende-se implementar o acompanhamento presencial e a distância da execução do PAR. Este acompanhamento será feito tanto pelo MEC quanto pelas redes de parceria, formadas pelas secretarias estaduais de educação, universidades e as secretarias executivas nos Estados da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

Cabe destacar a importância do esforço conjunto entre a sociedade, os entes federados e o Congresso Nacional para aumentar os investimentos públicos em educação e atingir a meta proposta de aplicar, até 2020, 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação.

A evolução dos investimentos públicos totais em educação de 4,7% do PIB em 2000 para 6,1% do PIB em 2011, um acréscimo de 30%, resultou basicamente de alterações na forma de financiamento da educação negociadas entre o Poder Executivo, o Legislativo e a sociedade, principalmente pela introdução do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) a partir de 2008 e pela eliminação progressiva da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a educação entre 2009 e 2011.

Para o atendimento das diretrizes educacionais foram propostas metas para o período decenal de vigência do PNE. No caso do financiamento, a meta proposta prescreve 10% do PIB para o décimo ano, o que exigirá um esforço maior de todos os entes federativos para manter a evolução positiva do investimento público em educação. Será também necessário o estabelecimento de novas fontes de financiamento. Nesse sentido, o ano de 2013 foi pródigo, com a recente vinculação de parcela substancial da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural a ser aplicada na educação.

Com as jazidas da área do Pré-sal, as receitas dos *royalties* e da participação especial pela sua exploração irão proporcionar acréscimo além do mínimo obrigatório para manutenção e desenvolvimento do ensino previsto na Constituição. Esses recursos adicionais foram estabelecidos pela sanção da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, que reserva à educação 75% das receitas provenientes dos *royalties* e da participação especial dos órgãos da administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, a lei também estipula a aplicação em educação de 50% dos recursos do Fundo Social da União, criado pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, até que as metas do PNE sejam cumpridas.

Ressalta-se, ainda, no âmbito do financiamento da educação, o Fundeb, com vigência estabelecida para o período de 2007-2020, criado como mecanismo de redistribuição de recursos e com o objetivo de garantir o acesso à educação, promovendo, assim, a inclusão socioeducacional na educação básica pública brasileira (da creche ao ensino médio).





Para a distribuição dos recursos do Fundeb, em 2013, foram consideradas 41,9 milhões de matrículas da educação básica, nas redes estaduais e municipais de ensino do País, apuradas no Censo Escolar de 2012. A receita dos Estados e Municípios chegou a R\$ 107,4 bilhões, sendo que a complementação da União foi de R\$ 10,2 bilhões, totalizando um montante de 117,6 bilhões.

Nos últimos anos houve um grande crescimento da execução orçamentária da Educação Básica e também da Educação Superior, provocando um rearranjo no investimento público direto por estudante e na razão da Educação Superior sobre a Educação Básica. O maior crescimento relativo da Educação Básica provocou uma correção progressiva no valor do gasto anual por aluno desse nível de ensino que era muito baixo, fazendo com que a relação da Educação Superior sobre a Educação Básica por Estudante, fosse reduzida de 10,1 em 2002, para 4,8 em 2011. Os gastos por estudante no Ensino Superior cresceram de R\$ 16.912 para R\$ 20.690 entre 2002 e 2011 e, na Educação Básica, de R\$ 1.678 para R\$ 4.267 no mesmo período. Essa última relação de 4,8 está mais próxima dos padrões internacionais.

Com o objetivo de aprimorar os processos de gestão e articulação, em 2013, foram aperfeiçoadas as relações federativas no campo da política educacional de forma a estabelecer uma coordenação compartilhada entre os entes federados para viabilizar o processo de alinhamento dos planos estaduais, distrital e municipais de educação ao Plano Nacional de Educação (PNE). Para tanto, atuou em articulação com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) para uma estratégia integrada que se constituiu na implantação de uma rede de apoio técnico em todas as unidades da Federação. Esta rede hoje conta com 92 técnicos que atendem 1.907 Municípios, utilizando um conjunto de materiais de orientação composto por documentos, sistemas interativos com sugestões de metas intermediárias, além de indicadores educacionais e informações sobre programas que o MEC já dispõe para ajudar técnica e financeiramente cada ente federativo para o cumprimento de cada uma das metas nacionais.

Também foi prestada assistência técnica a Municípios e Estados para a avaliação, elaboração e reelaboração dos Planos de Cargos e Remuneração (PCR) dos profissionais do magistério da educação básica de sua rede. Para ampliar o alcance do apoio técnico sobre os PCR e a viabilidade do cumprimento da Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, estão sendo desenvolvidos instrumentos de orientação a serem disponibilizados em 2014, para auxiliar na elaboração e reelaboração dos PCR.

4. Saúde

Inúmeros avanços têm sido registrados na oferta de produtos e serviços de saúde. Alguns desafios constituíram-se em prioridades visando à potencialização dos resultados obtidos no exercício de 2013, bem como a sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS). A atuação pública em saúde, desenvolvida de forma universal, integral e equitativa por meio da execução federativa descentralizada, apresentou em 2013 resultados representativos resultantes da atuação das três esferas de gestão do SUS.

a) Atenção Básica

Buscou-se a adequação do contingente de profissionais da área médica e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde às necessidades da população, com destaque para a sanção da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que criou o Programa Mais Médicos.

O Programa prevê a expansão de vagas de graduação nos cursos de medicina, mais investimentos em hospitais e unidades de saúde, o aprimoramento da formação médica no País e a ampliação da inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira, principalmente nas regiões onde há escassez e ausência de profissionais.





O Programa Mais Médicos contribui para diminuir a carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, que inclui Municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza, Municípios do grupo G100 e Municípios com alto percentual de população usuária do SUS. Desse modo, busca-se reduzir as desigualdades regionais na área da saúde e fortalecer a prestação de serviços na atenção básica em saúde no País.

Até o final de 2013, o Programa contou com 6.676 médicos, entre brasileiros e estrangeiros, em atividade nas regiões mais carentes do País, diante das 16.331 vagas solicitadas por prefeituras. O atendimento realizado por esses profissionais distribuídos no interior e nas periferias de grandes cidades beneficia mais de 23,8 milhões de brasileiros. Desse total, 61% vivem nas regiões Norte e Nordeste. Para 2014, a perspectiva do Programa é alcançar a alocação de até 13 mil médicos.

Com a edição da referida Lei, foram criadas 1.575 novas vagas em cursos de graduação de Medicina, sendo 702 em instituições públicas e 873 em instituições privadas, bem como a pré-seleção de 49 Municípios para instalação de cursos de Medicina privados, com previsão de oferta de mais 3,5 mil vagas e início de funcionamento em 2015.

Destaca-se ainda no âmbito do Programa, a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior que prevê a oferta de 3.855 novas vagas até 2017, o que inclui a criação de 31 novos cursos. Em 2013, ingressaram 100 estudantes em novos cursos, e foi autorizada a oferta de 560 novas vagas para o primeiro semestre de 2014, em nove cursos de universidades federais interiorizadas.

Adicionalmente, até dezembro de 2018 o número de vagas de residência médica deverá ser equiparado ao número de egressos dos cursos de graduação em medicina do ano anterior.

Ainda em relação ao Mais Médicos, foram executadas três edições do Módulo de Acolhimento e Avaliação para 2.845 médicos intercambistas. Além disso, foram implantados os procedimentos para tutoria acadêmica e supervisão da prática médica na modalidade integração ensino-serviço de 3.664 médicos brasileiros e intercambistas participantes. Em 2014, será intensificada a oferta do Módulo de Acolhimento e Avaliação para os médicos intercambistas e a tutoria e supervisão dos médicos.

Outro dispositivo importante da referida lei foi o de transferir ao Ministério da Saúde a atribuição de expedir o registro provisório por até três anos aos profissionais formados no exterior, tarefa anteriormente exercida pelos Conselhos Regionais de Medicina, os quais deverão fiscalizar a atuação desses profissionais.

A Estratégia de Saúde da Família alcançou, em 2013, cobertura de 56,4% da população brasileira, o que corresponde ao universo de 109,4 milhões de pessoas. A Estratégia conta com 34.702 equipes atuando em 5.343 Municípios. Se comparados aos dados de janeiro de 2013, os números representam um crescimento de 1.602 equipes saúde da família em mais 63 Municípios, de 1.194 equipes de saúde bucal e 669 núcleos de apoio à saúde da família (Nasf). Em relação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), há 257.976 ACS contratados, representando uma cobertura de 64,76% da população brasileira.

O Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ) busca aumentar a capacidade das gestões municipais, estaduais e federal, em conjunto com as equipes de saúde. Em 2013, alcançou 30.522 Equipes de Saúde da Família, 19.946 Equipes de Saúde Bucal, 1.813 Núcleos de Apoio Saúde da Família e 860 Centros de Especialidades Odontológicas contratualizados em 2013, presentes em 5.077 Municípios.





O Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS) habilitou, em 2013, 5.438 propostas de construção em 2.625 Municípios, 2.808 propostas de ampliação em 1.351 Municípios e 2.851 propostas de reforma em 1.323 Municípios. Foram concluídas 1.493 construções de UBS, e destas, 677 já estão em funcionamento.

Para 2014, estima-se que 961 construções de UBS que estão com percentual de execução acima de 60% estejam concluídas no 1º semestre, além da implantação de mais de mil Equipes de Saúde da Família (ESF).

a.1) Saúde Bucal

Em 2013, o número de Equipes de Saúde Bucal (ESB) foi ampliado para 23.902 equipes, operando em 4.962 Municípios, dos quais 1.650 recebem recurso para produzir próteses dentárias. Destes, 299 foram credenciados em 2013. A perspectiva para 2014 é de implantação de mil novas Equipes de Saúde Bucal.

Além das iniciativas em saúde bucal empreendidas no campo da atenção básica, registra-se em 2013 a doação de 1.675 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para Municípios com maior concentração de populações vivendo em extrema pobreza.

a.2) Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança

A Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança concretiza-se por meio da estratégia Rede Cegonha, que incentiva a qualificação da atenção obstétrica e infantil. Todas as unidades da Federação aderiram à Rede Cegonha, contemplando 5.488 Municípios, beneficiando 2,5 milhões de gestantes.

Em 2013 foram criados 439 novos leitos neonatais, 192 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e 247 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal (UCIN) e 861 receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal. Atualmente, o Brasil conta com 4.384 leitos de UTI Neonatal, sendo 766 criados desde o início do Programa, e 2.305 leitos de UTI Pediátrica.

A Rede Cegonha investiu na qualificação e ampliação das equipes, incluindo no cuidado obstétrico as enfermeiras obstétricas. Ao final de 2013 haviam sido qualificadas 130 residentes em enfermagem obstétrica em 16 Instituições de Ensino Superior.

Mais de 163 mil litros de leite humano com certificação de qualidade foram coletados em 2013 e distribuídos para cerca de 164 mil recém-nascidos, envolvendo a participação de 150 mil mães que integram voluntariamente o programa de doação.

A triagem neonatal (Teste do Pezinho) para fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito e doença falciforme (fase II), está universalizada em todo o Brasil, bem como a detecção da fibrose cística (fase III). A triagem neonatal para seis doenças, incluindo a hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase (fase IV) será expandida para todos os Estados até o final de 2014. Atualmente 11 Estados (Amazonas, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Piauí, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins) e o Distrito Federal estão habilitados para a triagem neonatal na fase IV.

Ainda no âmbito da Rede Cegonha, foram distribuídos aproximadamente 83.211 testes rápidos de sífilis e HIV para gestantes, em todo o território nacional. Outra importante ação para o acompanhamento das gestantes foi o desenvolvimento do Sis prenatal *Web, software* desenvolvido com a finalidade de permitir o acompanhamento adequado das gestantes inseridas na Rede Cegonha. Em 2013, mais de 400 mil gestantes foram cadastradas no sistema, em 4.666 Municípios.





Foram elaboradas as diretrizes Cuidando de Adolescentes na Rede Cegonha, com o objetivo de apoiar as equipes de saúde para responder às singularidades e às necessidades específicas da saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens. Foram realizadas sete oficinas estaduais sobre o tema para 600 profissionais de saúde, em especial da atenção básica, na implementação dessas ações.

Como importante instrumento para a viabilização das ações de saúde, foram distribuídas sete milhões de Cadernetas de Saúde do Adolescente, reunindo informações sobre como evitar doenças, sobre mudanças no corpo, além de orientações sobre saúde sexual e saúde reprodutiva, saúde bucal e alimentação. Ao longo de sua implantação até o ano de 2013, 4.783 Municípios foram contemplados.

Em 2014 será ampliado em 200 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal e capacitadas 400 parteiras tradicionais. Há ainda a previsão da realização de 3,8 milhões exames de mamografia e nove milhões exames citopatológicos de colo de útero, nas faixas etárias e periodicidades preconizadas.

a.3) Rede de Atenção à Saúde Mental e ao Enfrentamento da Dependência de *Crack* e Outras Drogas

A Rede de Atenção à Saúde Mental busca ofertar atenção psicossocial à população com vistas a tratar os agravos mentais; promover a cidadania dos usuários para uma vida proativa e participativa nas comunidades; e ampliar e promover o acesso aos pontos de atenção nos territórios para todas as pessoas com transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas e apoiar suas famílias.

A articulação e integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território qualificam o cuidado por meio do acolhimento, do acompanhamento contínuo e da atenção às urgências. Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS) conta com uma rede de serviços e equipamentos, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Consultórios na Rua, as Unidades de Acolhimento Adulto e Infantojuvenil e os leitos de atenção integral em Hospitais Gerais.

Até o final de 2013, foram destinados recursos financeiros para o custeio e a manutenção das ações de atenção psicossocial realizadas em 2.062 Caps, com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas (Caps III e Caps AD III). Foram também implantados 125 novos Caps nas suas diversas modalidades.

São financiados 713 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal, com o repasse anual de cerca de R\$ 67 mil por leito por ano. Até o ano de 2013 também foram habilitadas 14 Unidades de Acolhimento para residência temporária de até seis meses para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas. Essas unidades se localizam nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal. Em 2014 será priorizada a implantação de 1,2 mil leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais.

O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o incentivo à abertura de 267 residências terapêuticas em todo o País, além do aumento da rede Caps já mencionado e do Programa de Volta Para Casa, que atingiu 4.245 pessoas por meio da transferência de benefício mensal no valor de R\$ 412.

Em 2013 foram capacitadas 41.614 pessoas, entre alunos de graduação e profissionais da rede de saúde, com abordagem dos problemas de saúde mental, especialmente aos transtornos relacionados ao uso de drogas como álcool e *crack*, totalizando 136.430 desde 2011.





a.4) Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa

A atenção integral à saúde da população idosa tem ênfase no envelhecimento saudável e ativo, na manutenção da autonomia e reabilitação da capacidade funcional e no apoio ao desenvolvimento de cuidados informais. Em 2013 foi elaborado o Modelo de Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa, integrado às redes de atenção à saúde e articulado com áreas e programas estratégicos, como a ampliação do acesso a medicamentos e insumos, além de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos. Outro importante resultado foi a campanha nacional de vacinação contra a gripe, que atingiu a marca de 87,93% de cobertura, o que representou mais de 18,3 milhões de idosos vacinados.

Além disso, foram formados 1.566 alunos por meio de curso a distância de aperfeiçoamento em envelhecimento e saúde da pessoa idosa, com o objetivo de desenvolver habilidades profissionais visando qualificar o cuidado ofertado pelo SUS à população idosa. Houve ainda a celebração de convênio para oferta de 60 vagas em curso de especialização para gestores em saúde da pessoa idosa, a ser iniciado em 2014. Em 2013, também foram ofertadas 1,5 mil vagas em curso de especialização realizado em parceria com a Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS).

Como estratégia para qualificar a atenção ofertada às pessoas idosas, investiu-se na reformulação da caderneta de saúde da pessoa idosa que permitirá identificar a capacidade funcional, além de permitir o acompanhamento longitudinal da situação de saúde. Esta iniciativa está articulada com a atualização do *Caderno de Atenção Básica (CAB) nº 19 – Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa*. Em 2014, planeja-se ampla distribuição das cadernetas para a população idosa, do CAB reformulado e capacitações para os profissionais de saúde da Atenção Básica.

a.5) Contribuição da Saúde para a Erradicação da Extrema Pobreza

Em 2013, deu-se continuidade à ampliação do acesso da população em situação de extrema pobreza aos serviços de saúde. Foram expandidos os programas para a prevenção e o controle das carências nutricionais, como o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A, para crianças de seis a 59 meses, que antes era restrito à região Nordeste e foi ampliado para todos os Municípios da região Norte e do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, contemplando 3.034 Municípios. Em 2013, 2.491 Municípios informaram dados no sistema de gestão do Programa, sendo administradas megadoses de vitamina A em 3.596.238 crianças, o que corresponde a 73,5% da meta. Com relação ao Programa Nacional de Suplementação de Ferro, em 2013 foram distribuídos até o momento 1,2 milhão de frascos para 1.595 Municípios, quantidade suficiente para suplementar 402 mil crianças. Além disso, 851.664 pacientes foram beneficiados com a distribuição gratuita de medicamentos para asma pelas farmácias populares, de janeiro a outubro de 2013.

O Programa Aqui Tem Farmácia Popular ampliou a rede credenciada mapeada pelo BSM, passando a 1.464 Municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa, resultado que ultrapassa o dobro da meta prevista para o ano de 2013. Em 2014, pretende-se atingir 100% da meta, com a inclusão de mais 150 Municípios do BSM.

O Programa Saúde na Escola é uma ação intersetorial entre as equipes de atenção básica e as escolas que pactuam territórios de responsabilidade compartilhada, havendo um total de 30.076 equipes de atenção básica envolvidas. A partir de 2013, foram incluídos no Programa creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, num total de 80,4 mil escolas e 18,7 milhões de educandos. Em 4.864 Municípios que aderiram ao Programa Saúde na Escola, pelo menos uma creche ou pré-escola foi selecionada.

Mais de dois mil Municípios solicitaram adesão ao *Projeto Olhar Brasil* em 2013, envolvendo mais de quatro milhões de beneficiários do Programa Saúde na Escola e mais de 200 mil alfabetizandos do Programa Brasil Alfabetizado. Em 2014,





estima-se que cerca de um milhão de escolares serão encaminhados para consulta oftalmológica e, destes, mais de 200 mil precisarão de óculos monofocal ou bifocal.

Outras contribuições para a erradicação da extrema pobreza incluem a construção e a reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Foram concluídas 721 propostas do total de 2.436 propostas habilitadas em Municípios participantes do Brasil Sem Miséria nos anos anteriores. Para o componente ampliação, 497 propostas foram concluídas. Entre as reformas, 1.052 obras concluídas. Em 2013, foram habilitadas 2.747 construções de UBS, 1.521 ampliações e 1.404 reformas.

Atualmente, são custeadas pelo Ministério da Saúde quatro UBS fluviais (em Manaus/AM, Borba/AM, Santarém/PA e Cruzeiro do Sul/AC) e 101 Consultórios na Rua, equipes da atenção básica que atuam em Municípios com população superior a 100 mil habitantes, têm caráter multiprofissional e são responsáveis por articular e disponibilizar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua (crianças, adolescentes e adultos) em seu contexto.

Outras ações desse eixo incluem a realização de campanhas, busca ativa e tratamento de hanseníase, geohelmintíases (verminoses), esquistossomose e tracoma em escolares de sete a 14 anos. Na campanha de 2013, foram diagnosticados 283 casos novos de hanseníase em crianças e 20 em familiares, totalizando 303 casos novos nos 706 Municípios prioritários. Até julho de 2013, foram examinados mais de 108 mil escolares menores de 15 anos em 64 dos 217 Municípios prioritários, sendo, destes, 4.905 diagnosticados e tratados. Para as geohelmintíases, 2,9 milhões de escolares de 21,3 mil escolas foram tratados e, para a esquistossomose, 810 tratamentos foram realizados em Municípios prioritários nesse ano. Em 2014, a campanha anual será ampliada para mais Municípios do BSM e outros que manifestarem interesse.

A Política Nacional de Saúde Bucal – Brasil Sorridente proporcionou que 12.014 Equipes de Saúde Bucal estivessem em funcionamento nos Municípios do BSM, que 49 novos Centros de Especialidades Odontológicas fossem criados, além da entrega de 370.876 próteses dentárias e a doação de 1.675 equipamentos odontológicos para apoio à implantação de novas equipes, principalmente para Municípios com maior concentração de populações vivendo em extrema pobreza.

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

b.1) Atenção Ambulatorial e Hospitalar

Em relação à atenção especializada, foi expandido o número de procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase à Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, lançada em 2013. Foram realizados mais de 1,5 milhão de procedimentos cirúrgicos eletivos, sendo 377.712 cirurgias de catarata, além de outras diversas especialidades, incluindo ortopedia, otorrinolaringologia, urologia, vascular e oftalmologia.

No âmbito da Saúde Bucal especializada, observou-se a intensificação da implantação dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), tendo sido implantados 55 deles, perfazendo um total de 999 unidades. Nesta área destacam-se ainda a produção de aproximadamente 370 mil próteses dentárias até outubro de 2013, um acréscimo de 11% se comparado ao mesmo período de 2012.

Com relação à regulação, controle e avaliação, em 2013 foram capacitados 1.209 profissionais, sendo que destes 495 realizaram o Curso de Especialização em Regulação e 710 realizaram treinamento para operacionalizar o Sistema Nacional de Regulação (Sisreg) no módulo ambulatorial e de internação.





Para 2014, a perspectiva é de ampliação do número de procedimentos em média e alta complexidade, com o aumento de 10% em relação aos procedimentos cirúrgicos eletivos da rede assistencial em relação a 2013, e a implantação de 149 novos CEOs.

b.2) Transplantes

O Brasil conduz um dos maiores programas de transplantes do mundo, proporcionando o acesso a todas as etapas do processo. Atualmente, 95% das cirurgias de transplantes no País são realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Destaca-se em 2013 o crescimento do registro brasileiro de doadores de medula óssea (Redome) e o conseqüente incremento na identificação de doadores de medula óssea. No ano, o Redome contou com mais de 3,2 milhões de doadores cadastrados, o que faz do registro brasileiro o terceiro maior registro mundial de doadores voluntários de medula óssea. Cerca de 77% dos doadores são identificados dentro do Brasil.

Ainda nesse ano, até novembro, foram realizados 1.427 transplantes de medula óssea, 12.806 de córnea e 6.839 transplantes de órgãos sólidos, totalizando 21.072 transplantes realizados. Para 2014 a previsão é atingir o quantitativo de 28 mil transplantes de órgãos e tecidos.

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca), 2,5 mil transplantes de medula óssea foram realizados no País em 2013, sendo 253 com doadores não aparentados. Além de contribuir com doadores para o Brasil, o Inca envia solidariamente doadores para várias partes do mundo onde existem pacientes compatíveis e necessitados.

Outro avanço diz respeito à fila de espera por um transplante no País. Em 2013, pela primeira vez o Brasil zerou a fila de espera do transplante de córnea em seis Estados (Pernambuco, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre, Minas Gerais) e no Distrito Federal, ou seja, os pacientes são transplantados em até três meses.

b.3) Sangue e Hemoderivados

Em 2013, foi assegurada a disponibilidade de 3,4 Unidades Internacionais (UIs) *per capita* de fator VIII. O fator IX, para hemofilia do tipo B, teve a disponibilização de 0,55 UI *per capita*. Houve ampliação da dose domiciliar para os pacientes com coagulopatias hereditárias, o que assegura maior autonomia a estes pacientes.

Até o final de 2013, foram disponibilizados aproximadamente 120 mil litros de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados. Foram ainda realizadas 126 visitas técnicas de avaliação a serviços de hemoterapia em todo o País, no âmbito do Programa Nacional de Qualificação da Hemorrede (PNQH). Para 2014, prevê-se a disponibilização de 200 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.

Foi firmado contrato de transferência de tecnologia com laboratório privado com objetivo de: reduzir a dependência do mercado externo para o fornecimento de hemoderivados; minimizar as dificuldades inerentes ao uso de um medicamento produzido a partir do plasma humano; e disponibilizar aos pacientes hemofílicos o fator VIII recombinante.

A doença falciforme tem incidência de um doente para cada mil nascidos vivos e um com traço falciforme para cada 35 nascidos. No âmbito da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme, foram publicados dez portarias e 20 manuais para atenção de qualidade as 40 mil pessoas cadastradas nos hemocentros, e implantada a triagem neonatal em todos os Estados.





b.4) Atenção às Urgências e Emergências

No âmbito da Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências, foram repassados recursos para qualificação de 231 prontos-socorros dos hospitais da Rede de Urgência e Emergência para que pudessem investir na melhoria do atendimento e do acesso da população brasileira.

O Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu 192) é um dos componentes mais importantes da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, adequadas a cada situação de saúde e ao atendimento de acordo com o referenciamento das Centrais de Regulação das Urgências.

Atualmente, o Samu conta com 182 Centrais de Regulação, das quais duas foram implantadas em 2013, e apresenta uma cobertura populacional de 72,3%, o que corresponde a 139,9 milhões de habitantes. Em 2013 o Samu 192 operou com 3.092 Unidades Móveis habilitadas. Dessas, 2.295 (74%) são Unidades de Suporte Básico (USB), 560 (18%) Unidades de Suporte Avançado (USA), 223 (7%) Motolâncias, oito Equipes de Embarcação e cinco Equipes de Aeromédico.

As Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H) constituem-se em outro componente da Política Nacional de Atenção às Urgências. Com atuação ininterrupta, têm potencial para resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros dos hospitais. Possuem a capacidade diária de 98,7 mil atendimentos e mensal de 2,961 milhões de atendimentos. No âmbito do PAC 2 está previsto o funcionamento de 500 UPAs; dessas, 254 são da seleção de 2013 e se encontram em fase preparatória.

O Programa SOS Emergências tem como objetivo melhorar o atendimento nas unidades de urgência e emergência dos principais hospitais do País que integram o SUS. No âmbito desse Programa, já participam 22 unidades, com a previsão de adesão de nove novos hospitais até fevereiro de 2014. Prevê também recursos para aquisição de equipamentos e a realização de obras e reformas na área física dos prontos-socorros, além de repasse de custeio mensal. Desde o início do Programa foram disponibilizados 2.080 leitos de retaguarda para emergências destes hospitais e, em parceria com Hospitais de Excelência, 7.388 profissionais já foram capacitados.

Para 2014 está prevista a implantação de 550 leitos hospitalares (leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI, Unidade de Cuidado Intensivo – UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) e a estruturação de 60 unidades de atenção especializada nas Redes de Urgência e Emergência. Pretende-se também implantar 16 novas centrais de regulação do Samu.

A Força Nacional do SUS (FN-SUS) conta com 12.869 voluntários, sendo que 1.470 já foram capacitados para atuar em situações de desastres, desassistência, surtos epidêmicos e apoio à gestão, além de participar na organização da Rede Hospitalar de Urgência e na construção dos Planos de Contingência para preparação das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

Possui 42 equipes assistenciais por semana epidemiológica para resposta às emergências em saúde pública à gestão em eventos de massa. A FN-SUS possui nove módulos para montagem de hospitais de campanha e seus acessórios (ar condicionado, gerador elétrico, pias, telefone satelital), além de *kits* desastres contendo 30 itens de medicamentos e 18 itens de insumo.

Desde seu surgimento, a FN-SUS atuou em 21 missões, sendo oito de desastres naturais, quatro relacionadas à desassistência, sete de apoio à gestão local nas diversas situações e duas de tragédia. Em apoio às vítimas do incêndio ocorrido em Santa Maria/RS, em 27 de janeiro de 2013, a FN-SUS enviou ao Estado 22 respiradores, sete ambulâncias de UTI do Samu-192, 30 ventiladores e oxímetros de pulso, 200 ampolas de imunoglobulina antitetânica, 140 *kits* de hidroxibalamina e 15 monitores. Também foram disponibilizados 120 profissionais, entre psicólogos e psiquiatras, para atendimento a vítimas e familiares.





O Ministério da Saúde, em parceria com o Hospital Sírio Libanês, está realizando a primeira fase de capacitação dos profissionais da FN-SUS, o Curso de Especialização em Gestão de Saúde Pública, para 980 voluntários, que será finalizado até junho de 2014. São 80 vagas para cada uma das 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.

b.5) Atenção Domiciliar

O Programa Melhor em Casa, que busca ampliar o atendimento domiciliar no âmbito do SUS, tem cobertura de 15,1% da população brasileira. A assistência multiprofissional gratuita é realizada no lar do paciente, que recebe o cuidado mais próximo da família, proporcionando um serviço humanizado e acolhedor.

Em 2013 foram constituídas 210 novas Equipes de Atenção Domiciliar, formadas prioritariamente por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e fisioterapeuta, além de outros profissionais, totalizando 442 desde o início do Programa. Dessas, 293 são Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (Emad) e 149 Equipes Multiprofissionais de Apoio (Emap).

b.6) Política Nacional de Assistência Oncológica, Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas

A Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, fixou em até 60 dias o início do tratamento de neoplasia maligna pelo Sistema Único de Saúde (SUS), contado a partir do diagnóstico da doença. O primeiro tratamento no SUS será considerado efetivo mediante a realização de quimioterapia, radioterapia, cirurgia, ou cuidado paliativo conforme a necessidade do paciente, atestada na prescrição do médico.

Neste contexto, e em consonância com a Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer, no que se refere à ampliação e à qualificação da Assistência Oncológica no SUS em 2013, foram habilitados quatro novos serviços em alta complexidade em oncologia, sete serviços passaram a oferecer radioterapia e outros dois passaram a oferecer atenção na área da hematologia. Em janeiro de 2014, mais um hospital foi habilitado na alta complexidade em oncologia, totalizando 278 serviços, considerados referência para o cuidado da pessoa com câncer.

No primeiro semestre de 2013 foram realizados 1.340.538 procedimentos quimioterápicos, o que corresponde a um acréscimo de 7% em relação a igual período de 2012. Para 2014, prevê-se a ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 10% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil.

Para ampliar a prevenção ao câncer e fortalecer a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas, foram realizados mais de três milhões de exames de mamografia bilateral (1,6 milhão na faixa etária preconizada, de 50 a 69 anos) e mais de 7,4 milhões de exames citopatológicos (5,8 milhões na faixa etária preconizada, de 25 a 64 anos), nos três primeiros trimestres de 2013.

No âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS, lançado em 2012, há a previsão de investimentos na ordem de R\$ 505 milhões para implantação de 80 Soluções de Radioterapia (41 novos serviços de radioterapia e a ampliação de 39 serviços de radioterapia em hospitais já habilitados) até 2014, abrangendo 65 Municípios em 22 Estados e o Distrito Federal. Essa medida contribui para a persecução das políticas nacionais voltadas para o desenvolvimento do País por meio do fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde com implantação de uma fábrica de equipamentos de radioterapia no País e desenvolvimento de fornecedores locais. Na primeira etapa de implementação do Plano, foi realizado o Pregão nº 11/2013, que possibilitou uma redução em 60% do valor global de referência (de R\$ 296,3 milhões para R\$ 119,99 milhões).





Para atender às prescrições medicamentosas específicas da Atenção à Pessoa com Câncer no âmbito do SUS, foi centralizada a compra, em 2012 e 2013, dos medicamentos L-asparagina e trastuzumabe. No período de maio a agosto de 2013, foram formalizados 21 contratos, correspondendo a mais de 54,3 milhões de unidades de medicamentos adquiridas. Além disso, encontram-se em análise 14 processos de aquisição, cuja contratação será de 46.203.048 unidades de medicamentos.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Para o desenvolvimento das ações estratégicas definidas no exercício de 2013, no âmbito da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS) e em consonância com as prioridades definidas no documento Pesquisas Estratégicas para o Sistema de Saúde (PESS), foram investidos R\$ 114 milhões em 11 Chamadas Públicas Nacionais, em parceria com instituições nacionais e internacionais.

Dentre os temas fomentados destacam-se: Chamada MS-Fundação Gates (R\$ 17,4 milhões); Rede Nacional de Pesquisas sobre Política de Saúde: Conhecimento para Efetivação do Direito Universal à Saúde (R\$ 16 milhões); Novas Terapias Portadoras de Futuro (R\$ 18,75 milhões); Desenvolvimento de Inovações para Prevenção e/ou Tratamento de Câncer (R\$ 20 milhões); e Rede Nacional de Pesquisa Translacional em Doenças Endócrinas e Metabólicas (R\$ 7 milhões). Nesse período, ainda foram investidos R\$ 10 milhões para a formação da Rede Nacional de Pesquisa Transnacional de Acidente Vascular Cerebral. Essas iniciativas resultaram no fomento de 220 projetos de pesquisa contemplando temas estratégicos para a política de saúde do País.

A continuidade dos grandes estudos relacionados aos diferentes ciclos como o Estudo Longitudinal da Saúde do Adulto (Elsa), o Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (Erica) e o Estudo Longitudinal de Saúde do Idoso (Elsi) foram garantidas com o repasse de recursos.

Visando estreitar a relação entre os gestores e a comunidade científica, realizou-se o evento nacional *Ciência, Tecnologia e Inovação no SUS: integração entre conhecimento científico e políticas de saúde*. A expectativa para 2014 é fomentar 30 estudos estratégicos nacionais em temas contemplados na PESS, alinhando as prioridades do Governo Federal da área de saúde com as atividades de pesquisa científica e tecnológica.

d) Desenvolvimento Produtivo e Inovação do Complexo Industrial da Saúde

Em 2013, ações voltadas para o fortalecimento dos laboratórios públicos, Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e de suporte tecnológico, resultaram no desenvolvimento de projetos de reestruturação da infraestrutura, desenvolvimento e inovação e na qualificação da gestão. No ano foram contemplados 18 laboratórios públicos e 14 ICTs, que receberam investimentos na ordem de R\$ 165 milhões fomentando 40 projetos.

No âmbito das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), em 2013, foram firmadas 52 parcerias relacionadas ao desenvolvimento de medicamentos e dispositivos médicos, sendo que desse total 26 contemplam produtos biológicos. Desses, 16 produtos são de última geração, sendo seis para câncer, quatro para artrite reumatoide, um para diabetes, um cicatrizante cirúrgico, um hormônio de crescimento e três imunoterapias (vacinas). Ainda neste bloco, foram firmadas duas parcerias visando à retomada da produção nacional de insulina humana.

Destaca-se ainda a obtenção do registro do medicamento antineoplásico Mesilato de Imatinibe para distribuição pública nas apresentações farmacêuticas de 100 mg e 400 mg. Dessa forma, em 2013, somaram-se 104 parcerias para o desenvolvimento produtivo, articuladas pela ação governamental, que compreendem 97 produtos sendo: 66 medicamentos, sete vacinas, 19 produtos para saúde e cinco de pesquisa e desenvolvimento.





Essas parcerias permitem negociar reduções progressivas de preços, na medida em que a tecnologia é transferida e desenvolvida, incorporando economias significativas para o SUS estimada em cerca de R\$ 4,1 bilhões/ano. Contabiliza-se, ainda, como resultado dessas parcerias, R\$ 8,9 bilhões/ano em compras públicas.

e) Assistência Farmacêutica no Âmbito do Sistema Único de Saúde

Para garantir a assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), em 2013 foram aprimorados os processos voltados a suprir as necessidades de medicamentos no atendimento básico e especializado, bem como aqueles demandados pelos programas estratégicos. Foi fomentado o acesso seguro e racional, incluindo o incentivo a arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos, além de ações de fortalecimento do Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus) e do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS), na perspectiva de estruturação da rede de assistência farmacêutica como parte integrante das redes de atenção à saúde.

Outra importante estratégia consiste na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio dos Programas Farmácia Popular do Brasil e Saúde Não Tem Preço, com finalidade de expandir estes Programas prioritariamente para os Municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Em 2013 são 29.559 farmácias credenciadas atuando em 4.119 Municípios, além de 546 estabelecimentos da rede própria atuando em 432 Municípios.

Os resultados obtidos no âmbito da assistência farmacêutica na atenção básica incluem a abertura de 18 processos de compras para aquisição de anticoncepcionais, insulina NPH e regular, iodeto de potássio e *kits* de medicamentos para atendimento às calamidades públicas e ao sistema penitenciário. Em 2013, dez desses processos foram formalizados, resultando no fornecimento parcial de 18,19 milhões de *blisters* relacionados a medicamentos da saúde da mulher, 600 *kits* de medicamentos para calamidade pública, 3.034 *kits* de medicamentos para sistema penitenciário, 200 mil comprimidos de Iodeto de Potássio e 2.100.832 frascos de Insulina Regular e 5.269.800 frascos de Insulina NPH.

Em 2013 foram formalizados 43 contratos de compras no âmbito do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf), que disponibiliza o tratamento, na forma de linhas de cuidado, para 79 doenças, correspondendo a mais de 200 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

O Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica atende às necessidades de programas de saúde referentes aos seguintes agravos e doenças de impacto na saúde pública: cólera, controle do tabagismo, dengue, doença de chagas, esquistossomose, febre maculosa, filariose, geohelmintíase, hanseníase, influenza, leishmaniose, lúpus/mieloma múltiplo/doença do enxerto contra hospedeiro, malária, meningite, tracoma, tuberculose, tuberculose multidroga-resistência. Em 2013, foram formalizados 12 contratos de compra, oito termos de cooperação com laboratórios oficiais, seis convênios com laboratórios oficiais e cinco aditivos relacionados a termo de cooperação com organismo internacional, todos para a produção de medicamentos, correspondendo a mais de 258,4 milhões de unidades de medicamentos adquiridas.

O apoio ao uso de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS foi incrementado em 2013, com o repasse, Fundo a Fundo, de R\$ 6,2 milhões para sete Secretarias de Saúde Municipais, uma Estadual e a do Distrito Federal, objetivando a estruturação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) em Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Outros 14 APLs (2012) estão sendo monitorados pelo sistema E-car e por meio de visitas técnicas. Também foram repassados R\$ 2,8 milhões para 21 Secretarias de Saúde Municipais e três Estaduais, visando ao apoio à estruturação e ao fortalecimento da Assistência Farmacêutica em Plantas Medicinais e Fitoterápicos





Em 2013 o projeto Hórus Básico/Estratégico já contou com a adesão de 2.508 Municípios e 20 Estados. Destes, 1.240 Municípios, 19 Estados e o Distrito Federal já utilizam o sistema para gerenciamento dos serviços farmacêuticos. No ano, profissionais vinculados a 528 Municípios foram capacitados, na modalidade a distância, e estão aptos a utilizar a ferramenta.

f) Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde

No ano de 2013, 31 tecnologias avaliadas tiveram recomendação de incorporação no Sistema Único de Saúde (SUS), destacando-se: cadeiras de rodas especiais e acessórios, bengalas, procedimentos de adaptação postural e sistema de frequência modulada para pessoas com deficiência auditiva; diagnóstico de casos novos de tuberculose e detecção de resistência à rifampicina; novos medicamentos para tratamento da hipertensão arterial pulmonar; vacina HPV para prevenção de câncer de colo do útero; rituximabe para tratamento do linfoma não Hodgkin; cloridrato de erlotinibe para tratamento do câncer de pulmão avançado ou metastático; gefitinibe para tratamento do câncer de pulmão de células não pequenas.

Foram recebidas 294 demandas para incorporação de tecnologias. Dentre elas, 192 foram referentes às solicitações de inclusão de medicamentos, 42 produtos e 60 procedimentos no rol do SUS: 146 internas, provenientes do Ministério da Saúde e de Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e 148 demandas externas, provenientes da indústria farmacêutica, de órgãos do Poder Judiciário, de associações de pacientes e sociedades médicas. A maioria das demandas foi relacionada a especialidades de reumatologia, oncologia, infectologia e pneumologia.

Foram publicadas em 2013, durante o processo de avaliação das demandas de incorporação tecnológica 42 consultas públicas e mais de 1,9 mil contribuições foram recebidas de instituições de saúde, associação de pacientes, empresas, instituições de ensino, sociedades médicas, entre outros, sobre as tecnologias analisadas.

Para 2014, estão previstas atividades com vistas a: promover o acesso e o uso racional de medicamentos no SUS; atualizar a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e o Formulário Terapêutico Nacional; ampliar o acesso público a informações sobre desenvolvimento de tecnologias em saúde; incorporar tecnologias por meio de acordos de cooperação técnica com instituições com *expertise* na área; promover o acesso regulado à assistência à saúde mediante atualização e elaboração de novos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas; estabelecer procedimentos para acompanhamento de evoluções tecnológicas no campo da saúde e produzir informações estratégicas que subsidiem futuras avaliações e deliberações de incorporação.

g) Ações de Promoção e Vigilância em Saúde

O Poder Público adota a vigilância em saúde como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise e disseminação de dados sobre eventos relacionados ao setor, visando ao planejamento e à implementação de medidas de saúde pública para a proteção, a prevenção, a promoção e o controle de riscos relativos a agravos e doenças.

Em relação à dengue, no ano de 2013, detectou-se a entrada no País de um novo vírus em circulação (DEN4) e, conseqüentemente, a sua disseminação em áreas populosas. Ocorreu um aumento no número de casos e óbitos no ano: a notificação dos casos de dengue em 2013 foi de 6.437 casos graves, o que representa um aumento de 47% quando comparado com o mesmo período de 2012 (4.386). No entanto, quando se compara com o mesmo período dos anos de 2010 e 2011 (anos de surto), observa-se que em 2013 houve uma redução de 63% em relação a 2010 (17.451 casos graves) e de 39% em relação a 2011 (10.545 casos graves). No que diz respeito à mortalidade por dengue, nesse período foram confirmados 616 óbitos.





Quanto à tuberculose, foi introduzido novo tratamento com quatro drogas em dose fixa combinada, conhecido como “4 em 1”, elevando a eficácia e a adesão ao tratamento, resultando na diminuição do abandono em cerca de 14%.

Em relação à hepatite C, foram introduzidos medicamentos inibidores de protease (IP) como terceira droga de tratamento desta patologia, com possibilidade de cura, e que, se não tratada, pode causar grande impacto na vida dos portadores. Foi publicado o Suplemento 2 do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) que simplificou e ampliou o acesso ao tratamento para hepatite C (genótipo I e fibrose avançada) com os IP. O PCDT foi flexibilizado para aumentar o acesso ao tratamento e obteve enorme sucesso, triplicando o acesso em apenas dois meses de operação. O monitoramento do tratamento passou a ser feito por meio de exames de biologia molecular, distribuídos em mais de 43 laboratórios pelo País.

Na campanha nacional de vacinação contra poliomielite, foram administradas, aproximadamente, 12,5 milhões de doses da vacina, representando uma cobertura de 96,6%. Também foi realizada, no mesmo ano, a campanha nacional de vacinação contra a gripe, com distribuição de mais de 43 milhões de doses, resultando no alcance de 91,4% de cobertura vacinal nos grupos elegíveis, ultrapassando a meta de 80%.

No ano de 2013, houve a introdução da vacina tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela) ao Calendário Nacional de Vacinação do Programa Nacional de Imunizações, que substituiu a segunda dose da vacina tríplice viral para as crianças de 15 meses de idade. Houve, também, a ampliação da oferta de vacinas para determinadas faixas etárias ou grupos prioritários, sendo: hepatite B, para a faixa etária de pessoas entre 30 e 49 anos; Tríplice viral, para faixa etária de até 49 anos de idade; e influenza, para puérperas e grupos com morbidades, como diabetes, obesidade e doenças respiratórias, cardíacas, renais e hepáticas crônicas.

Também em 2013, o País passou a contar com um sistema estruturado para a vigilância e resposta à influenza, incluindo a implantação de novo protocolo para o tratamento da doença e ampliação e modernização da capacidade laboratorial de diagnóstico da influenza por biologia molecular de sete laboratórios em 2010, para 17 em 2013. Também foi garantido o tratamento para todas as pessoas com indicação. No total, foram distribuídos, aproximadamente, 2,2 milhões de doses do antiviral fosfato de oseltamivir aos Estados e Municípios, representando 100% a mais quando comparado com 2011.

O Brasil é pioneiro na adoção do tratamento como prevenção do HIV, estratégia que reduz a transmissão do agravo. As novas recomendações de terapia antirretroviral em adultos infectados pelo HIV estão alinhadas com fortes evidências científicas de redução, indicando queda de até 94% na transmissão do HIV em pessoas em tratamento com carga viral indetectável. Elas preconizam o estímulo ao início imediato de terapia antirretroviral para todas as pessoas infectadas pelo HIV, independentemente do comprometimento das defesas do organismo.

Em 2013, o Brasil teve a menor incidência de malária dos últimos 30 anos. Além disso, houve redução de cerca de 37% (janeiro a outubro) nas internações por malária em relação a 2012.

Foi realizada, em 2013, uma campanha ampla de detecção da hanseníase e tratamento de parasitoses nas escolas. Em uma semana, cerca de 2,8 milhões de crianças e adolescentes foram tratados com albendazol 400 mg, 237.208 alunos foram encaminhados para a rede básica de saúde e unidades de referência, e 283 casos novos de hanseníase foram confirmados em menores de 15 anos.

Como estratégia de fortalecimento da vigilância ambiental, foram desenvolvidas ações voltadas para a vigilância da qualidade da água para consumo humano. No ano de 2013, cerca de 67,2% dos Municípios cadastraram formas de abastecimento de água, avaliaram dados fornecidos pelos prestadores de serviço de abastecimento e monitoraram a qualidade da água.





As violências e os acidentes têm grande impacto nas políticas de saúde. Em relação à violência, foi elaborado normativo para a notificação intersetorial, cuja implantação dar-se-á em 2014, e anunciada a obrigatoriedade da notificação de casos de violências motivadas por homo/lesbo/transfobia. Ainda em 2013, o *Projeto Vida no Trânsito* objetivou a redução das mortes e lesões causadas por acidentes de trânsito. Nesse ano, o projeto foi expandido para todas as capitais, Distrito Federal e Municípios com mais de um milhão de habitantes.

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), iniciada em agosto de 2013, é a mais completa pesquisa sobre as condições de saúde da população. A PNS é parte do Plano de Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), que são responsáveis por 72% dos óbitos no Brasil.

A promoção do conhecimento do estado de saúde do indivíduo é uma das estratégias de prevenção e controle de agravos. Nesse sentido, a incorporação de novas tecnologias se faz necessária para reduzir o tempo entre o diagnóstico e encaminhamento para tratamento, se necessário. Para tanto, em 2013 foi implantado o uso de testes rápidos na rotina de serviço e massificado o uso dessa tecnologia para testagem do HIV, sífilis, hepatites B e C e tuberculose.

Em 2013 foram habilitados 817 polos, totalizando 3.683 com os de 2011 e 2012. Desse total, 1.364 polos encontram-se em fase preparatória, estando em situação de habilitação para o recebimento da segunda parcela de recursos para a implantação, e 1.040 polos encontram-se com obras iniciadas. Como estratégia de promoção à saúde e redução dos fatores de risco para as doenças e agravos crônicos não transmissíveis, o Programa Academia da Saúde vem ampliar o acesso da população à promoção da saúde. Os demais se encontram em processo inicial de habilitação e 460 com obras concluídas.

Encontram-se habilitados 210 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), dentre os quais dez são voltados prioritariamente para a saúde do trabalhador rural. Ainda em 2013, avançou-se na implementação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador, instituída em 2012, que fortalece a vigilância, a promoção e a proteção da saúde desse segmento populacional.

Para 2014, as metas prioritárias para atuação em Promoção e Vigilância em Saúde são: i) ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, atingindo 26 unidades da Federação; ii) adquirir 15 milhões de doses de vacinas contra o papiloma vírus humano (HPV) para a imunização de adolescentes do sexo feminino de 11 a 13 anos de idade; iii) implantar a vacina contra hepatite A para crianças; iv) implantar a vacina contra coqueluche acelular para gestantes; v) reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2012 para 19/100.000 hab.; vi) ampliar para 70% o percentual de Municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de pentavalente em menores de um ano; vii) reduzir o número de óbitos e casos graves por dengue; viii) ampliar o número de academias de saúde habilitadas; e ix) promover a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Saúde.

h) Alimentação e Nutrição

Em 2013, o Ministério da Saúde assinou novo acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos (Abia) para a redução de sódio nas categorias de produtos lácteos, produtos cárneos e sopas, estabelecendo-se metas nacionais para retirada de mais oito mil toneladas de sódio do mercado brasileiro até 2020, totalizando a retirada de 28,5 mil toneladas de sódio com todas as 15 categorias prioritárias de alimentos processados pactuadas desde 2011.

Em novembro de 2013 foi assinado o último termo da primeira fase de pactuações de metas para a redução de sódio em todas as categorias prioritárias, que representam mais de 90% do sódio consumido pela população a partir de alimentos processados. O termo de compromisso assinado é pela diminuição de sódio em laticínios, embutidos e refeições prontas,





em até 68% ao longo dos próximos quatro anos. Com isso, estão definidas metas de redução para massas instantâneas, pães de forma, bisnaguinhas, maionese, pão francês, bolos, misturas para bolos, biscoitos, salgadinhos e batatas fritas, temperos, caldos, cereais matinais, margarinas vegetais, sopas, produtos lácteos e cárneos.

Com relação à prevenção e controle da obesidade, foi aprovada pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) a Estratégia Nacional para Prevenção e Controle da Obesidade no escopo do Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis e do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, lançados em 2011.

Destaca-se também a organização da linha de cuidado às pessoas com sobrepeso e obesidade na Rede de Atenção à Saúde. Para tanto, foram publicadas importantes normativas para organização dessa linha de cuidado no SUS: Portaria nº 424, de 19 de março de 2013, que redefine as diretrizes para a organização da prevenção e do tratamento do sobrepeso e obesidade como linha de cuidado prioritária da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas; e Portaria nº 425, de 19 de março de 2013, que estabelece regulamento técnico, normas e critérios para o Serviço de Assistência de Alta Complexidade ao Indivíduo com Obesidade.

O acompanhamento da situação alimentar e nutricional por meio do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) contempla o registro dos dados antropométricos dos usuários atendidos nas Unidades Básicas de Saúde e o acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família. Esse acompanhamento permite a estratificação de risco nutricional da população e o planejamento do cuidado em saúde. A média da cobertura municipal do Sisvan no primeiro semestre de 2013 foi de 17%.

A nova estratégia de enfrentamento da anemia ferropriva está em fase de delineamento de diretrizes operacionais e logísticas, e deverá ser implementada em 2014 em duas frentes: i) no âmbito das creches do Programa Saúde na Escola por meio da fortificação de uma das refeições oferecidas para as crianças durante 60 dias por semestre; e ii) no âmbito das Unidades Básicas de Saúde – público Bolsa Família com vistas à substituição do sulfato ferroso pelo novo produto. As Equipes de Atenção Básica serão responsáveis pela orientação das famílias sobre o uso do produto em domicílio (60 dias/semestre). A prescrição deverá fazer parte dos cuidados previstos para as crianças.

i) Vigilância Sanitária

No contexto da vigilância sanitária, foi publicado o Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013, que aprimora o processo regulatório atual e harmoniza as disposições legais existentes para o controle sanitário de produtos, bens e serviços, tendo como base o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico.

Em consequência dessa norma, foram atualizadas as regras para a anuência prévia de patentes de produtos e processos farmacêuticos, para priorização da análise de produtos farmacêuticos de interesse do SUS e que regulamentam o direito de acesso aos medicamentos inovadores ainda não disponíveis no mercado. Esses medicamentos beneficiarão pacientes portadores de doenças debilitantes e graves para as quais não exista terapêutica apropriada ou constate-se a sua insuficiência.

Foi estabelecida norma referente às boas práticas de produtos para saúde, com a definição de requisitos de qualidade que devem ser seguidos por fabricantes e empresas que comercializam produtos para saúde no Brasil. Nessa linha de ação e para melhor compreensão da indústria sobre a legislação e regras relacionadas aos padrões de qualidade de produtos e serviços do setor da saúde, foi lançado o Guia de Auxílio na Implantação de Boas Práticas em Produtos para Saúde.





Para contribuir com a redução dos prazos de análise de produtos, foi disponibilizada no portal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a lista de pedidos que aguardam análise e os prazos médios praticados por essas análises.

Também em 2013 entrou em funcionamento o novo sistema de peticionamento eletrônico de bulas, que permite aos laboratórios farmacêuticos a notificação, de forma automática, das alterações nas bulas de medicamentos.

Outra inovação incorporada em 2013 permite que as empresas possam alterar a ordem dos pedidos de registro apresentados, podendo priorizar aquele que considerar mais importante ou mais inovador. Essas mudanças dão continuidade a um conjunto de medidas adotadas para aumentar a agilidade do setor, das quais também faz parte o Sistema de Registro Eletrônico de Medicamentos, que começou a funcionar em abril. Foram agilizadas as concessões de Autorização de Funcionamento (AFE) e Autorização Especial (AE) para farmácias e drogarias, de forma a eliminar atrasos na renovação dessas concessões.

Na área de produtos fitoterápicos tradicionais foi publicada a primeira regra voltada especificamente para os procedimentos de fabricação desses produtos, estabelecendo orientações de Boas Práticas de Fabricação.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, foi aprovada norma que racionaliza, simplifica e padroniza procedimentos e requisitos de regularização do microempreendedor individual e do agricultor familiar junto ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

No contexto da função regulatória de inspeção de produtos em circulação no mercado e que são do interesse da saúde pública, destacam-se as seguintes realizações: analisadas 82.922 petições para autorização de funcionamento de empresas; inspecionadas 395 empresas; emitidos 1.810 certificados de boas práticas de fabricação, armazenamento e distribuição de medicamentos, produtos para saúde e insumos farmacêuticos; expedidas 313 resoluções para suspensão, interdição e apreensão de produtos; 12 empresas interditadas parcial ou totalmente e 296.954 licenças de importação concedidas.

Para 2014 está prevista a redução do tempo de registro de medicamentos no País, sem prejuízo à segurança sanitária, bem como a simplificação dos processos de notificação dos eventos adversos ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, resultando em um prazo de até 15 dias após a ocorrência. Os casos que resultarem em morte deverão ser notificados em até 72 horas.

No âmbito do Programa de Segurança do Paciente, novos planos serão implantados, tendo como princípios norteadores a melhoria contínua dos processos de cuidado e do uso de tecnologias da saúde, a disseminação sistemática da cultura de segurança, a articulação e a integração dos processos de gestão de risco, bem como a garantia das boas práticas de funcionamento do serviço de saúde.

j) Relações de Trabalho com Profissionais e Trabalhadores da Saúde

O Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) qualificou 3.460 profissionais de saúde do SUS para atuação em atenção básica. Nos processos de educação permanente com foco nas redes prioritárias, foram qualificados 15.766 profissionais e gestores de serviços de saúde.

Desde 2009, o Pró-residência vem consolidando a participação do Ministério da Saúde no processo de avaliação das necessidades de profissionais de saúde no País e indução da abertura de novas vagas de residência em regiões prioritárias e especialidades estratégicas. Em 2013 foram investidos R\$ 46,4 milhões em bolsas de residência médica, aumento de 129% no orçamento executado, e R\$ 36,3 milhões em bolsas de residência multiprofissional, aumento de 152% no orçamento executado.





Os programas de residência em saúde têm papel estratégico na formação dos médicos do País. Eles perfazem o montante de 5.011 programas ofertados por 550 instituições distribuídos em todos os Estados. Estão matriculados atualmente 30.407 médicos residentes sendo que 7.906 recebem bolsas. A residência multiprofissional ofertada em 13 áreas profissionais de saúde conta com seis mil residentes matriculados dos quais 3.602 são beneficiados com bolsas. O valor atual da bolsa residência foi reajustado para R\$ 2.976,26, aumento de 24%. O orçamento 2013 para pagamento de bolsas foi de R\$ 343 milhões.

Entre as perspectivas para 2014, destacam-se a qualificação de 2,5 mil trabalhadores atuantes na gestão do sistema e na educação em saúde, além de 3.613 novas bolsas de Residência Médica e 1.086 bolsas adicionais de Residência Multiprofissional em Saúde, referentes à abertura de novas vagas de residência para formação de especialistas para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O Pró-Saúde e o Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) são programas que visam induzir a transformação nos cursos de graduação, na perspectiva de formar profissionais de saúde capazes de responder as necessidades da população. Nestes Programas, em 2013 foram financiados 902 Grupos PET-Saúde, contabilizando 15.975 bolsistas.

O Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do SUS (Progesus) realizou cursos de especialização e de aperfeiçoamento em políticas de gestão do trabalho e educação na saúde, na forma de projeto-piloto para a região Nordeste. Foram matriculados 658 alunos no curso de especialização e 84 no curso de aperfeiçoamento, além de 400 alunos matriculados na continuação do curso a distância de atualização em gestão das condições de trabalho e saúde dos trabalhadores da saúde.

Outro importante eixo para o fortalecimento das relações de trabalho na área da saúde é a Mesa Nacional de Negociação Permanente do SUS, cujo objetivo é criar novos espaços de negociação e interlocução. Em 2013 foram realizados oito seminários: três de abrangência estadual e cinco de abrangência regional, com cerca de 320 participantes representantes de gestores e de entidades sindicais da saúde.

k) Combate ao Desperdício, Transparência, Gestão Participativa do SUS, e-Saúde e Informação

A gestão governamental em saúde possui natureza complexa que abrange várias dimensões – ética, política, estratégica, técnica e administrativa. Nesse contexto multidimensional, visando ao fortalecimento da gestão participativa no âmbito do SUS, foram realizadas as seguintes ações:

- 11 Comitês Técnicos Estaduais de Política de Promoção da Equidade e de Educação Popular em Saúde implantados e funcionando, com a participação de representantes das Secretarias de Saúde e de Movimentos Sociais nas seguintes unidades da Federação: Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. O processo de articulação com Estados e Municípios para a criação de comitês de Educação Popular e Equidade (populações negra, LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais –, em situação de Rua e Campo e Floresta) é contínuo;
- Realizados três seminários locais no Maranhão, Rio Grande do Sul e Bahia, respectivamente, sobre a saúde das comunidades quilombolas, com a participação de gestores, trabalhadores da saúde, conselheiros e lideranças quilombolas; e
- Realizados três seminários nacionais com a participação de gestores e de lideranças dos movimentos sociais para discussão dos Planos Operativos das Políticas de Equidade das Populações: Negra, de Campo e Floresta, e LGBT.

O Sistema Nacional de Ouvidoria está organizado nas três esferas de governo havendo, atualmente, 1.263 ouvidorias implantadas. Em 2013, houve processo de implantação de ouvidorias em 84 Municípios do Ceará e 11 do Mato Grosso do Sul, e 205 Municípios capacitados no curso *Tecendo a Rede do Sistema Nacional de Ouvidoria*.





Com foco no aumento da transparência e qualidade da gestão do SUS em 2013, destacam-se também as ações do Disque-Saúde 136 e de ouvidoria ativa. Foi incentivada a manifestação espontânea dos cidadãos por meio do Disque-Saúde 136, carta, atendimento presencial e formulário eletrônico disponível no Portal da Saúde, além da implantação da Ouvidoria Ativa, envolvendo duas ações distintas:

- Carta SUS: Correspondência enviada pelo Ministério da Saúde aos cidadãos que passaram por internação hospitalar ou procedimentos ambulatoriais de alta complexidade em hospitais/unidades de saúde públicas ou contratualizadas com o SUS. O objetivo dessa ação é fiscalizar a utilização dos recursos públicos de saúde, fortalecer a participação da população na gestão, monitorar as ações de saúde e avaliar a qualidade do atendimento prestado pelo SUS. A referida ação teve início em janeiro/2012, já foram enviadas desde 2012 – 10.081.235 e em 2013 – 13.638.196, totalizando 23.719.431. No que se refere à pesquisa de satisfação do usuário, recebemos 1.392.299 cartões-resposta, por correio, Internet e telefone. Além disso, a Ouvidoria Geral do SUS já recebeu 6.292 manifestações entre denúncias, elogios, informações, reclamações, solicitações e sugestões, das quais 4.232 são denúncias; e
- Pesquisas: i) Pesquisa do Programa Rede Cegonha, com o objetivo de avaliar o impacto da implementação da Rede Cegonha nos Estados brasileiros, considerando o olhar de uma amostra representativa de mães que tiveram parto pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa foi iniciada em 10 de maio de 2012, contabilizando 197.854 questionários aplicados até 31 de dezembro de 2013. Para a aplicação dos questionários, foram realizados 741.660 contatos; e ii) Pesquisa de Avaliação da Internação do cuidado pós-alta de Acidente Vascular Cerebral e Infarto Agudo do Miocárdio, em adultos, com o objetivo de avaliar o atendimento recebido nos serviços públicos de saúde durante a internação e verificar o acompanhamento médico pós-alta do paciente. A pesquisa foi iniciada em 31 de maio de 2013, contabilizando 44,3 mil questionários aplicados até 31 de dezembro de 2013 e para a aplicação dos referidos questionários foram realizados 83.531 contatos.

Em relação ao acesso às informações do SUS, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), no ano de 2013, ocorreram 2.222 registros, com 98,74% todos respondidos. Foram recebidas 101.352 ligações no Disque-Saúde 136, com 139.417 informações disseminadas em atendimento à Lei de Acesso à Informação.

Com relação à articulação interfederativa, consolidou-se em 2013 a adesão dos Municípios ao Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão do SUS (Sargsus), com 99% das Secretarias Municipais e 100% das Secretarias dos Estados e do Distrito Federal alimentando o sistema que auxilia na prestação de contas referente ao Relatório Anual de Gestão.

A auditoria do SUS realizou em 2013, por meio do Departamento Nacional de Auditoria do SUS (Denasus), 1.661 Ações de Controle Interno do SUS, sendo 1.046 auditorias, 117 fiscalizações, 391 visitas técnicas e 107 verificações no Termo de Ajuste Sanitário (TAS); e 243 Cooperações Técnicas. Em um total de R\$ 3,3 bilhões auditados nos Programas Saúde da Mulher – CA de Mama, Saúde da Mulher – CA de Colo de Útero, Saúde não tem Preço – Farmácia Popular; como também, na vigilância em saúde – hanseníase, Aquisição e utilização de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) – Cardiologia, Aquisição, utilização de OPM – Traumatologia-ortopedia, Carta SUS, dentre outros, houve R\$ 277 milhões de proposições de devolução.

A tecnologia aplicada à saúde é um ponto de fundamental importância para garantir o acesso da população ao SUS com qualidade e em tempo oportuno. Ultrapassando os limites da informática, as atividades desenvolvidas pelo DataSUS auxiliam no controle dos serviços e ações ofertadas ao cidadão, no atendimento recebido por ele nas unidades de saúde básicas ou de média e alta complexidade, no trabalho dos profissionais e na qualificação de sua relação com os pacientes, além do controle e processamento das contas da Saúde, integrando a União aos Estados e Municípios para o cumprimento de suas atribuições no SUS.





Entre os principais avanços conquistados pelo Departamento de Informática do SUS estão o avanço nas instalações de câmeras nos hospitais de referência do Sistema Único de Saúde para promoção do SOS Emergências, a depuração de 150 milhões de registros do Cartão Nacional de Saúde, a realização de investimentos de infraestrutura com a atualização tecnológica dos equipamentos de TI instalados nas salas-cofres de Brasília e do Rio de Janeiro, o desenvolvimento e a disponibilização do *software* de cadastramento de usuários do Cartão Nacional de Saúde na Internet (*Cadsus Web*) e o desenvolvimento do *Web Service* do *Cadsus Web*, promovendo a interoperabilidade de 13 sistemas do Ministério da Saúde com o *Cadsus Web*.

Para 2014, as perspectivas são: i) apoiar a implantação de 125 ouvidorias com sistema informatizado; ii) pactuar a assinatura do Contrato Organizativo de Ação Pública (Coap) em 50 Regiões de Saúde e disponibilizar em formato eletrônico o módulo quadrimestral, atendendo integralmente aos requisitos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; iii) realizar mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública; iv) realizar dez milhões de ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS; v) ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 100 mil entrevistas; e vi) evolução do *Cadsus Web* para a versão 5.0, a distribuição de 191 milhões de mídias plásticas (PVC) do Cartão Nacional de Saúde e de cerca de 30 mil impressoras de etiquetas, a promoção da interoperabilidade de outros dez sistemas do Ministério da Saúde com o *Cadsus Web* por meio do *Web Service*, a disponibilização do *Web Service* para sistemas de Estados e Municípios e implementação do serviço de banda larga em Unidades Básicas de Saúde por todo o Brasil.

1) Atuação Internacional

Dentre os mais de 100 projetos de cooperação, negociações multilaterais e intercâmbios internacionais, destaca-se, em 2013, as negociações, trocas de experiências e acordos firmados com países e organizações internacionais no âmbito do Programa Mais Médicos, contribuindo nas etapas de elaboração, execução e implementação do Programa.

No campo da cooperação internacional, ganham relevo ações de cooperação fronteiriça com Argentina, Bolívia e Guiana Francesa, com destaque particular para a Assinatura do Projeto Trilateral Alemanha – Brasil – Uruguai, com financiamento alemão de cinco milhões de euros para o fortalecimento dos sistemas de saúde na região fronteiriça Brasil-Uruguai. Além disso, houve ampliação da cooperação em bancos de leite humano, em particular na América Latina, além da cooperação com o Peru nas áreas de assistência farmacêutica e doenças crônicas não transmissíveis.

Com relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), o Brasil foi o que mais reduziu a mortalidade na infância (menores de cinco anos) entre nações da América Latina, Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) e alguns países de renda média alta (Objetivo 4). Quanto aos demais Objetivos vinculados à saúde (Objetivo 5 de melhorar a saúde materna e Objetivo 6 de combater o HIV/aids, a malária e outras doenças), os avanços foram significativos, sendo reconhecidamente o país com a menor taxa de incidência de tuberculose entre os Brics.

Nos fóruns multilaterais, o Brasil manteve seu protagonismo nos órgãos de saúde global, sendo reconduzido como membro do Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde (OMS), órgão diretivo constituído por 34 países, ainda compondo o Conselho Diretor da Organização Pan-americana de Saúde (Opas) e ingressando como membro da Agência Internacional de Pesquisa do Câncer (Iarc).

O *Projeto de Cooperação Internacional em Saúde no Haiti*, o maior projeto de cooperação internacional brasileiro, está voltado ao enfrentamento do desafio de reconstrução do Haiti, após o terremoto de 2010, e permitiu ao poder público brasileiro construir, em 2013, três Hospitais Comunitários de Referência (do tipo Unidade de Pronto Atendimento – UPA), com capacidade para 40 leitos, e inauguração prevista para abril de 2014; um Instituto de Reabilitação (que atuará na reabilitação





de pessoas com deficiência nos campos da visão, audição, locomoção, pessoas amputadas, dentre outras), um laboratório de órteses e próteses, em regiões de alta densidade populacional e sem estrutura para o acesso aos serviços de atenção à saúde. Inaugurou também dois laboratórios de saúde pública para apoio à vigilância em saúde. Também foram formados agentes comunitários de saúde, auxiliares de enfermagem e inspetores sanitários.

m) Saúde Suplementar

Ao exercer o papel institucional de regulação e fiscalização da saúde suplementar, em 2013, o Governo recebeu 59.523 reclamações sobre a garantia de atendimento (4º ao 7º ciclo de monitoramento), e destas, 15.158, no 7º ciclo, ocorrido de junho a setembro de 2013. Devido aos problemas apontados pelos consumidores nestas reclamações, após devidamente averiguadas, 150 planos de 41 operadoras tiveram indicação de suspensão da comercialização no 7º ciclo de avaliação, que apresentou ampliação de escopo, avaliando também a cobertura assistencial. Essa é uma medida que protege 4,1 milhões de consumidores, beneficiários desses planos – o equivalente a 8,3% do total de beneficiários. Desde o primeiro ciclo, 700 planos de 89 operadoras foram atingidos pela medida regulatória. O índice da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) de resolutividade de conflitos entre operadoras e beneficiários é de 84,2% (de um total de 71.432 notificações recebidas em 2013).

Com relação ao Programa de Promoção da Saúde e Prevenção de Agravos e Doenças e de Envelhecimento Ativo, em operação desde 2011, foram estimulados os hábitos saudáveis dos idosos, podendo oferecer prêmios e descontos de mensalidades. O monitoramento em 2013 demonstra um aumento de oito vezes em relação ao número de programas registrados em 2011, o que equivale a 997 programas, com a participação de 1,4 milhão de beneficiários.

O Risco Assistencial consiste em um processo periódico e sistemático de análise e produção de informações a partir das reclamações dos beneficiários e dos dados encaminhados pelas operadoras aos sistemas de informações da ANS, sendo divulgado a partir de 2012. De acordo com o resultado do processamento do risco assistencial de novembro de 2013, 69,60% das operadoras Médico-Hospitalares ativas apresentam baixo risco assistencial, 6,10% apresentam risco assistencial pré-moderado, 18,20% encontram-se na faixa de risco moderado e 5,07% encontram-se na faixa de risco alto.

A qualificação das operadoras do segmento suplementar da atenção à saúde é mensurada pelo Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS). Esse índice é composto por 40% na dimensão atenção à saúde; 20% na econômico-financeira; 20% na estrutura e operação e 20% na satisfação dos beneficiários. O número de operadoras (médico-hospitalares e odontológicas) que obtiveram o índice nas duas melhores faixas, entre 0,60 a 1,00 subiu de 482 em 2010, correspondendo a 33.756.664 de beneficiários (56%), para 752 operadoras em 2013, com 47.871.564 de beneficiários (76%).

O aperfeiçoamento contínuo do processo de ressarcimento ao SUS gerou, em 2013, R\$ 175,62 milhões de inscrições em dívida ativa. As Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) pagas no ano alcançaram R\$ 113,03 milhões e o total arrecadado nesse período foi de R\$ 167,74 milhões. Desde 2011, houve arrecadação de 322 milhões.

Para 2014, projeta-se a ampliação do processo de ressarcimento das operadoras ao SUS, alcançando 356.100 AIHs com processos concluídos.

A partir de janeiro de 2014, os beneficiários de planos de saúde individuais e coletivos terão direito a mais 87 procedimentos, incluindo 37 medicamentos orais para o tratamento domiciliar de diferentes tipos de câncer e 50 novos exames, consultas e cirurgias, de acordo com o novo rol, revisto em 2013, após ampla consulta à sociedade.





5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

A participação cidadã da população negra, que representa 50,7% da população brasileira, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, requer que as estratégias de desenvolvimento considerem aspectos histórico-culturais da desigualdade, no tocante à elaboração, execução e avaliação de políticas sociais e econômicas capazes de atacar as desigualdades étnico-raciais, incluindo as medidas afirmativas. Nesse contexto, foram desenvolvidas estratégias para a implementação de políticas de igualdade racial, com destaque para a institucionalização de mecanismos de monitoramento e avaliação e a regulamentação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), voltado à efetivação das políticas e serviços destinados à superação de desigualdades raciais.

O Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial – www.monitoramento.seppir.gov.br –, em sua primeira etapa lançada em 2013, contém informações de monitoramento e de diagnóstico, com dados territoriais, de duas políticas públicas consideradas estratégicas para a promoção da igualdade racial no Brasil: o Programa Brasil Quilombola (PBQ) e o Plano de Prevenção à Violência contra a Juventude Negra.

O Sistema tem como público-alvo os gestores das três esferas governamentais, pesquisadores, beneficiários, bem como a sociedade civil, e foi desenvolvido em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Fundação Ford. A ferramenta permitirá a localização georreferenciada das comunidades em estágio de regularização fundiária e com o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado. Será possível, ainda, cruzar os dados com o CadÚnico, já que todas as comunidades e territórios registrados passarão a ter um único código identificador. Tais dados serão úteis à inclusão dos setores censitários quilombolas no próximo Censo, conforme termo de cooperação com o IBGE.

Cabe mencionar o lançamento, em 2013, do Mapa da Distribuição Espacial da População, segundo a cor ou raça, que evidencia a distribuição percentual da população negra no País, conforme 316.574 setores censitários urbanos e rurais trabalhados pelo IBGE. Novos estudos sociodemográficos e análises espaciais vêm sendo desenvolvidos, além da inclusão de informações sobre áreas quilombolas na base territorial do IBGE.

No que concerne à regulamentação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituído pelo Estatuto de Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, foi publicado o Decreto nº 8.136, de 5 de novembro de 2013, com o objetivo de descentralizar, de forma articulada entre as esferas de governo, as políticas de promoção da igualdade racial.

Entre 2012 e 2013, foram formalizados convênios com entes federados, com valor global de R\$ 5,9 milhões, consideradas as contrapartidas. Como resultado das parcerias, estão sendo desenvolvidas ações para a formação e capacitação de gestores e a estruturação e articulação estadual de organismos de promoção da igualdade racial.

a.1) Ações Afirmativas para a Igualdade Racial

O Estatuto da Igualdade Racial prevê a instituição de programas de ação afirmativa em diversos setores, nas esferas pública e privada, e define que os referidos programas constituir-se-ão em políticas públicas destinadas a reparar as distorções e desigualdades sociais e demais práticas discriminatórias.





No campo da educação, como resultado da aplicação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas para universidades federais e institutos federais, essas instituições já preencheram, no primeiro ano de vigência da Lei, um percentual superior às metas estabelecidas para o período. Do total de 141.953 vagas ofertadas nas universidades federais, 46.137 vagas (32,5%) foram para estudantes cotistas. Do total, 17,8% atenderam especificamente ao grupo de pretos, pardos e indígenas (PPI) em todo território nacional com matrículas para 2013.

Destaca-se, ainda, que em 2013 o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria Normativa nº 21, que inclui a temática da educação para as relações étnico-raciais na formulação e produção de materiais didáticos e paradidáticos, bem como nas linhas e eixos de ação que compreendem o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Com o objetivo de promover a igualdade racial e enfrentar o racismo, foi também instituída a coleta do quesito raça-cor nos instrumentos de avaliação do MEC e no censo escolar.

O projeto *A Cor da Cultura* busca valorizar a contribuição da comunidade negra para a formação social brasileira, por meio de materiais didáticos e práticas pedagógicas disponíveis para a rede escolar. Em sua Fase III, a ser concluída em 2014, o projeto realizou formações para 2.052 educadores nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Goiás, Maranhão e Pará. Outra ação é a publicação *Indicadores de Qualidade na Educação – Relações raciais na escola*, resultado de parceria entre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o MEC e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

No que tange ao mundo do trabalho, o Governo Federal mensurou as disparidades de acesso entre negros e brancos a cargos efetivos da administração pública federal (APF), por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos, sistema que reúne informações sobre os servidores públicos civis do Poder Executivo Federal. A representação de negros é de cerca de 30%, embora representem 50,7 % da população brasileira.

O Programa Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia, do Instituto Rio Branco, instituído com a finalidade de proporcionar maior igualdade de oportunidades de acesso à carreira diplomática, beneficiou 85 candidatos com bolsa no valor de R\$ 25 mil para custeio de cursos e aulas preparatórios ao concurso de admissão à carreira, além da aquisição de livros e material didático.

No campo da garantia de direitos, como resultado do Grupo de Trabalho sobre Indicadores de Racismo Institucional do Projeto Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras – projeto apoiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero da Organização das Nações Unidas (ONU Mulheres) – foi publicado em 2013 o Guia de Enfrentamento ao Racismo Institucional, cujo objetivo é permitir o enfrentamento ao racismo institucional com base em diagnósticos, planos de ação e indicadores, assim como contribuir para a formulação e implementação dos compromissos apontados no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

Traduzindo sua adesão à Campanha *Igualdade Racial é Pra Valer*, a empresa Correios lançou em seu Edital 2013 de Seleção de Patrocínios, que contempla diversos segmentos de manifestações artístico-culturais, cotas de 10% para proponentes afrodescendentes. No mesmo sentido, o Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania buscou ampliar a apresentação de propostas por parte de organizações e temática vinculadas à promoção da igualdade racial. Também a Casa da Moeda do Brasil aderiu, e por meio do Protocolo de Intenções assinado em julho, constituiu o Fórum da Diversidade e do Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Etnia da empresa, que, além de ações de promoção da igualdade racial em seu quadro funcional, realizou programação com exibição de filmes e apresentações culturais em comemoração ao mês da Consciência Negra.





Em relação à segurança pública e acesso à justiça, foi incluído no manual Procedimento Operacional Padrão 2013 (POP) da abordagem policial, publicado pelo Ministério da Justiça, conteúdo referente à temática racial e, ao atendimento a grupos vulneráveis, a exemplo de jovens negros, comunidades tradicionais de matriz africana e ciganos.

Para 2014, prevê-se a operação do Disque Igualdade Racial, cujo objetivo é acolher manifestações de racismo e discriminação por meio do número de telefone de utilidade pública 138. Também foram capacitados 70 servidores em relação ao tema Identificação e Abordagem do Racismo Institucional.

Em 2013, a Seppir firmou um Protocolo de Intenções com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para fomento ao empreendedorismo negro, de pessoas e organizações da comunidade negra, com vistas à formalização e desenvolvimento de pequenos negócios e consequente geração de emprego e renda, no contexto das ações de prevenção e enfrentamento do racismo institucional e fortalecimento de políticas de promoção da igualdade racial.

a.2) Povos de Cultura Cigana, Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Outras Comunidades Tradicionais

Durante as comemorações do Dia Nacional dos Ciganos, em 24 de maio, realizou-se o evento Brasil Cigano - I Semana Nacional dos Povos Ciganos, que reuniu cerca de 300 pessoas de comunidades ciganas oriundas de 19 Estados e do Distrito Federal. Na ocasião, entidades, comunidades ciganas e instituições do Poder Público Federal debateram a pauta de reivindicações dos Povos Ciganos, com ênfase no acesso às políticas públicas de cultura, saúde, desenvolvimento social, combate à discriminação, defesa dos direitos humanos e valorização das culturas ciganas. Foi lançado, ainda, o *Guia de Políticas Públicas para Povos Ciganos*, voltado a acampamentos, comunidades e gestores públicos sobre acesso a bens e serviços públicos para essa população, conforme os eixos Direitos humanos, Políticas sociais e de infraestrutura, Políticas culturais e Acesso à terra.

Em 2013, foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, que reúne ações emergenciais e de fomento à inclusão produtiva, à garantia de direitos, à proteção do patrimônio cultural e tradição africana no Brasil, bem como ao enfrentamento à extrema pobreza. O Plano envolve 14 instituições federais e aborda três eixos estratégicos: Garantia de direitos, Territorialidade e cultura e Inclusão social e desenvolvimento sustentável.

No que concerne à Garantia de Direitos e ao Fortalecimento Institucional dos Povos e Comunidades de Matriz Africana, investiu-se R\$ 1,1 milhão em projetos de sete associações representativas dessas comunidades, envolvendo 61 casas tradicionais de todas as regiões do Brasil, em ações de capacitação e valorização de práticas tradicionais alimentares e de saúde. Como parte da meta de elevar a escolarização das Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, foi realizado um levantamento sobre o atendimento de crianças e adultos dessa população pelos sistemas educacionais de Estados, capitais e Distrito Federal, mapeando atividades inovadoras, normas ou regulamentações específicas e modelos de atendimento.

No eixo Territorialidade e Cultura, o Projeto *Encontro de Saberes* investiu cerca de R\$ 1,6 milhão em atividades de intercâmbio de conhecimentos do mundo acadêmico e dos saberes tradicionais, de matrizes indígenas, africanas e de outras comunidades tradicionais. O Projeto Rede de Pontos de Leitura Ancestralidade Africana no Brasil, por sua vez, implementou dez bibliotecas com acervo, mobiliário e computador, com investimentos de R\$ 300 mil. Como parte das ações desse eixo, houve ainda o tombamento da casa Ilê Axé Oxumaré, um dos resultados da criação do Grupo de Trabalho para Preservação do Patrimônio Cultural de Terreiros – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que lançará em 2014 editais para premiação de instituições, mestres e mestras da ancestralidade africana.





Ainda no âmbito do Plano Nacional, no eixo Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável, foram apoiados eventos para potencializar práticas e saberes dos povos tradicionais de matriz africana como promotores de saúde, entre eles o IV Encontro Nacional de Mulheres de Axé, o II Encontro Nacional de Homens de Axé, o I Encontro Nacional Juventude de Terreiros e o Projeto *Direito à Política de Saúde para os Povos de Comunidade de Terreiro*. Cabe destaque, ainda, à ação de distribuição de duas mil toneladas de alimentos, parceria entre Seppir, MDS e Conab, por meio da qual foram distribuídas 86.670 cestas de alimentos a 17,2 mil famílias, de janeiro a novembro de 2013. Essa é uma das medidas que visa garantir segurança alimentar para Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. Também em 2013, foram atendidas mais três mil famílias tradicionais de matriz africana na Bahia vítimas de contaminação de chumbo no Município de Santo Amaro da Purificação.

No tocante às ações que envolvem a promoção e o fomento do patrimônio cultural da população negra, incluindo também as comunidades tradicionais de matriz africana e as produções culturais da população negra, foram apoiadas várias atividades, dentre as quais destacamos: i) Mostra Imagem dos Povos, com destaque para o cinema brasileiro de temática negro-africana e produzido por realizados negros, em Belo Horizonte/MG; ii) Edital Nufac para a realização de curso de formação profissional na área da cultura para jovens negros e negras, por meio da implantação de dez Núcleos de Formação de Agentes de Cultura da Juventude Negra (Nufac), corroborando com o Plano Juventude Viva; iii) Edital Ideias Criativas, que tem por objetivo a seleção de 38 projetos para a realização de atividades artísticas, socioculturais e formativas alusivas ao Dia da Consciência Negra; e iv) Lançamento do Escambo Cultural, projeto que visa ao intercâmbio entre jovens artistas e a promoção do debate sobre protagonismo juvenil na área da cultura.

a.3) Comunidades Quilombolas

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), lançado em março de 2004, tem como objetivo articular e acompanhar políticas públicas voltadas à melhoria das condições de vida dos quilombolas. Nesse sentido, a Agenda Social Quilombola agrupa os seguintes eixos: i) acesso à terra; ii) infraestrutura e qualidade de vida; iii) inclusão produtiva e desenvolvimento local; e iv) direitos e cidadania.

No que se refere ao acesso à terra, em 2013, tem-se que: i) foram certificadas, em 2013, 259 comunidades remanescentes de quilombos, constituindo importante elemento no resgate da dívida histórica com os afrodescendentes; e ii) foram entregues 14 títulos definitivos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em três comunidades quilombolas do Estado do Sergipe, e numa comunidade do Pará pelo Instituto de Terras do Estado (Iterpa). Ainda foram publicados dez Decretos de Declaração de Interesse Social, para fins de desapropriação, de imóveis rurais abrangidos em territórios quilombolas, beneficiando 1.450 famílias em 21,8 mil hectares. Por fim, existem 164 editais de Relatórios Técnicos de Identificação de Delimitação (RTID) publicados desde 2005, em benefício de 22.069 famílias, em uma área de 1,7 milhão de hectares.

Cabe ressaltar, como estratégia de alavancar as ações referentes às comunidades quilombolas, a criação de Mesas Permanentes de Negociação Quilombola Nacional em diversos Estados. A primeira Mesa, de periodicidade mensal, ocorreu em 20 de agosto de 2013, tendo sido abertas Mesas Estaduais no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pará e Maranhão com a mesma periodicidade e dinâmica intersetorial. A perspectiva é de que novas Mesas Estaduais sejam criadas em 2014. Esses fóruns incluem, além de representantes do Incra, membros do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério Público Federal (MPF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Assembleias Legislativas, comunidades quilombolas e organizações civis.





Em 2013 foi realizado o empenho para a recuperação de estradas nos Municípios de Candiota/RS e Barra do Turvo/SP, com recursos na ordem de R\$ 500 mil e R\$ 700 mil, respectivamente. As obras deverão ser realizadas em 2014 e beneficiarão comunidades quilombolas.

No eixo infraestrutura e qualidade de vida, destacam-se as ações de saneamento em comunidades remanescentes de quilombos, coordenadas pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), tendo sido aportados, em 2013, R\$ 19,9 milhões, a fim de beneficiar 2.840 famílias quilombolas de 37 comunidades, localizadas em 29 Municípios. No total, foram investidos, desde 2004, R\$ 198,3 milhões em 347 Municípios, contemplando 577 comunidades e 53.522 famílias.

No âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, em 2013 foram entregues 701 unidades habitacionais (UHs) quilombolas, sendo 28 no quilombo Chácara das Rosas, em Canoas/RS, primeiro quilombo urbano titulado do Brasil. Nesse ano foram contratadas mais 3.552 UHs e encontram-se em análise, ainda, projetos para a construção de 3.419 UHs, com previsão de investimento de R\$ 195 milhões.

Em 2013, foram desenvolvidas iniciativas voltadas ao fortalecimento da política habitacional em comunidades quilombolas e à capacitação técnica das associações para elaboração de projetos, quais sejam: elaboração da *Cartilha do Programa Minha Casa, Minha Vida Quilombola*, com previsão de publicação em março de 2014, e elaboração de acordo de cooperação para contratação de dez mil Projetos de Assistência Técnica Habitacional com as ações integradas do Programa Luz para Todos e Programa Água para Todos.

No tocante à eletrificação rural para comunidades quilombolas, o Programa Luz para Todos atendeu, até outubro de 2013, 117 mil quilombolas, totalizando 29.297 ligações realizadas e um investimento de R\$ 235,27 milhões desde o ano de 2004. No primeiro trimestre de 2014, terá início a eletrificação das Comunidades Kalungas Teresina, Cavalcante e Monte Alegre/GO e Kalunga do Mimoso (Paraná/TO), cuja demanda esteve inviabilizada pelo difícil acesso a essas comunidades. O início da obra está previsto para o primeiro semestre de 2014 e sua conclusão para o final deste ano.

No eixo Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva, foi lançado em 2013 o Selo Quilombos do Brasil, cuja expedição será associada ao Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar (Sipaf), a fim de promover a valorização etnocultural e propiciar novas possibilidades de comercialização de produtos. O selo de identificação social de produtos servirá como certificado de origem e identidade cultural para os mercados consumidores.

Ainda neste eixo, em 2013, 956 famílias quilombolas foram beneficiadas pelo Programa Cisternas, nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco. O objetivo do Programa é viabilizar o acesso à água às famílias de baixa renda do semiárido brasileiro por meio do sistema de armazenamento por cisternas visando à inclusão produtiva das famílias.

Em 2013 foi concluída a *Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas*, realizada pelo Núcleo de Pesquisa Informação e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense. A Pesquisa foi aplicada em 173 comunidades quilombolas tituladas, envolvendo todos os Estados que possuem comunidades tituladas.

No Eixo Direitos e Cidadania, cabe destaque para as ações nas áreas de educação e saúde, além do incremento do número de quilombolas no CadÚnico, público prioritário do Plano Brasil Sem Miséria. Atualmente 84 mil famílias quilombolas estão inscritas no CadÚnico, sendo que cerca de 73,6% em situação de extrema pobreza.

Com relação à educação, em 2013, 26 obras de construção de escolas quilombolas estiveram em execução. Ademais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) está direcionando ações para ampliar o fornecimento de alimentos produzidos pelos





produtores rurais quilombolas detentores da Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) às escolas quilombolas, no intuito de garantir uma alimentação de maior qualidade e que atenda às especificidades locais.

No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, foram contratados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para 3,4 mil quilombolas nos Estados de Alagoas, Pará, Piauí e Maranhão.

Foram iniciados Mutirões de Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para quilombolas, visando universalizar esse instrumento de acesso a políticas públicas para as comunidades certificadas, inclusive com o apoio do Incra, que agora passou a emitir DAP para este público por meio do sistema *DAPweb*.

Em 2013, o Programa Cisternas beneficiou 3.180 famílias quilombolas em 13 Estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins). O objetivo do Programa é viabilizar o acesso à água para o consumo de famílias de baixa renda, por meio do sistema de armazenamento por cisternas. Foi realizada força-tarefa para mapear as famílias quilombolas não contempladas, ação esta que continuará no primeiro semestre de 2014.

Dentre as ações previstas para 2014 com vistas à adoção de estratégias para a promoção do artesanato quilombola, destacam-se: o cadastramento dos artesãos quilombolas no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab); a emissão de Carteira Nacional do Artesão ou a Carteira Nacional do Trabalhador Manual; e o apoio a atividades de capacitação de multiplicadores no contexto dos cursos promovidos pelo Programa Artesanato Brasileiro (PAB).

a.4) Contexto Internacional

No âmbito das Nações Unidas, destaca-se a proclamação, pela Assembleia Geral da ONU, da Década dos Afrodescendentes (2015-2024), de acordo com a Resolução A/68/L.34, e a adoção, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, do projeto de resolução sobre Racismo e Educação. Ainda no plano multilateral, encontra-se em discussão o pós-ODM, ou seja, a definição de novas metas que sucederão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), assim como eventual definição de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) que deve prever meta relativa ao combate ao racismo e à promoção da igualdade racial.

No plano regional, foi assinada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, primeiro instrumento sobre o tema na região. Também foi decretada pela Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac) a Década dos Afrodescendentes na América Latina e Caribe, com início em 1º de janeiro de 2014.

No âmbito do Mercosul, por ocasião da XXIV Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercado Comum do Sul e Estados Associados (RAADH), foi criada uma instância para tratar do combate à discriminação e promoção da igualdade racial, tema que será aprofundado na próxima reunião da Comissão Permanente de Discriminação, Racismo e Xenofobia da RAADH, a realizar-se em Buenos Aires, no primeiro semestre de 2014.

b) Política para Mulheres

O crescente empoderamento da mulher, sua importância para a economia global e seu protagonismo nas mais diversas comunidades fazem com que a construção e a consolidação da equidade de gênero estejam no centro das políticas públicas.





Em 2013, comemoramos dez anos de uma nova estrutura de coordenação das políticas para as mulheres, que deu maior visibilidade e força ao tema, possibilitando importantes avanços.

b.1) Enfrentamento à Violência

No enfrentamento à violência contra a mulher, o grande marco de 2013 foi o lançamento do Programa Mulher, Viver sem Violência. O Programa, instituído pelo Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, tem por objetivo integrar e ampliar os serviços públicos voltados às mulheres em situação de violência, mediante a articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira.

O Programa está estruturado nos seguintes eixos: i) criação da Casa da Mulher Brasileira, nas capitais, e dos Centros de Atendimento às Mulheres, nas regiões de fronteiras secas; ii) ampliação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; iii) organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; promoção de campanhas continuadas de conscientização; e iv) disponibilização de unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta. Em dois anos (2014-2015), estão previstos investimentos da ordem de R\$ 305 milhões. A implementação do Programa é feita mediante assinatura de termo de adesão com os governos estaduais e municipais das capitais e das cidades localizadas nas regiões de fronteira seca, em parceria com Tribunais de Justiça, Ministérios Públicos e Defensorias Públicas estaduais. Em 2013, houve adesão dos seguintes Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe, além do Distrito Federal.

A Casa da Mulher Brasileira, projeto inovador, será construída em 26 capitais da Federação e cada uma reunirá no mesmo espaço físico os serviços de justiça, segurança, defensoria, atendimento psicossocial e autonomia econômica, promovendo a articulação dos serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência, como preconiza a Lei Maria da Penha. Serão investidos R\$ 116 milhões, incluindo construção, reforma e aquisição de equipamentos, mobiliários e transporte. Já houve repasse de terrenos da União, para a construção da Casa da Mulher Brasileira, em oito capitais: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Brasília, Fortaleza, Maceió, São Luís e Campo Grande. Os editais de licitação para a construção ou reforma das Casas estão sob a responsabilidade do Banco do Brasil, conforme prevê a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013. Já foram lançados 26 editais e 13 resultaram em contratação (Brasília, Belo Horizonte, Vitória, Fortaleza, Teresina, São Luís, Campo Grande, São Paulo, Porto Alegre, Curitiba, Boa Vista, Belém e Macapá).

Uma das portas de entrada das mulheres para acesso a direitos e a serviços de segurança pública, saúde e justiça é o serviço Ligue 180, que conta com mais de 3,3 milhões de atendimentos desde a sua criação, em 2005, até o primeiro semestre de 2013. Com média de dois mil registros por dia, o serviço terá um aumento da capacidade técnica para triagem e distribuição das demandas, a partir de 2014, quando haverá uma mudança de Ligue 180 para Disque 180, permitindo acionar de imediato as polícias militares de todo o País, como já ocorre com situações de tráfico de mulheres, com ativação de urgência para a Polícia Federal, e de cárcere privado, para o Ministério Público. Além disso, o serviço, que atualmente atende brasileiras na Espanha, Itália e Portugal, até o final de 2014, receberá demandas provenientes de outros países.

Quanto aos Centros de Atendimento às Mulheres nas fronteiras secas, os três centros negociados, localizados em Foz do Iguaçu/PR, Oiapoque/AP e Pacaraima/RR, receberão R\$ 440 mil cada um para fortalecimento e ampliação dos serviços. Mais sete Centros serão construídos em Bonfim/RR, Brasília/AC, Corumbá/MS, Jaguarão/RS, Ponta Porã/MS, Santana do Livramento/RS e Tabatinga/AM, com o montante de R\$ 3,5 milhões. Seis novos núcleos de atendimento às mulheres em situação de violência nas fronteiras do Brasil com a Bolívia, Guiana, Colômbia, Peru, Argentina, Paraguai e Uruguai serão





criados até o final de 2014. Esses recursos serão aplicados para melhorar o atendimento a migrantes em situação de violência e enfrentar o tráfico de mulheres, orientar a regularização de documentação, prestar atendimento psicossocial, disponibilizar assistência jurídica e fazer o encaminhamento à rede de serviços especializados. Estes centros especializados integram a implementação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que, lançado em 2013, objetiva a prevenção e repressão ao tráfico de pessoas, a responsabilização dos autores e a atenção às vítimas, que, em sua maioria, são mulheres.

Com vistas à organização e humanização do atendimento nos serviços de saúde e à melhoria da qualidade na coleta de vestígios de crimes sexuais, outro eixo do Programa Mulher, Viver sem Violência, será realizada a adequação de espaços especializados nos Institutos Médicos Legais e na rede hospitalar de referência, formada por 94 unidades que funcionam 24 horas nas capitais, e a capacitação de profissionais da área de segurança pública e de profissionais do SUS, além da adequação dos espaços para a guarda das provas. Em 2013, foram veiculadas campanhas para conscientização da sociedade, tendo em vista a prevenção da violência, a exemplo de filme publicitário em canais de televisão da Campanha *Mercosul Livre do Tráfico de Mulheres* e da Campanha *Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais Forte*, de caráter permanente. No dia 12 de novembro desse ano, foi iniciada a veiculação do vídeo da Campanha do *Programa Mulher, Viver sem Violência*, voltado para a prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres.

Foram entregues 30 unidades móveis para mulheres em situação de violência no campo e na floresta, duas para cada uma das seguintes unidades federativas: Alagoas, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima e Sergipe. Os demais Estados também receberão as unidades, totalizando 54 veículos adaptados para o funcionamento de escritórios móveis, com agentes da delegacia especializada, defensoria pública, operadores do direito e atendimento psicossocial, que circularão nas áreas rurais para apoiar a prestação de serviços de atendimento, acolhimento e orientação às mulheres em situação de violência. O Fórum Estadual do Campo e da Floresta contribuirá para acompanhar e estabelecer diretrizes para atuação das unidades móveis, com vistas a ampliar o alcance e proteção da Lei Maria da Penha para as mulheres do campo, da floresta, ribeirinhas, indígenas, quilombolas e pescadoras.

Os serviços de atendimento às mulheres em situação de violência que, em 2003, eram cerca de 330, atualmente somam mais de 1,2 mil, sendo: 382 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, 128 Núcleos especializados em delegacias comuns, 222 Centros de Referência Especializados de Atendimento à Mulher, 72 Casas-Abrigo, 48 Defensorias Especializadas, 40 Promotorias Especializadas, 50 Juizados Especializados e 46 Varas Especializadas. Além desses, há mais de 200 serviços de atendimento às mulheres em situação de violência sexual e doméstica e 15 serviços de educação e responsabilização dos agressores.

Foram estabelecidos convênios com entes federados para o fortalecimento de centros especializados, para a criação de novos serviços, além do fornecimento de equipamentos para Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deams), Juizados, Núcleos Especializados dos Ministérios Públicos e das Defensorias estaduais. Os convênios visam também fortalecer políticas como, por exemplo, a Patrulha da Lei Maria da Penha, no Estado do Rio Grande do Sul, destinada a fiscalizar o cumprimento da medida protetiva e acompanhar mulheres que foram vítimas de agressão. No âmbito das parcerias com o setor privado, ressalta-se a adesão de empresas à Campanha *Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A Lei é mais Forte*.

b.2) Autonomia Econômica, Direitos e Cidadania das Mulheres

Para que a mulher possa sair da situação de violência em que se encontra, e assegurar a igualdade de gênero de maneira sustentável, é preciso que ela tenha autonomia econômica. Conforme mencionado anteriormente, a Casa da Mulher Brasileira atuará fornecendo orientações sobre trabalho, emprego e renda; sobre o acesso a vagas de emprego do Sistema





Nacional de Emprego, a programas de crédito produtivo, registro na Previdência Social, documentação civil; além de realizar encaminhamentos para cursos de formação e qualificação profissional. Haverá ainda informações sobre registros no Cadastro Único dos programas sociais do Governo.

No que se refere à autonomia, pode-se destacar alguns dos resultados já obtidos: i) na faixa de financiamento destinada à renda familiar de até R\$ 1,6 mil por mês, do Programa Minha Casa, Minha Vida, de janeiro a junho de 2013, 86,44% dos contratos foram firmados diretamente com mulheres, totalizando 66.223 contratos; ii) das mais de 800 mil matrículas efetuadas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) Brasil Sem Miséria, 66% foram de mulheres; e iii) mais de 450 mil donas de casa de baixa renda estão seguradas pela Previdência Social.

Destaca-se, em 2013, a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das domésticas, que equipara os direitos trabalhistas dos empregados domésticos aos demais trabalhadores e trabalhadoras. As trabalhadoras domésticas, que representam 93% do total de trabalhadores domésticos do País, passaram a contar com 16 novos direitos, entre eles a proteção contra despedida arbitrária ou sem justa causa, a obrigatoriedade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o pagamento adicional por horas de trabalho noturno. A proposta agora está em fase de regulamentação pelo Congresso.

Outro ponto primordial para igualdade de gênero e para autonomia econômica é o melhor uso do tempo. Em 2013, foi realizada, no Brasil, a 35ª Conferência Internacional *O valor do tempo: debatendo as desigualdades sociais*, revelando a liderança regional do País em pesquisas temáticas sobre o uso do tempo. O evento reuniu pesquisadores de 38 países.

Em outubro, foi publicado o resultado final do *Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais*, voltado exclusivamente para pessoas do sexo feminino que contribuem para o reconhecimento das mulheres nas artes visuais. Houve mais de mil inscrições e dez projetos foram premiados com R\$ 70 mil cada. Os trabalhos selecionados promovem a prática de linguagens artísticas, a reflexão crítica e a profissionalização dos processos de gestão cultural. Os projetos abrangem realização de exposições, mostras, oficinas, intervenções urbanas, publicações, produção crítica e documental e seminários.

Em 2013, foram investidos R\$ 960 mil no *Prêmio Carmem Santos de Cinema de Mulheres*, que incentiva as mulheres diretoras a produzirem filmes sobre igualdade de gênero. Foram recebidas 417 inscrições de trabalhos provenientes de todas as regiões do País.

Na área educacional, foi lançada a *Chamada Pública Meninas e Jovens Fazendo Ciências Exatas, Engenharias e Computação*, com o objetivo de selecionar propostas para apoio financeiro a projetos que visem estimular a formação de mulheres para as carreiras de ciências exatas, engenharias e computação no Brasil.

Na área do esporte e lazer, após 12 anos sem a competição, em 2013, o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino voltou a ser disputado, acrescentando mais 2,5 meses ao calendário do futebol feminino, aspecto fundamental para fortalecer a profissionalização das mulheres nessa modalidade esportiva.

Com o objetivo de apresentar as políticas formuladas e receber contribuições para o seu aprimoramento, foi realizado, em novembro, o Seminário *Mulheres, Esporte e Lazer e Políticas Públicas*, que contou com a participação de gestoras estaduais e municipais de políticas para as mulheres e de esporte e lazer, atletas, organizações esportivas e outros setores interessados na inserção igualitária das mulheres. Em 2013, o Programa Segundo Tempo Forças no Esporte realizou ações para reforçar a participação feminina dentre as 12 mil crianças, jovens e adolescentes, de sete a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar e que estejam em situação de vulnerabilidade social, que participam de atividades esportivas, reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho.





A 5ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, iniciada em setembro de 2013, conta com 86 organizações participantes, entre instituições e empresas públicas e privadas. O público envolvido por estas instituições chega a quase um milhão de pessoas, possibilitando que as políticas de igualdade e a proposta de relações não discriminatórias no mundo do trabalho alterem as relações de trabalho no Brasil. Outra ação relevante implementada foi a inclusão da categoria de igualdade de gênero nos negócios no prêmio Apex-Brasil. O prêmio é concedido a cada dois anos para as empresas que se destacam na contribuição ao desenvolvimento do Brasil. Com a medida, as empresas exportadoras também serão premiadas pelas boas práticas de gênero.

Para estimular a autonomia econômica das mulheres rurais, 30 experiências inovadoras e sustentáveis de grupos de mulheres do campo e da floresta receberam o *Prêmio Mulheres Rurais que Produzem um Brasil Sustentável*. Concorreram 517 trabalhos de grupos de extrativistas, agricultura familiar, assentadas pela reforma agrária, quilombolas, indígenas, entre outros.

Ainda na área rural, no Plano Safra 2012/2013, o limite do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher) foi ampliado de R\$ 50 mil para R\$ 130 mil. 35% do Programa Garantia-Safra foi acessado por mulheres, totalizando mais de 340 mil mulheres. Uma inovação trazida pelo Plano Safra 2013/2014 para as mulheres rurais foi a prioridade de destinação de financiamentos do microcrédito produtivo orientado às mulheres integrantes das unidades familiares de produção enquadradas em qualquer grupo e que apresentem propostas de financiamento de até R\$ 30 mil.

Com relação ao crédito para as agricultoras familiares, do ano Safra 2012/2013, 46,8% do Pronaf B operacionalizado pelo Banco do Nordeste foi acessado pelas mulheres. Além disso, destacam-se como resultados das políticas de promoção da autonomia econômica das mulheres rurais o apoio a 150 organizações produtivas de mulheres com políticas integradas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), crédito, comercialização e gestão; apoio a 200 organizações produtivas de mulheres com Ater especializada para mulheres e a capacitação de técnicos de entidades executoras de serviços de Ater selecionadas com o objetivo de apresentar a Ater especializada para Mulheres. Somados os resultados dos contratos de Ater vigentes em 2012 e convênios ainda vigentes com as entidades estaduais de Ater, chega-se a um público de 1.117.426 famílias beneficiadas. Desse total, 30%, ou cerca de 330 mil, são mulheres rurais. Se considerarmos apenas 2013, a Ater atendeu 438 mil famílias – 43% de mulheres (ou seja, 188.340 mulheres). Foram lançadas também, em 2013, chamadas públicas para contratar serviço para mais 161,4 mil famílias, sendo 2.080 de mulheres; totalizando assim 190.420 mulheres atendidas.

Foi incorporada como uma das diretrizes das chamadas públicas de Ater Agroecologia o fortalecimento da gestão e o protagonismo social, reconhecendo as diversidades e especificidades de gênero, de geração, e das condições socioeconômicas e culturais dos agricultores familiares, o atendimento de pelo menos 50% de mulheres e a destinação de pelo menos 30% do recurso para atividades específicas para as mulheres. 29% dos beneficiados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são mulheres.

Além disso, foi atingida a meta de um milhão de mulheres rurais com documentação expedida pelo Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais (PNDTR). No âmbito das ações de busca ativa, o PNDTR passou a contar com a participação dos gestores municipais do Cadastro Único. Foram realizados neste Programa 1.005 mutirões, em 658 Municípios, alcançando 165,7 mil mulheres.

No Programa Minha Casa, Minha Vida Rural (o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR) dos 101.981 contratos assinados desde a sua criação, em 2009, 78.924 foram realizados em nome da mulher, que figura como participante principal, representando 77,39% do total de operações contratadas.





Foi realizada a 9ª edição do *Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*, concurso de redações, artigos científicos e projetos pedagógicos para estimular e fortalecer a reflexão crítica e a pesquisa acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres e sensibilizar a sociedade para tais questões. A premiação será em abril de 2014, quando será lançada a 10ª edição.

Em novembro de 2013, foi realizado o Seminário *Desafios para a Autonomia Econômica das Mulheres na Contemporaneidade*, onde foram discutidos, dentre outros, os temas *Autonomia das mulheres no contexto da crise econômica* e *Mulheres no mundo do trabalho: um retrato atual*. Em outubro de 2013, houve debate sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos, em encontro que reuniu 250 convidados: gestores, profissionais, pesquisadores e lideranças juvenis. Além do Brasil, mais 13 países como Argentina, Colômbia, Cuba, Etiópia, Guiana, Moçambique, Nigéria e Tailândia participaram das atividades.

Sob a liderança do Brasil, documento da 12ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe manteve avanços e ultrapassou tendência de retração de agenda política. O Consenso de Santo Domingo definiu a posição da América Latina e Caribe sobre mulheres e novas tecnologias. No encontro de Santo Domingo, organizado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) com apoio da ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres), o Brasil transmitiu a presidência *Pro Tempore* da mesa-diretora da Conferência para a República Dominicana.

Em 2013, foi realizado o Prêmio *Mulheres Negras contam sua História*, um concurso nacional de redações e ensaios que contam a história e a vida de mulheres negras na construção do Brasil. As cinco melhores redações foram premiadas com R\$ 5 mil cada, e os cinco melhores ensaios, com R\$ 10 mil cada. O concurso nacional resultou na publicação do livro *Mulheres Negras contam sua História*. Além disso, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra, 25 de julho de 2013, ocorreu em Pelotas/RS o desfile de lançamento da grife Flores Negras, resultado do Projeto *Costurando o desenvolvimento: Uma ação das mulheres quilombolas do Extremo Sul do Rio Grande do Sul*. O Projeto abrangeu cinco comunidades quilombolas de três Municípios da região: Rincão das Almas e Torrão, de São Lourenço do Sul; Moçambique e Cerro das Velhas, de Canguçu; e Algodão, de Pelotas. Ao todo, foram beneficiadas diretamente 50 famílias e indiretamente, outras 130.

b.3) Gestão Transversal e Articulação Institucional das Políticas para Mulheres

No âmbito nacional, o ano de 2013 começou com um Encontro Nacional com os novos prefeitos, com ênfase na estruturação de políticas nos Municípios. Inserido no II Encontro Nacional com Novos Prefeitos e Prefeitas, o evento *Municípios e Políticas para as Mulheres*, teve como foco as políticas para equidade de gênero.

Nesta mesma linha, em outubro de 2013, foi realizado o Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres (OPMs). O número de OPMs saltou de 13 para 603, desde 2004. Esses organismos têm um significado político, estratégico e de cidadania para as mulheres brasileiras.

Em março de 2013, foi aprovado o terceiro Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: PNPM 2013-2015. É possível a identificação do objeto de cada uma de suas 407 ações no Plano Plurianual (PPA). Essa identificação é importante para definir responsabilidades e permitir um melhor monitoramento pelo poder público e pelos movimentos sociais.

O Comitê responsável pelo monitoramento do PNPM foi ampliado pelo Decreto nº 7.959, de 13 de março de 2013, passando a contar com 32 membros efetivos representantes de órgãos governamentais, além das três representações do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Além do fortalecimento do Comitê, necessário para a implementação transversal do PNPM, é fundamental a consolidação de instâncias voltadas para as políticas de igualdade de gênero em órgãos e ministérios, a





exemplo de assessorias, coordenações ou diretorias, de forma a internalizar a perspectiva de gênero nas políticas e ações governamentais. Hoje já existem 11 dessas instâncias em funcionamento e há um esforço contínuo de apoio e fomento à criação de novas unidades.

Outra importante realização de 2013 foi a conclusão do 1º Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), que será lançado no início de 2014. Criado pela Lei nº 12.227, de 12 de abril de 2010 e regulamentado pelo Decreto nº 8.131, de 24 de outubro de 2013, o Raseam reúne um conjunto de dados e indicadores referentes ao perfil demográfico e socioeconômico das mulheres brasileiras e será uma publicação de referência para o monitoramento da igualdade de gênero no Brasil, garantindo a sistematização e análise dos principais dados e indicadores que retratem a realidade das mulheres brasileiras em sua multidimensionalidade.

c) Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

O Governo Federal tem avançado na construção e implementação de uma política de Estado que respeite a diversidade cultural dos povos indígenas. Nesse sentido, o diálogo entre Governo e povos indígenas foi aprofundado por meio da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e dos Comitês Regionais, instâncias deliberativas de composição paritária que contribuem significativamente para o empoderamento dos Povos Indígenas no Brasil. Foram três os Comitês implantados em 2013, totalizando 30. Em 2014, está prevista a instalação dos restantes sete Comitês Regionais.

No escopo da articulação interinstitucional, em consonância com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), houve avanços na implementação do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (Gati) – fruto de parceria entre a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o Fundo Mundial de Meio Ambiente (GEF), organizações indígenas regionais e organizações não governamentais –, que abrange oito núcleos regionais com 32 terras indígenas que são as áreas de referência do projeto. Também foi possível viabilizar a implementação da proposta de Curso de Formação Continuada em PNGATI para gestores indígenas e não indígenas. No total, foram iniciados três cursos no bioma Amazônia e um no bioma Mata Atlântica região Sul/Sudeste, com previsão, em 2014, de cursos nos biomas Caatinga e Cerrado.

Da colaboração entre a Funai e o MMA, resultou o lançamento de edital no valor de R\$ 4 milhões, com o objetivo de apoiar a elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas em diferentes regiões e biomas do Brasil. Foram aprovados 16 projetos, dois iniciados em 2013 e o restante previsto para 2014. O primeiro deles, na Terra Indígena *Maraiwatsede*/MT, do povo Xavante, extrusada no início de 2013; e o segundo nas Terras Indígenas Sai-Cinza e *Munduruku*/PA, do povo *Munduruku*.

Em 2013, foram diretamente apoiadas iniciativas de pesca e de beneficiamento do pescado, com a definição de estratégias para estruturação do Arranjo Produtivo Local do pescado entre indígenas do sul da Bahia e a elaboração do Plano de Manejo do Pirarucu (*Arapaima gigas*) com o povo Paumari/AM. Outras estratégias têm por finalidade garantir a agregação de valor e a qualidade dos produtos indígenas a partir do conceito de Marcas Coletivas, a exemplo da criação do Entreposto Apícola no Parque Indígena do Xingu/MT.

Com vistas à promoção da cidadania e fortalecimento das formas próprias de organização dos povos indígenas a partir da disseminação de informação sobre direitos e da participação social na formulação e monitoramento de políticas públicas, investiram-se recursos no apoio à participação indígena em mais de 100 eventos entre assembleias, seminários, oficinas e encontros de capacitação, participação em fóruns e conselhos de políticas públicas com enfoque em questões de gênero e geração, enfrentamento à violência e uso de álcool e outras drogas, processos educativos comunitários, fortalecimento das





organizações indígenas e especificidades de políticas públicas para povos indígenas. Foram apoiados financeiramente 1.450 estudantes indígenas matriculados em Instituições do Ensino Superior em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Apoios técnico e financeiro foram concedidos a projetos educativos comunitários de valorização cultural e sustentabilidade dos povos indígenas, a projetos político-pedagógicos de escolas indígenas, elaborados junto às secretarias estaduais e municipais de educação e instituições parceiras. Houve avanços na implantação dos territórios etnoeducacionais, sob responsabilidade do MEC, em articulação com a Funai.

Acordos de Cooperação Técnica com a Funai e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foram firmados com vistas ao aprimoramento do atendimento às famílias indígenas, à implementação de um modelo de consulta no âmbito do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e da execução do Programa Bolsa Família (PBF). São aproximadamente 120 mil famílias indígenas registradas no CadÚnico e cerca de 90 mil beneficiárias do PBF.

Em articulação com Estados, Municípios e outras organizações, realizaram-se mutirões para acesso à documentação básica, garantindo a cidadania dos povos indígenas. De janeiro a dezembro de 2013, foram emitidos cerca de 15 mil documentos civis, sendo 11 mil, aproximadamente, correspondentes a emissões de Registro Civil de Nascimento.

Na área da segurança alimentar e nutricional, parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) permitiu a distribuição de cerca de 227 mil cestas de alimentos para cerca de 50 mil famílias indígenas, em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

No licenciamento ambiental, buscou-se garantir a proteção territorial e o respeito aos direitos dos povos indígenas impactados por empreendimentos. Foram acompanhados aproximadamente 821 processos com diferentes graus de complexidade, referentes a empreendimentos de grande relevância, no âmbito, inclusive, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2013, continuou-se o desenvolvimento dos trabalhos pelo Museu do Índio no campo da conservação e tratamento de acervos, pesquisa, documentação e atividades de valorização cultural, visando disponibilizar aos índios o acesso às informações sistematizadas sobre as línguas e culturas de seus povos e aos registros documentais. Tais ações tiveram como objetivo a capacitação técnica dos pesquisadores indígenas, para que assumam a gestão de seus patrimônios culturais.

Na área da cooperação internacional, foi renovado o acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco), voltado para a ampliação da capacidade da comunidade de pesquisadores indígenas e não indígenas para a documentação de línguas, culturas e acervos. As ações de atendimento direto ao público, no Museu do Índio, alcançaram 63.660 pessoas, incluindo a itinerância de suas exposições no Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, Porto Alegre/RS e Tupã/SP. O público virtual alcançou 468.509 visitantes.

No contexto da política de proteção territorial, destacam-se os procedimentos de identificação e delimitação de terras indígenas concluídos entre janeiro e dezembro de 2013, que beneficiaram cerca de 20 povos indígenas, incluindo referências de grupos isolados. Espera-se o cumprimento da meta de 56 terras indígenas delimitadas até dezembro de 2015. Foram aprovados, ainda sete Relatórios Circunstanciados, já publicados nos diários oficiais da União e unidades federadas, a saber: Iguatemipegua I/MS, Caxixó/MG, Tupinambá de Belmonte/BA, Boa Vista do Sertão do Promirim/SP, Lago do Limão/AM, Jaraguá/SP e Tapeba/CE.

A delimitação das referidas Terras Indígenas (TIs) resultou no reconhecimento de 76.492 hectares, em benefício a uma população de cerca de 10 mil indígenas. Das terras indígenas reconhecidas, seis contemplam populações indígenas





historicamente marginalizadas, que vivem em situação de vulnerabilidade social e de confinamento territorial. Esse foi o caso, por exemplo, do povo *Guarani Kaiowá*, quando delimitada a Terra Indígena Iguatemipegua I/MS.

Além disso, foram concluídos os procedimentos de identificação e delimitação das Terras Indígenas Mato Castelhana/RS, *Kaxuyana-Tunayana*/AM e PA, Riozinho/AM e Xacriabá/MG, bem como publicado o relatório circunstanciado de constituição da Reserva Indígena Taba dos Anacé/CE.

Foram encaminhados ao Ministério da Justiça (MJ), com vistas à expedição de Portaria Declaratória, quatro processos de demarcação de Terra Indígena: Irapuá/RS, *Kawahiva* do Rio Pardo/MT, *Paukalirajausu*/MT e *Taunay-Ipegue*/MS. O MJ também emitiu três portarias declaratórias, referentes às Terras Indígenas *Cue-Cué Marabitanas*/AM, Tremembé de Queimadas/CE e Guanabara/AM. Em abril de 2013, foi homologada a TI *Kayabi*/PA e MT.

No que se refere às ações de demarcação física e aviventação de limites em Terras Indígenas, destacam-se, em 2013, àquelas concluídas em sete TIs, quais sejam: TI *Awa*/MA, TI Caarapó/MS, TI Caramuru-Paraguassu/BA, TI Dourados/MS, TI Tubarão Latundê/RO, TI Xapecó (Pinhalzinho-Canhadão)/SC e TI *Xucuru-Kariri*/AL, resultando numa superfície de aproximadamente de 302.104 hectares e beneficiando uma população de quase 30 mil indígenas.

Para as ações de regularização dominial das terras indígenas, foram efetivados nos cartórios de imóveis os registros de sete Terras Indígenas, sendo seis na região Norte e uma no Centro-Oeste, totalizando a superfície de 1.072.480 hectares.

Na regularização fundiária, foram constituídos quatro grupos técnicos para os estudos de levantamento e avaliação de benfeitorias instaladas por não índios nas TIs: Caramuru/Paraguassu/BA, Buriti/MS, *Xucuru-Kariri*/AL e Cachoeira Seca/PA, com destaque para essa última, inserida nas condicionantes da UHE Belo Monte, além da TI Buriti, objeto de ações prioritárias do Governo Federal.

No processo de indenização de benfeitorias consideradas de boa-fé, foram constituídas quatro Comissões para as indenizações de não indígenas, com a continuidade ao processo de extrusão dos ocupantes não índios das Terras Indígenas *Apyterewa*/PA, *Krikati*/MA e *Pankararu*/PE, Serrinha/RS, Nonoai/RS e Morro dos Cavalos/SC. Houve também o procedimento judicial para pagamento de indenizações referentes às Terras Indígenas *Badjonkore*/PA, Comboios/ES, *Yanomami*/RR e Lago do Marinheiro/AM.

Quanto à Política de Proteção de Índios Isolados, foram realizados trabalhos de localização e proteção no Estado do Maranhão, tendo como resultado a localização de dois grupos de índios isolados. Além disso, foi possível articular com os demais órgãos de segurança o cumprimento da ação judicial de extrusão dos não índios da Terra Indígena *Awá*, cuja ação está prevista para o final do ano de 2013. A ação de desintrusão da TI *Awa-Guaja* vem sendo conduzida em caráter prioritário pelo Governo Federal, pois se trata de terra indígena regularizada que não está na posse plena das comunidades indígenas.

Destaca-se também a proteção dos povos *Yanomami* e *Ye'Kuana*, com o desenvolvimento de 11 ações de combate à extração mineral irregular, com a cooperação com órgãos de segurança, como Departamento de Polícia Federal, Exército Brasileiro, Ibama e Polícia Militar Ambiental.

Sobre a proteção dos povos indígenas de recente contato, foram instituídas três consultorias para os Programas Korubo e Zoé. Intensificou-se a implementação de ações de cunho educativo e intercultural, capacitando-se servidores, e promovendo articulações interinstitucionais, com órgãos federais, governos estaduais e municipais e Ministério da Saúde.





Foram realizadas cerca de 250 atividades de monitoramento territorial em 128 terras indígenas, em parceria com os órgãos de segurança pública, Forças Armadas e povos indígenas. Cabe destaque à ação realizada na TI *Marãiwatsédé*, que garantiu a posse plena dos 164.251 hectares ao povo Xavante, bem como a manutenção das ações de fiscalização na área, coibindo o desenvolvimento de atividades ilícitas por parte de não índios no interior da Terra Indígena.

Também foram realizadas ações de monitoramento territorial e fiscalização nas seguintes Terras Indígenas: TI *Apyterewa*, área de influência da UHE Belo Monte, com o apoio de duas bases permanentes; participação em etapas da Operação Ágata, coordenada pelo Ministério da Defesa, nas TIs Vale do Javari, *Yanomami* e Raposa Serra do Sol, para o combate de ilícitos na Faixa de Fronteira; ações intensivas de fiscalização e combate à extração de madeira nas TIs Caru, *Awá* e Alto Turiaçu; articulação de ações de fiscalização de pesca ilegal em TIs na região do Rio Negro; participação em etapas da Operação Ilea Pátria, coordenada pelo Ministério da Defesa, no Complexo do Alto Turiaçu e nas TIs Sete de Setembro e Zoró; implantação de base de proteção permanente no rio Curuçá, TI Vale do Javari e implantação de sala de situação para redução de conflitos territoriais na TI Tupinambá de Olivença, no sul da Bahia, com articulação institucional entre órgãos de segurança pública estadual e federal.

No contexto da parceria com os empreendimentos das UHE Santo Antônio e Jirau, foram realizadas vistorias em bases operacionais de proteção territorial implantadas e acompanhamento de ações de vigilância indígena, bem como a continuidade da coordenação das operações *Tekohá* e Extremo Sul, em articulação com a Departamento da Polícia Federal e Força Nacional de Segurança Pública, ambas localizadas no Cone Sul do Mato Grosso do Sul, para redução de conflitos territoriais e ações de segurança pública.

No que se refere à agenda internacional, houve participação ativa em fóruns internacionais, atendendo às demandas dos órgãos de monitoramento de direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA). Realizou-se, ainda, em parceria com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Oficina sobre povos isolados e de recente contato, com o objetivo de trocar experiências e capacitar os agentes de políticas públicas voltadas a esses povos.

No tocante às atividades transfronteiriças, além das operações realizadas pelos órgãos de defesa e segurança pública em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Estado brasileiro buscou, em 2013, consolidar canais de diálogo com os países vizinhos, especialmente na Amazônia, com vistas à cooperação bilateral e multilateral em temas ligados à soberania territorial – como vigilância e combate a atividades ilícitas em terras da União – e também à agenda social, como promoção de direitos de populações tradicionais e vulnerabilidade física, cultural e social, dentre as quais se incluem os povos indígenas em isolamento voluntário ou de contato recente. As principais iniciativas ocorreram no âmbito do Mercosul, da OTCA e de reuniões bilaterais com Peru, Equador e Colômbia.

Como perspectivas, para 2014, prevê-se: i) apresentação de proposta de criação de diretrizes para um sistema articulado de política indigenista; ii) realização de etapas preparatórias para a Conferência Nacional de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas e de Política Indigenista; iii) consultas públicas para a regulamentação do turismo em Terras Indígenas, em observância à Convenção nº169/OIT; iv) elaboração de proposta para o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena; v) participação dos povos indígenas na Conferência da ONU para os povos indígenas; vi) publicação de novo portal da Funai na Internet, com acesso, nos bancos e bases de dados, aos materiais digitalizados referentes ao conjunto de ações desenvolvidas pela Funai, além de informações sobre os povos e terras indígenas no Brasil; e vii) inauguração de nova exposição no prédio central do Museu do Índio, além da continuidade da política de divulgação da cultura indígena por meio de publicações bibliográficas e exposições itinerantes.





Até setembro de 2013, as Equipes Multiprofissionais de Saúde Indígena realizaram, em todos os Distritos Especiais de Saúde Indígena (DSEI), 304.624 atendimentos médicos, 1.551.454 atendimentos de enfermagem, 454.290 atendimentos odontológicos e 2.895.524 atendimentos por técnicos de enfermagem. No tocante às ações de atendimento para grupos prioritários, foram realizados 35.932 atendimentos a gestantes e 65.167 atendimentos a crianças menores de um ano de idade. Com relação à atuação dos agentes de saúde indígena, foram realizadas, até novembro de 2013, 1.480.252 atendimentos às comunidades indígenas.

No que se refere às áreas de difícil acesso, foram desenvolvidas oito ações específicas de atendimento, três delas em parceria com o Ministério da Defesa. Com essa Operação, foram realizados pelas Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena 1.441 atendimentos médicos, 2.253 atendimentos de enfermagem, 5.344 atendimentos por técnicos de enfermagem, 1.259 consultas odontológicas e 1.535 procedimentos odontológicos.

Ainda na saúde bucal, o Programa Brasil Sorridente Indígena, implantado inicialmente em três DSEIs em 2011, foi expandido para 16 DSEIs. Desde sua criação, o Programa ampliou a contratação de cirurgiões-dentistas e auxiliares em saúde bucal em 43% e 97%, respectivamente. Foram entregues 25 unidades odontológicas móveis, 82 consultórios odontológicos, 367 equipamentos odontológicos, além de distribuídos 718.698 kits de higiene bucal.

Além das ações de atenção primária, foram realizadas duas Expedições clínico-cirúrgicas, com a realização de 698 cirurgias (médicas e odontológicas) e 3.479 atendimentos médicos, estando em curso a sistematização dos dados da terceira Expedição.

Quanto às ações de imunização em 2013, 84.102 crianças menores de sete anos encontram-se com esquema vacinal completo, o que corresponde a 72,1% da população. Somente durante o mês da vacinação dos povos indígenas, foram aplicadas 183.038 doses de vacina, em 137.104 indígenas residentes em 1.144 (94,2%) aldeias e 142 (98,6%) polos-base. O percentual de cobertura vacinal alcançado na Campanha Nacional de Vacinação contra influenza foi 83,7%.

Com o intuito de aprimorar o atendimento à saúde nas áreas indígenas, foi ampliado o contingente de profissionais, tendo sido incorporados 149 médicos, sendo 24 originários do Programa de Valorização dos Profissionais de Atenção Básica (Provab), e 125 do Programa Mais Médicos, que contarão com programa de especialização específico para a atuação na Saúde Indígena. Além disso, foram qualificados 653 profissionais em diversas áreas de atuação na Atenção a Saúde Indígena, com destaque aos profissionais que atuam na redução da Mortalidade Materna e Infantil.

Também foi implantado o Sistema de Informação da Assistência Farmacêutica (Hórus) nos 34 DSEIs, bem como 40 Casas de Apoio à Saúde Indígena (Casais).

As principais metas para 2014 são: i) ampliação da cobertura vacinal para 77,5% da população indígena menor de sete anos, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde; ii) inserção de 20 DSEIs na participação das unidades componentes dos Planos de Ação da Rede Cegonha; iii) ampliação das ações de atenção primária nos DSEIs, por meio do aumento do número de atendimentos realizado por cada categoria profissional; iv) ampliação dos programas de provimento de profissionais para áreas de difícil acesso, com abertura de novas vagas para o Programa Mais Médicos e Provab; v) implementação de um programa específico para a qualificação dos Agentes Indígenas de Saúde e de Saneamento; vi) implantação de 220 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas; e vii) melhorias na rede física do subsistema de saúde indígena com a construção de 15 novos estabelecimentos de saúde, sendo três Casas de Saúde Indígena e 12 Unidades Básicas de Saúde Indígena (UBSI), bem como reforma de 23 estabelecimentos de saúde, sendo dez Casas de Saúde Indígena e 13 UBSI.





6. Direitos Humanos

a) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Durante o ano de 2013, estavam em atividade vários Grupos de Trabalho (GTs) e Comissões Especiais (CEs) no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos das Pessoas Humana (CDDPH). Cabe destacar o GT Atingidos por Barragens, que tem como objetivo elaborar plano de ação e monitorar a implementação das recomendações do Relatório apresentado pela CE Atingidos por Barragens; a aprovação do relatório final do GT sobre a garantia do Direito Humano à Moradia Adequada, com diretrizes para a garantia do direito à moradia adequada, contemplando as cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e localidades marcadas por desastres naturais; e a atuação da CE Urso Branco, criada para coordenar, supervisionar e monitorar a aplicação das medidas provisórias de proteção determinadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2002, concernentes ao Presídio Urso Branco, localizado em Porto Velho/RO. Dentre as instâncias criadas em 2013 estão o GT sobre Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil, o GT sobre Regulamentação do Uso da Força e de Armamentos de Baixa Letalidade e o GT para acompanhar e monitorar a implementação do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).

b) Pessoas com Deficiência

b.1) Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite

O ano de 2013 contou com a adesão de mais cinco unidades da Federação ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, que passa a contar com 25 Estados tendo sido realizados atos de adesão coletiva de Prefeituras ao Plano, totalizando cerca de 1.470 cidades, o que corresponde a mais de 26% dos Municípios.

Ao longo do ano, ocorreram avanços importantes nos quatro eixos do Viver sem Limite. No Eixo Acesso à Educação, pode-se destacar: i) 90% das Salas de Recursos Multifuncionais previstas, 13.437 salas, já receberam mobiliário, materiais pedagógicos e de acessibilidade; ii) do total previsto de ônibus acessíveis para o transporte escolar, 1.713 já foram adquiridos, dos quais 397 em 2013; iii) para a implantação da Escola Acessível, já foram atendidas mais de 27,6 mil escolas, que receberam recursos para a promoção da acessibilidade arquitetônica, aquisição de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva; iv) 93% das universidades federais receberam recursos para a promoção de acessibilidade em seus *campi*; e v) aproximadamente 64% dos Municípios já aderiram ao Programa Benefício de Prestação Continuada (BPC) na Escola.

No Eixo Acessibilidade, i) o Programa Minha Casa, Minha Vida II contou com 717.162 moradias adaptáveis contratadas e 10.434 unidades adaptadas entregues; ii) com relação aos Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Treinamento de Cães-Guia, o centro de Camboriú/SC encontra-se em atividade desde 2012 e os centros de Muzambinho/MG, Urutaí/GO, Limoeiro do Norte/CE e Alegre/ES estão em fase de construção, com inauguração prevista para 2014; e iii) conforme Portaria Interministerial nº 604, de 24 de dezembro de 2013, o Governo Federal concedeu mais de R\$ 80 milhões para a linha de crédito facilitado com juros subsidiados, voltados à aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva, manutenção, reparo, revisão, avaliação, indicação e acompanhamento de uso dos produtos e recursos adquiridos, além de adaptação de imóvel residencial para adequação de acessibilidade.

No Eixo Inclusão Social, o Governo Federal repassou mais de R\$ 10 milhões para que os Municípios viabilizem a criação das Residências Inclusivas, tendo sido habilitadas 204 unidades, em 154 Municípios. Após o aporte inicial, a manutenção das residências caberá ao Município, por meio de incorporação dos custos ao orçamento do fundo de assistência social, com apoio técnico e financeiro dos governos estaduais.





O Eixo Atenção à Saúde contempla o atendimento odontológico, a reabilitação, implantação de oficinas ortopédicas, a triagem neonatal, incluindo os testes do pezinho, da orelhinha e do olhinho, englobando a atenção para todos os tipos de deficiência: auditiva, física, visual, intelectual, ostomia e múltiplas deficiências.

Em 2013, foram habilitados 425 Centros de Especialidades Odontológicas para o atendimento às pessoas com deficiência e equipados mais 81 centros cirúrgicos para realizar esse atendimento odontológico em todos os Estados. Também foi iniciado o curso de Qualificação Atenção e Cuidado da Saúde da Pessoa com Deficiência, que atualmente tem 5.674 trabalhadores da saúde bucal em processo de formação.

A implantação dos Centros Especializados em Reabilitação (CER) foi reforçada, tendo sido aprovadas, em 2013, 45 propostas para a construção de novos centros, além da construção de 33 oficinas ortopédicas fixas. Foram habilitados 102 Centros Especializados em Reabilitação, 21 Oficinas Ortopédicas Fixas, além de terem sido entregues 20 micro-ônibus e adquiridos 88 furgões adaptados para o transporte das pessoas com deficiência, dos quais 28 já foram entregues, com vistas a garantir o acesso às pessoas com deficiência aos estabelecimentos de saúde.

Em 2011, teve início a revisão do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), que propõe, além do diagnóstico de doenças genéticas e/ou congênitas (teste do pezinho), a inclusão da triagem neonatal para deficiências auditivas (teste da orelhinha) e deficiências oculares (teste do olhinho), a tempo de se intervir na evolução clínica das doenças. O Programa pretende expandir a triagem neonatal para seis doenças (fenilcetonúria, hipotireoidismo congênito, doença falciforme, fibrose cística, hiperplasia adrenal congênita e deficiência de biotinidase) a todas as unidades da Federação até o final de 2014.

Somam-se às quatro diretrizes terapêuticas publicadas em 2012 (Atenção à Saúde da Pessoa com Síndrome de *Down*; Atenção para Triagem Auditiva Neonatal; Atenção à Pessoa Amputada e Atenção à Pessoa com Lesão Medular), cinco novas diretrizes publicadas em 2013: Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral; Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo; Atenção à Reabilitação da Pessoa com Traumatismo Crânio-Encefálico (TCE); Reabilitação da Pessoa com Acidente Vascular Cerebral (AVC); e Atenção à Saúde Ocular na Infância.

Quanto à triagem neonatal, destacam-se os avanços obtidos em relação ao teste do pezinho, uma vez que 15 unidades da Federação estão na Fase III e com previsão de migração para a Fase IV até o final de 2014, sendo que 12 Estados já realizam todos os testes previstos nessa fase. No tocante ao teste da orelhinha, 75 maternidades receberam recursos, e destas, oito já estão realizando os exames, sendo a meta para 2014 de 175 maternidades com propostas aprovadas.

b.2) Centrais de Intérpretes de Libras

Em 2013, foram distribuídos 37 kits para as Centrais de Intérpretes de Libras em 25 Estados, constituídos por carros, computadores, impressora, *webcam*, telefone e mobiliário.

O objetivo da implantação das Centrais é: i) garantir o atendimento de qualidade às pessoas com deficiência auditiva, por meio de serviços de tradução e interpretação; ii) viabilizar o acesso a serviços públicos e informações diversas; e iii) ampliar a comunicação e a interação entre ouvintes e surdos.

O modelo de unidade da Central de Interpretação de Libras prevê vinculação a órgãos dos governos locais, que devem fornecer recursos humanos, espaço físico e infraestrutura para o funcionamento de cada unidade, facilitando a disponibilização de informações sobre serviços públicos. O orçamento destinado à ação foi de R\$ 433,3 mil em 2013 e há previsão de equipagem de mais Centrais em 2014, com o aporte de R\$ 400 mil.





b.3) Acessibilidade

Em 2013, com o aumento da obrigatoriedade de disponibilizar audiodescrição na programação – de 2h para 4h semanais –, o Governo manteve seu compromisso de ampliar a acessibilidade na TV e, em 2014, deve incrementar ainda mais a oferta de legendas ocultas. Essas medidas têm sido reforçadas por ações de fiscalização e aplicação de multas às emissoras, pela ausência de recursos de acessibilidade.

Em relação aos transportes coletivos rodoviários, a partir do licenciamento de 2014, todos os ônibus deverão trazer nos documentos de porte obrigatório a indicação de suas características de acessibilidade, conforme Resolução Contran nº 402, de 26 de abril de 2012, e Deliberação Contran nº 132, de 20 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran). Veículos sem essa indicação não poderão ser licenciados pelos Departamentos de Trânsito nos Estados. Essa medida permitirá uma melhor fiscalização da acessibilidade no transporte coletivo e possibilitará uma melhor verificação da situação da adaptação da frota, que tem o prazo até dezembro de 2014 para se tornar totalmente acessível.

A fim de promover a acessibilidade nos prédios e serviços públicos federais, o Governo está capacitando servidores de diversos órgãos e entidades federais para que possam garantir acessibilidade física e atendimento adequado às pessoas com deficiência nos serviços disponibilizados ao público. Na primeira versão do curso, ministrado entre os meses de setembro e dezembro de 2013, em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Brasília, foram capacitadas cerca de 600 pessoas.

b.4) Aposentadoria para a Pessoa com Deficiência

No Dia Internacional de Luta das Pessoas com Deficiência, foi assinado o Decreto nº 8.145, de 3 de dezembro de 2013, que disciplina o exercício do direito à aposentadoria especial para pessoas com deficiência. A medida reduz em até dez anos o tempo de contribuição para aposentadoria.

Estão previstas três hipóteses para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, de acordo com o grau de deficiência a ser atestado por peritos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), por meio da realização de avaliação médica e funcional. Em situações graves, o tempo de contribuição passa a ser de 25 anos para homens e 20 para mulheres; em casos moderados, 29 anos para homens e 24 para mulheres; já nos casos de deficiência leve, 33 anos para os homens e 28 para as mulheres. No tocante à aposentadoria por idade, o segurado com deficiência poderá se aposentar aos 60 anos de idade, se homem, e 55, se mulher, com qualquer grau de deficiência, se comprovada a contribuição por pelo menos 15 anos e a existência da deficiência pelo mesmo período. A avaliação e a classificação da deficiência para fins de concessão da aposentadoria serão baseadas na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da Organização Mundial de Saúde, na qual predomina a funcionalidade, não o diagnóstico em si.

b.5) Autismo

Com o intuito de fortalecer o diálogo com as entidades representativas da sociedade civil, foi realizado em 2013 o evento *Retratos do Autismo no Brasil*, com apresentação das políticas públicas voltadas a esse segmento. Na ocasião, foi lançada publicação de mesmo nome, que traça um panorama das experiências institucionais e profissionais sobre o autismo no País, bem como as lutas e avanços na construção de modelos diversos em atendimento e terapias, em face da complexidade dos sintomas do autismo.





b.6) Empregabilidade

No decorrer de 2013, houve quatro encontros da Câmara Técnica sobre Empregabilidade da Pessoa com Deficiência, com o objetivo de analisar a situação de empregabilidade da pessoa com deficiência, os principais entraves enfrentados e as possíveis soluções para os problemas identificados. Participaram dos encontros representantes dos trabalhadores, sindicais e patronais, além de membros governamentais, da sociedade civil e parlamentares. O relatório final identifica problemas e aponta formas para viabilizar a empregabilidade de pessoas com deficiência.

b.7) Mulheres com Deficiência

No âmbito da XII Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade (Reatech), foi realizada, em abril, a Roda de Conversa sobre políticas públicas e mulheres com deficiência. O evento contou com a participação de representantes governamentais, parlamentares, militantes, estudantes e a sociedade civil em geral. E, em novembro, ocorreu o *I Seminário Nacional de Políticas Públicas e Mulheres com Deficiência*, que teve como objetivo debater a transversalidade das políticas públicas voltadas para o segmento, contribuir para o seu fortalecimento e impulsionar a construção de uma rede nacional de mulheres com deficiência.

b.8) Estruturação de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência

Para fomentar a implantação e o fortalecimento de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência em Estados e Municípios, foram repassados, em 2013, cerca de R\$ 1,38 milhão para apoio a 15 conselhos, sendo 11 estaduais e quatro municipais. Em 2014, com o objetivo de aprimorar a defesa dos direitos de pessoas com deficiência, o aporte de recursos, previstos em R\$ 2,25 milhões, aumenta o apoio para cada conselho, permitindo a equipagem de mais 15 conselhos e avançando qualitativamente nos esforços para capacitar os atores sociais que recebem demandas da sociedade civil organizada.

b.9) Plano Internacional

Em 2013, o Brasil logrou protagonizar passos importantes na construção da agenda internacional de promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Inicialmente, cabe registrar o empenho brasileiro nas negociações do Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades, durante a Conferência da Organização Mundial de Propriedade Intelectual. O Tratado tem como eixo fundamental o compromisso de adoção, pelos países signatários, em suas legislações nacionais, de cláusulas obrigatórias de limitações aos direitos autorais relativas à produção de obras acessíveis. No âmbito dos direitos humanos, além de o Tratado ser o primeiro instrumento multilateral vinculante que limita direitos de propriedade intelectual, sua adoção fortalece os mecanismos disponíveis para que as pessoas com deficiência visual ou com impedimentos para leitura tenham seus direitos fundamentais garantidos, promovendo a superação de barreiras concretas ao seu pleno desenvolvimento.

Outro marco da atuação brasileira ocorreu em setembro, quando a sessão plenária da Reunião de Alto Nível sobre Desenvolvimento e Deficiência aprovou o documento que estabelece a acessibilidade da pessoa com deficiência como aspecto inerente ao desenvolvimento sustentável. A deliberação significa um êxito das posições defendidas pelo Brasil durante a realização do evento preparatório, a Consulta das Américas, realizado em maio, em Salvador/BA, com a participação de 20 países. O documento foi incorporado à resolução da 68ª Assembleia Geral das Nações Unidas e trata das diretrizes para assegurar que a inclusão das pessoas com deficiência seja devidamente inserida nos compromissos para a promoção de desenvolvimento a serem acordados após 2015.





c) Criança e Adolescente

c.1) Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Em 2013, após aprovação no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, dividido nos seguintes eixos: Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes; Proteção e Defesa dos Direitos; Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes; Controle Social na Efetivação dos Direitos; e Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. O referido Plano, a ser divulgado nos Estados em 2014, contempla temas não abordados no anterior Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil, como responsabilidade social, atendimento à pessoa que comete violência e proteção de crianças e adolescentes no sistema de segurança e justiça. O respectivo plano operativo, com definição de metas, responsáveis e prazos, encontra-se em elaboração junto à Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

No âmbito do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Pair), foram formalizados convênios com o Estado do Rio de Janeiro e com a cidade de Curitiba e, quanto às cidades em que o Pair já foi implementado, foi realizado, em março de 2013, um encontro nacional para fins de alinhamento metodológico. Em 2014, será feita a avaliação externa do Pair.

Ao longo do ano de 2013, foram realizadas campanhas educativas em datas comemorativas e grandes eventos – Dia da Internet Segura, Carnaval, Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Copa das Confederações –, bem como ações de mobilização do setor produtivo. A campanha do Governo Federal, sob o slogan *Proteja – não desvie o olhar* estimula a população a denunciar abusos pelo telefone, o Disque 100 antes e durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, uma grande campanha contra a exploração sexual de crianças e adolescentes nos locais de grande circulação de turistas. Foram distribuídos materiais publicitários nas seis cidades-sede do evento. Além dos turistas, o material também chegou a hotéis, bares, restaurantes, agências de viagens e empresas de transportes.

Assinala-se, também, a realização, em novembro de 2013, de oficina do Grupo de Trabalho para a Proteção de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência, com o objetivo de definir protocolos de escuta no sistema de justiça e outros órgãos voltados à garantia de direitos da criança e do adolescente.

c.2) Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Em 2013, foram desenvolvidos projetos arquitetônicos referenciais de unidades de internação, unidades de internação provisória, casas de semiliberdade e núcleos de atendimento inicial, tendo sido formalizados quatro convênios para a construção de novas unidades de atendimento socioeducativo, sendo duas unidades no Ceará e duas unidades em Goiás. Está em curso a adequação de projetos de construção de unidades de atendimento socioeducativo a serem firmados em 2014, nos Estados do Amapá, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins. O objetivo é desativar unidades consideradas impróprias, além de viabilizar a transferência de adolescentes em unidades superlotadas. Foram acompanhados, também, 28 convênios referentes à ampliação e/ou reforma de unidades já existentes.

No que diz respeito à formação de gestores e técnicos socioeducadores, foi firmada parceria com a Universidade de Brasília para o desenvolvimento de três modalidades de cursos a distância. Em 2014, pretende-se aumentar o acesso a esses cursos, com a instituição de Escolas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase). Também em parceria com universidades públicas, pretende-se desenvolver sistema de avaliação do Sinase, em cumprimento à Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.





Após consulta pública, sistematização das sugestões de âmbito nacional e interministerial e, por último, aprovação do Conanda, foi lançado em novembro de 2013 o Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo. O Plano foi construído em torno de quatro eixos temáticos – Gestão, Qualificação do atendimento, Participação e autonomia dos adolescentes e Sistemas de Justiça e Segurança –, subdivididos em 13 objetivos e 73 metas. Em 2014, terá início a articulação para implementação do Plano e para a formulação de planos estaduais. Paralelamente, serão incentivadas práticas de justiça restaurativa no âmbito do Sinase e a qualificação dos serviços de saúde e educação oferecidos a adolescentes em conflito com a lei. Nesse sentido, foram pactuadas novas vagas em cursos técnicos, no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa que atendeu, em 2013, 2.532 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado.

Com o objetivo de fortalecer a implementação do Sinase e garantir o acesso às ações de saúde aos adolescentes privados de liberdade, o Ministério da Saúde habilitou nove Estados na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória, totalizando 31 Municípios, 50 equipes de saúde – tanto de Equipes de Saúde da Família quanto das unidades socioeducativas – responsáveis pela atenção integral à saúde desses adolescentes, abrangendo, aproximadamente, 4 mil adolescentes.

c.3) Sistema de Garantia de Direitos

Para fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes, é prioridade a criação de Conselhos Tutelares em 100% dos Municípios – tarefa que está praticamente concluída, pois existem apenas 15 Municípios que ainda não possuem conselho tutelar.

Visando garantir condições adequadas de atuação dos Conselhos Tutelares, o Governo Federal está contribuindo para o funcionamento dos mesmos, por meio da doação de conjuntos de equipagem contendo um carro, cinco computadores, uma impressora multifuncional, um refrigerador e um bebedouro, totalizando um investimento de R\$ 54 mil por Conselho. Em 2013, 901 Municípios foram contemplados com 1.122 kits de equipagem. A ação teve incidência em todos os Estados brasileiros, com exceção do Estado do Acre, que fora contemplado em 2011. Dos cerca de R\$ 60 milhões empregados na aquisição dos conjuntos, mais de R\$ 30 milhões provieram de emendas parlamentares.

Com o objetivo de garantir segurança, conforto e sustentabilidade ao atendimento a crianças e adolescentes, foi desenvolvido, em 2013, projeto arquitetônico referencial do Novo Conselho Tutelar, tendo sido iniciada a etapa de tratativas junto a 40 Municípios, para fins de construção do Conselho Tutelar Referencial, aí incluídas as 26 capitais e o Distrito Federal. O processo de formalização de convênios foi iniciado em novembro de 2013 e terá continuidade ao longo de 2014, tendo sido encaminhadas propostas de sete Municípios (Cuiabá/MT, Fortaleza/CE, Campo Alegre/AL, Rio Branco/AC, Macapá/AP, Salvador/BA e São Luís/MA).

O Governo Federal tem se empenhado na formação continuada dos Conselheiros de Direitos e Tutelares, por meio do Programa de Formação Continuada de Conselheiros de Direitos e Tutelares – Escola de Conselhos, proporcionando a esses atores a formação necessária para o aperfeiçoamento do exercício de suas funções enquanto defensores de direitos humanos. Atualmente existem 16 Escolas de Conselhos, nas seguintes unidades da Federação: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraíba, Rondônia, Rio Grande do Sul, Sergipe, Santa Catarina e Tocantins. Um marco do processo de fortalecimento das Escolas foi a instituição, em 2013, de um Grupo Gestor Nacional com a finalidade de implementar política nacional de formação continuada, bem como de fortalecer e valorizar a atuação dos referidos conselheiros.





c.4) Observatório da Criança e do Adolescente

Durante o ano de 2013, o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (Sipia) passou por intensos ajustes tecnológicos, o que possibilitou o início dos trabalhos de expansão de uso da ferramenta nos Municípios que não contam com Internet de alto desempenho, principalmente na região Norte do País.

O ano de 2013 marcou o início da implantação do Sipia do Sistema Nacional Socioeducativo em meio aberto e a expansão de seu uso pelos Conselhos Tutelares, com a adesão ao Sistema de mais 13 Estados, no qual há três mil Conselhos Tutelares cadastrados.

Um dos objetivos para 2014 é a integração do módulo Sinase do Sipia à plataforma do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei gerida pelo Conselho Nacional de Justiça e operada nas Varas de Infância e Juventude. Pretende-se, ainda, possibilitar a recepção, nos Conselhos Tutelares, da Ficha de Notificação Compulsória de Violências Contra Crianças e Adolescentes.

Os Observatórios dos Adolescentes, espaços de participação cidadã, estão em atividade em 12 Estados. Em 2014, a metodologia dos núcleos de adolescentes será revista e a ação será expandida para as 27 unidades da Federação.

c.5) Convivência Familiar e Comunitária

Em 2013, o Distrito Federal e os Estados do Amapá, Maranhão e Mato Grosso do Sul aderiram ao Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres. Manifestaram interesse na adesão outros 14 Estados: Acre, Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Buscou-se qualificar políticas estaduais e municipais, conforme diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, bem como fortalecer as redes locais de atendimento, por meio do apoio à elaboração de planos estaduais e municipais de convivência familiar e comunitária e de atenção à primeira infância. Adicionalmente, foi instituído o Comitê Nacional de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua, que vem colhendo informações junto às redes estaduais e municipais de atendimento, a fim de subsidiar a formulação de políticas direcionadas a esse público. Para 2014, estão previstas ações de reordenamento das unidades de acolhimento institucional, conforme princípios da Resolução Conjunta Conanda/CNAS nº 001/2009 (Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes).

c.6) Ações de articulação

No final de 2012, foi firmada a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, tendo sido concluído, em 2013, o processo de elaboração de matrizes de ações, com definição de responsáveis e prazos de cumprimento, referentes a quatro temas: Convivência Familiar e Comunitária, Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Aperfeiçoamento do Sistema Socioeducativo e Erradicação do Trabalho Infantil. Em 2014, terá início a implementação das matrizes e a mobilização para a instalação de comitês estaduais da Carta de Estratégias.

Em 2012, também foi lançada a Agenda de Convergência para Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente em Grandes Eventos. Em 2013, membros da Agenda de Convergência atuaram nas cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e na Jornada Mundial da Juventude, quando foram instalados Comitês Locais de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, que realizaram Plantões Integrados, com serviços estaduais e municipais e do sistema de justiça. Adicionalmente, foram oferecidos Espaços de Convivência Temporários para acolher crianças e adolescentes perdidos ou em situação de violação de direitos, especialmente trabalho infantil. Em 2014, a experiência será repetida nas cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014.





d) Programas de Proteção

Em 2013, o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas atendeu cerca de 700 vítimas e testemunhas de crimes e, em parceria com o Governo Federal, foram mantidos programas estaduais no Distrito Federal e em 16 Estados (Amazonas, Acre, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Aqueles em que não há programa estadual instalado são atendidos pelo Programa Federal de Proteção a Testemunhas. Em 2014, prevê-se a implantação de dois novos programas nos Estados da Paraíba e Mato Grosso.

Destaca-se também a Resolução CNMP nº 93, de 14 de março de 2013, do Conselho Nacional do Ministério Público que estabelece a prioridade na tramitação do inquérito e do processo criminal em que figure indiciado, acusado, vítima ou réu colaboradores, vítima ou testemunha protegida pelos respectivos programas.

O Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) acompanhou 404 lideranças de direitos humanos, em especial, lideranças indígenas e quilombolas, defensores do meio ambiente, representantes LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) e defensores da liberdade de expressão e comunicação. Em 2013, o PPDDH passou a funcionar no Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o governo estadual. Atualmente, existem programas nos Estados de Ceará, Paraná, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Aqueles em que não há programa estadual instalado são atendidos pelo Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Em 2014, o PPDDH terá como prioridade a criação dos núcleos de inteligência estaduais e federal e a ampliação das equipes técnicas.

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) realizou a formação das equipes técnicas nos Estados onde o Programa foi expandido mais recentemente – Ceará, Paraíba e São Paulo – e em outros Estados onde já havia sido implantado – Alagoas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, além do Distrito Federal –, de modo a fortalecer as ações de proteção. Além das 13 Coordenações Estaduais do PPCAAM existentes, o Núcleo Técnico Federal manteve o atendimento nos Estados em que não está instalado o Programa, promovendo cobertura plena para possíveis situações de ameaça de morte. O monitoramento dos trabalhos das unidades estaduais conveniadas teve continuidade, resultando na definição de recomendações para as equipes estaduais do Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Bahia e do Distrito Federal. Além disso, no mês de novembro de 2013, todas as equipes estaduais e parceiros gestores governamentais e não governamentais reuniram-se no Encontro Nacional do PPCAAM, a fim de compartilharem avanços e ações das equipes, bem como para unificar procedimentos que garantam a execução eficaz do Programa em âmbito nacional.

e) Erradicação do Trabalho Escravo

No ano de 2013, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) deu continuidade à capacitação e sensibilização dos agentes públicos envolvidos com o tema. Foram realizadas oficinas de capacitação para cerca de 400 juízes, procuradores e auditores do trabalho. Ainda nessa linha de atuação, foi firmado mais um termo de parceria, com o Conselho da Justiça Federal, para inserção da temática do trabalho escravo nos cursos de formação inicial dos magistrados. Além disso, a Conatrae publicou um Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Imigrantes.

Foram também criadas Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae) nos Estados de Goiás, Espírito Santo e Ceará, totalizando 12 Comissões Estaduais, além da primeira Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo, no Município de São Paulo. Foi realizado, igualmente, o segundo Encontro de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo, em parceria com o governo do Maranhão. Na ocasião, ficou agendada para 2014 a realização do terceiro Encontro de Comissões Estaduais e Municipal, a ser realizado em São Paulo.





f) Saúde Mental

Em 2013, foi instalado o grupo de trabalho interministerial e intersetorial para a reativação do Núcleo Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, resultando na ampliação de sua abrangência e atribuições, definidas no contexto de um Comitê Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental. Tal ampliação implica a constituição de uma instância de composição paritária entre instituições do Poder Público e da sociedade civil, que atuarão na articulação intersetorial para promoção, proteção, garantia e defesa dos direitos humanos do público-alvo de políticas de atenção à saúde mental. Para 2014, propõe-se a instalação e funcionamento do Comitê Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental e a realização de pesquisas, em cooperação com universidades federais, objetivando o fortalecimento do Movimento da Reforma Psiquiátrica no Brasil, especialmente para pessoas com transtorno mental em conflito com a lei.

g) Combate à Tortura

Coroando o empenho do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o ano de 2013 marcou a criação, por meio da Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, integrado por um Comitê e por um Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. A referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 8.154, de 16 de dezembro de 2013. O Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura cria uma rede articulada, por meio de comitês e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura. Tanto o Mecanismo Nacional quanto os mecanismos estaduais são órgãos compostos por peritos com a prerrogativa de realizar inspeções em estabelecimentos onde houver pessoas privadas de liberdade.

Com o intuito de elaborar diretrizes para a política de combate à tortura, foi realizado o I Encontro Nacional de Comitês e Mecanismos Estaduais de Prevenção e Combate à Tortura, que contou com a participação de representantes de 21 Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

Em parceria com o Conselho Nacional e Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e com Secretarias Estaduais, foram realizadas visitas a instituições de privação de liberdade em Rondônia, Distrito Federal e Tocantins, onde foram apuradas e constatadas violações de direitos. Também foi recebida visita do grupo de trabalho sobre detenções arbitrária da Organização das Nações Unidas, nas cidades de Brasília, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e Campo Grande.

Foi lançada a Campanha *Tortura é crime contra humanidade. Ontem. Hoje. Sempre*, com a confecção de cartazes a serem dispostos nas unidades de privação de liberdade e em instituições públicas. Foram estabelecidos Grupos de Trabalho Interministeriais para formular estratégias nacionais para o sistema prisional e para a garantia de direitos às pessoas em privação de liberdade, incluindo: o Grupo de Trabalho para discutir a identidade, atribuições, carreira, formação e regulamentação dos agentes prisionais no Brasil; o Grupo de Trabalho Interministerial da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional; e o Grupo de Trabalho da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade do Sistema Prisional.

No âmbito internacional, o Brasil recebeu, em 2013, o segundo relatório do Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT) da Organização das Nações Unidas (ONU), contendo comentários às respostas encaminhadas pelo Brasil ao primeiro relatório do órgão, em 2012, elaborado após visita realizada ao País em 2011. A resposta brasileira ao segundo relatório do SPT está em fase final de elaboração.





Preparam-se para 2014 outras ações, tais como: a instalação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o lançamento do Guia de Monitoramento de Locais de Detenção e o lançamento do Curso EAD sobre Prevenção e Combate à Tortura, para profissionais de segurança pública. Pretende-se, ademais, apoiar a instalação de mecanismos e comitês estaduais de prevenção e combate à tortura.

h) População em Situação de Rua

Em 2013, foram formalizadas as adesões, dos seguintes Estados e capitais à Política Nacional para a População em Situação de Rua, além do Distrito Federal: Sergipe, São Paulo, Curitiba, Maceió e Goiânia. Além disso, foram instalados 15 Comitês locais, sendo 12 municipais, dois estaduais e um distrital.

Em 2013, foram recebidos 755 registros por meio do módulo específico da população em situação de rua no Disque Direitos Humanos – Disque 100. Esses registros compõem os relatórios estatísticos de violência e permitem o encaminhamento das denúncias para instituições competentes na defesa de direitos.

Fruto de parceria entre a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi realizado o teste da pesquisa censitária sobre a população em situação de rua, com o objetivo de desenvolver metodologia de coleta de informações sobre essa população, para fins de inclusão no censo demográfico. Em articulação com o Grupo de Trabalho de Pesquisa de População de Rua, no âmbito do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua (Ciamp-Rua) com coordenação técnica do IBGE, o teste foi aplicado na região central do Município do Rio de Janeiro/RJ.

Visando à proteção dos direitos da cidadania, foram lançados em oito capitais os *Guias de Serviços para População em Situação de Rua*, contendo informações sobre Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas), Centros Pop, defensorias públicas, postos de saúde, abrigos, dentre outros assuntos pertinentes.

Foram desenvolvidas medidas de aperfeiçoamento da inclusão das famílias e pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que registrava, no final de 2013, 13.197 famílias cadastradas em Municípios com população acima de 100 mil habitantes.

O fortalecimento da rede de atenção às populações em situações de rua compreende a ampliação do acesso e a qualificação do cuidado integral à saúde, bem como o tratamento aos usuários dependentes de álcool, *crack* e outras drogas, por meio do financiamento para implantação e custeio dos Consultórios na Rua (CnaR). Atualmente, existem 90 Consultórios na Rua implantados, sendo 53 custeados pela Atenção Básica e 37 pela Saúde Mental. Só em 2013, foram credenciados 67. Em 2014, a expectativa é da implantação de mais 30 Consultórios na Rua, com atendimento da população específica.

i) Direitos da Pessoa Idosa

A fim de dar continuidade à política sobre o envelhecimento humano com qualidade de vida, foi lançada em maio de 2013 a *Campanha de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa* e, em 30 de setembro de 2013, foi editado o Decreto n.º 8.114, que estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, cujo objetivo é conjugar esforços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a valorização e promoção dos direitos da pessoa idosa. O compromisso conta com uma Comissão Interministerial, responsável pelo monitoramento e avaliação das ações a serem promovidas no âmbito do Compromisso instituído e pela articulação dos órgãos e entidades governamentais envolvidos em sua efetivação.





No tocante a publicações, foram lançados em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud): i) o livro *Dez Anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso: Repertório e Implicações de um Processo Democrático*; ii) o livro *Estatuto do Idoso: Dignidade como foco humano*; e iii) o *Caderno de Políticas e Programas Pessoas Idosas no Brasil*.

No âmbito internacional, o Brasil integra grupo de trabalho que elabora a Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos da Pessoa Idosa, cujo objetivo é promover, proteger e assegurar o conhecimento, as condições de igualdade e liberdades fundamentais das pessoas idosas, além de contribuir com sua plena inclusão, integração e participação na sociedade. Seguindo esse objetivo, foi realizado, em setembro de 2013, o III Encontro Ibero-Americano sobre Direitos Humanos das Pessoas Idosas, em Brasília, que contou com 300 participantes nacionais e internacionais, ligados aos conselhos da pessoa idosa, ministérios e órgãos que acompanham o Programa Ibero-Americano. Além do Encontro Ibero-Americano, a SDH coordenou a realização do II Fórum Nacional de Gestores Estaduais em Direitos da Pessoa Idosa e o II Encontro de Promotores, Delegados e Defensores.

Após mapeamento realizado em 2013, constatou-se que o Brasil conta com 79 Delegacias Especializadas em Atendimento das Pessoas Idosas. Em 2014, haverá continuidade do processo de criação de conselhos e de fundos estaduais e municipais dos idosos, assim como da implementação do Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo, a ser efetivado por meio da adesão de Estados e Municípios. Além disso, estão previstas: i) a realização da Conferência da Rede Técnica Intergovernamental Ibero-americana de Cooperação Técnica (Riicotec); ii) a edição do *Manual para o Enfretamento à Violência contra a Pessoa Idosa*, que será usado para capacitação dos agentes públicos estaduais e municipais; e iii) a finalização do processo de pesquisa, em parceria com o Pnud, sobre o perfil da pessoa idosa no período de 1950 até 2013.

j) Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Em 2013, foi lançado o segundo relatório sobre violência homofóbica no Brasil, importante instrumento de monitoramento das políticas públicas para a população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). Em junho, foi lançado o Sistema Nacional LGBT, que visa articular as políticas públicas de Estados, Municípios e do Governo Federal para o enfrentamento da violência homo-lesbo-transfóbica e a promoção dos direitos de LGBT. Desde o lançamento do Sistema Nacional, foram instalados cinco conselhos municipais LGBT: Itapipoca/CE, Cariacica/ES, São João del Rei/MG, Alagoinhas/BA e em Teresina/PI. Foram implantados também quatro Comitês de enfrentamento à homofobia, nos Estados do Piauí, Pará, Rio Grande do Sul e Amazonas.

Para fins de combate à homofobia e de promoção dos direitos da população LGBT, foi realizado em 2013 o Seminário *Brasil-União Europeia sobre o Enfretamento à Homofobia* e criado o Comitê de Gestores e Gestoras LGBT.

Está previsto para 2014 o financiamento de pelo menos três Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT em Estados e Municípios, assim como o desenvolvimento de painel de indicadores sobre os direitos de LGBT, com vistas a informar sobre as políticas existentes para LGBT no Brasil.

k) Centros de Referência em Direitos Humanos

Os Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) constituem projeto estratégico no âmbito da política de promoção e defesa dos direitos, com atuação no combate às violações de direitos humanos. A atual rede está presente em todas as regiões do País e compreende 31 Centros. A ampliação da rede para todas as capitais é uma das metas para o biênio de 2013/2014, tendo sido firmadas nove parcerias para implantação de novos Centros a partir de janeiro de 2014, nas cidades de: Curitiba/PR, Florianópolis/SC, Chapecó/SC, Porto Alegre/RS, Palmas/TO, Teresina/PI, Campo Grande/MS, Dourados/MS, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ. Ao final de 2014, haverá 40 Centros de Referência em Direitos Humanos em todos os Estados.





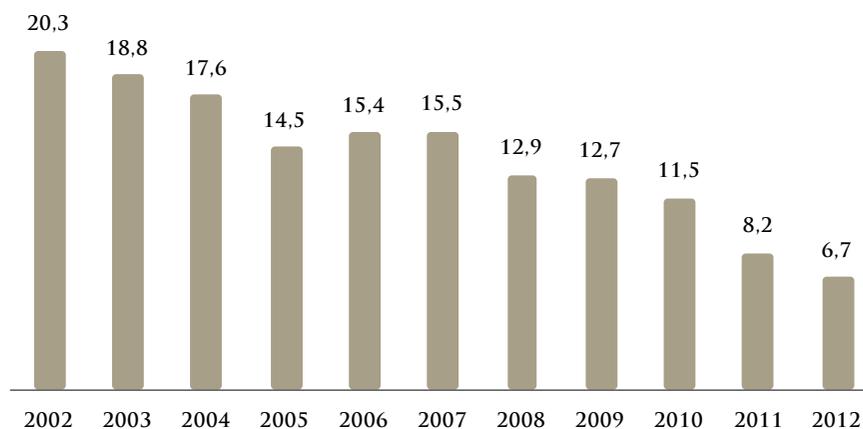
No ano de 2013, com maior número de Centros em funcionamento, houve expressivo aumento no número de atendimentos realizados, totalizando 91.662, assim distribuídos: i) Capacitação em Direitos Humanos: 26.160; ii) Orientação em Direitos Humanos: 35.078; iii) Atendimentos jurídicos: 9.632; iv) Atendimentos na área da Assistência Social: 12.511; v) Atendimentos psicológicos: 4.056; vi) Encaminhamento para emissão de CPF, RG, Título Eleitoral, Certidão de Casamento, Carteira de Trabalho e Registro Civil: 2.573; vii) Recepção de denúncias: 1.316; e viii) Mediação de conflitos: 712. É possível constatar a ampliação de atuação em temáticas de Direitos Humanos, envolvendo a garantia de direitos e o combate a diversos tipos de violação, entre as quais a imigração na fronteira do Acre com a Bolívia, com atuação do CRDH de Rio Branco/AC; o acompanhamento dos inqueritos e processos judiciais dos homicídios de pessoas em situação de rua ocorridos em Goiânia/GO, com atuação do CRDH desse Município; e a mediação de conflitos e participação de atividades com comunidades ciganas, com atuação do CRDH de Natal/RN.

1) Registro Civil de Nascimento

Para fins de mobilização para a promoção do Registro Civil de Nascimento (RCN) e da documentação básica, foi estimulada a implantação de serviços de registro de nascimento em unidades de saúde e, ao final de 2013, foi possível identificar a existência de 1.014 serviços, considerando tanto Unidades Interligadas, como Postos de Registro Civil. A existência desses serviços é vital para o combate ao sub-registro de nascimento. Destaca-se, também, a publicação do Provimento nº 28/2013/CNJ, de 05 de fevereiro de 2013, que dispõe sobre o registro tardio de nascimento, resguardando a especificidade dos registros indígenas, regulamentados pela Resolução Conjunta nº 03/2012. Também foi desenvolvido e testado o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), cujo projeto-piloto foi implementado na fase de teste. O Sirc propiciará a gestão da emissão de certidões de nascimento, casamento e óbito, segundo modelos nacionais definidos pelo Decreto nº 7.231, de 14 de julho de 2010.

Nos últimos três anos, foram realizados 1.319 mutirões, nos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins, além do Distrito Federal. O esforço permitiu verificar a redução acentuada do sub-registro, conforme o mais recente estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 20 de dezembro de 2013, que revê a série histórica dos indicadores Estimativa de sub-registro de Nascimento (nascidos vivos/ano).

Estimativas de Sub-registro de nascimentos Brasil - 2002-2012



Fonte: IBGE. Estatísticas do Registro Civil 2002-2012.





Igualmente importante para a diminuição da taxa de sub-registro é a redução drástica dos registros extemporâneos no Brasil. Ao se analisar os dados por lugar de residência da mãe: em 2002, essa taxa estava na ordem de 26,3%, caiu para 10,2% em 2007 e, em 2012, estava em 6,2%, indicando que é cada vez menor o estoque de população sem registro civil de nascimento.

Em 2014, serão priorizadas ações de promoção do registro de nascimento de indígenas, em regiões de fronteira, e no sistema carcerário brasileiro serão priorizadas, e terão continuidade as seguintes ações: i) a implantação das Unidades Interligadas, em parceria com o Ministério da Saúde e o Poder Judiciário; ii) a articulação e a realização de capacitações para a constituição e fortalecimento de Comitês Gestores Municipais de promoção do RCN; e iii) a realização de mutirões para emissão do RCN às pessoas sem o registro civil de nascimento nos bolsões de sub-registro indicados a partir de dados do CadÚnico/Ministério do Desenvolvimento Social, do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde.

m) Diversidade Religiosa

Em 2013, foi instituído o Comitê Nacional de Diversidade Religiosa, com a finalidade de promover o direito ao livre exercício das diversas práticas religiosas e de disseminar uma cultura de respeito às diferentes crenças e convicções, atuando, também, para o fortalecimento da liberdade religiosa, do reconhecimento das diferenças culturais, da laicidade do Estado e da superação da intolerância religiosa.

Seguindo a recomendação III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), apoiou-se a criação de comitês de diversidade religiosa no Estado do Rio Grande do Sul e no Município de Pelotas/RS. Em 2014, prevê-se: i) a consolidação do Comitê Nacional de Diversidade Religiosa; ii) o estímulo à criação, efetivação e consolidação de comitês de diversidade religiosa; e iii) a capacitação dos atendentes do Disque 100 para a sensibilização quanto à temática da diversidade religiosa no acolhimento de denúncias.

n) Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos

Em 2013, a Ouvidoria avançou no diálogo com a sociedade civil e fortaleceu os canais de comunicação com os cidadãos, ampliando o acolhimento de denúncias de violações a direitos humanos. Foi implantado, ainda, o Projeto *Diálogos em Rede*, com o objetivo de qualificar e democratizar o processo de elaboração de políticas públicas de direitos humanos, por meio do financiamento de pesquisas aplicadas por universidades e com ampla participação social e debate sobre os resultados. Nessa primeira etapa, a pesquisa concentrou-se no mapeamento e diagnóstico das Redes Regionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, que atuam no atendimento de demandas identificadas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.

Em 2013, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e o Disque Direitos Humanos – Disque 100 realizaram 228.866 atendimentos, sendo que 182.877 deles (80%) foram registros de denúncia de violações de direitos humanos.

No que diz respeito às denúncias, verificou-se um aumento de 8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Das quase 183 mil denúncias registradas no período, 68% são relacionadas a violações de direitos humanos de crianças e adolescentes; 21% de idosos; 6% de pessoas com deficiência; 1% contra a população LGBT; 0,4% de população em situação de rua; e 1,6% de outros grupos sociais vulneráveis e assuntos relacionados a direitos humanos, como violações a comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, violência policial, tortura etc.

Cabe destacar a criação, em 2013, do módulo Pessoas em Privação de Liberdade no Disque Direitos Humanos – Disque 100, com o objetivo de qualificar as denúncias e compreender as violações ocorridas em espaços de privação de liberdade. No período de março a dezembro de 2013, as violações somaram 3.031 denúncias.





A Ouvidoria atuou, também, em contextos de violações de direitos humanos coletivos, na mediação de conflitos de repercussão nacional e acompanhamento de julgamentos simbólicos para crimes contra defensores de direitos humanos, tais como: conflitos com comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul; Comunidade do Horto (Rio de Janeiro); Ocupação do Cocó (Fortaleza); Vila Itororó (São Paulo); dentre outros. Destaca-se, ainda, a atuação direta em 179 conflitos agrários coletivos, com envolvimento de cerca de 20 mil famílias acampadas, com destaque para a região Norte, que representa 56% dos conflitos. Foram realizadas visitas em presídios nos Estados do Pernambuco, Tocantins, Rondônia e Santa Catarina além do Distrito Federal, para verificação de denúncias relacionadas a violações de direitos humanos praticadas contra reeducandos, bem como em unidades socioeducativas no Rio Grande do Norte, São Paulo, Amazonas e Espírito Santo, relacionadas à violência e tortura praticada contra adolescentes. A Ouvidoria teve atuação expressiva na Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, com presença no Centro Integrado de Comando e Controle e nas seis cidades-sede, bem como na Jornada Mundial da Juventude.

Para 2014, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos pretende i) dar continuidade à segunda fase do Projeto *Diálogos em Rede*; ii) lançar, em parceria com o Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, o relatório nacional de letalidade policial; iii) atuar nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, para a Proteção Integral aos Direitos Humanos; e iv) fortalecer os canais de denúncia de violações de direitos humanos, por meio da Ouvidoria e do Disque Direitos Humanos – Disque 100.

o) Direito à Memória e à Verdade e Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

Em 2013, as ações de busca, localização e identificação de mortos e desaparecidos políticos tiveram prosseguimento a partir da ampliação do Banco de Referências Genéticas, da Criação do Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense e da disponibilização de informações. Foi criada junto à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos uma equipe técnica multidisciplinar responsável pela pesquisa documental e coleta de informações. Houve ampliação das atividades do Grupo de Trabalho Araguaia, criado em 2011, com avanço nas pesquisas e buscas pelos restos mortais das pessoas vitimadas na Guerrilha do Araguaia, especialmente nos Estados do Pará e Tocantins.

Durante esse período, a Comissão Especial desenvolveu suas atividades em parceria com a Comissão Nacional da Verdade, colaborando para o resgate da memória e verdade históricas. Entre as ações desempenhadas, cabe especial destaque à retificação do assento de óbito do jornalista Vladimir Herzog e à exumação dos restos mortais de João Goulart, a quem, decorridos 37 anos de sua morte, foram concedidas as honras de Chefe de Estado e devolvido o cargo de Presidente da República.

Em 2014, a Comissão Especial ampliará as atividades de busca e localização em todo o Brasil e preparar-se-á para dar seguimento ao legado deixado pela Comissão Nacional da Verdade, a partir da constituição do Observatório para a Memória, Verdade e Justiça no Brasil, na forma disposta na Diretriz 24, Objetivo Estratégico I, alínea “e” do III Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3).

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) tem por propósito examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre os anos de 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Em 2013, a Comissão Nacional da Verdade assinou acordo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que visa prestar suporte à estruturação da Comissão nos três principais eixos de trabalho da CNV: pesquisa, articulação com a sociedade e comunicação.

Em dezembro de 2013, por meio da Medida Provisória nº 632, de 24 de dezembro de 2013, o prazo para atuação da Comissão Nacional da Verdade foi prorrogado até 16 de dezembro de 2014. Em 2014, a CNV apresentará seu relatório circunstanciado sobre as graves violações de direitos humanos ocorridas no Brasil entre 1946 e 1988, contendo recomendações ao Estado brasileiro.





p) Atuação e Cooperação Internacional

No que se refere ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil no cenário internacional, encontram-se em fase de elaboração relatórios de progressos na realização dos direitos humanos à saúde, à educação e à previdência social, previstos no artigo 19 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o chamado Protocolo de São Salvador.

O Brasil voltou a ocupar, em 2013, um assento no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e seguiu atuando em favor das temáticas relativas aos direitos das pessoas com deficiência, LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis e Transexuais), idosos e crianças e adolescentes. Vale destacar a realização, pelo Brasil, de Painel sobre Combate à Violência Homofóbica à margem da 24ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos. Destaca-se, ainda, a Consulta Regional das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável e Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada em Salvador/BA.

Houve visitas ao Brasil do Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Detenção Arbitrária e do Relator Especial sobre Liberdade de Expressão. O GT visitou, com o apoio governamental, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Campo Grande e Fortaleza, ocasião em que entrevistou autoridades do Executivo, operadores do direito e representantes da sociedade civil. Na ocasião, foram empreendidos esforços de articulação interinstitucional para a elaboração da segunda resposta ao Relatório ao Subcomitê de Prevenção à Tortura da Organização das Nações Unidas, que visitou o Brasil em setembro de 2011 e emitiu uma série de recomendações para o aprimoramento dos locais de privação de liberdade no País.

Em 2013, o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos dos Profissionais de Comunicação no Brasil, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, apresentou seu relatório parcial no Encontro Internacional de Jornalismo Investigativo, com o apoio da Relatoria Especial para Liberdade de Expressão e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Realizou-se, ainda, o Seminário *Recomendações dos Órgãos de Tratados das Nações Unidas ao Brasil*.

Em relação às ações de cooperação internacional no plano multilateral, foi definido o primeiro projeto de cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, com duração até 2015, envolvendo temas como os relatórios aos órgãos de tratados de direitos humanos, a prevenção à tortura, a proteção a defensores de direitos humanos, a promoção dos direitos de LGBT e indicadores de direitos humanos.

Foi estabelecido projeto de cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, intitulado Proteção Integral dos Direitos de Crianças e Adolescentes Fortalecida, com o objetivo de desenvolver subsídios voltados ao fortalecimento da proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes.

No ano de 2013, o Governo Federal deu seguimento à cooperação jurídica internacional, no âmbito da Convenção de Haia de 1993, relativamente à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional; da Convenção de Haia de 1980, sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças; e da Convenção Interamericana de 1989, sobre Restituição Internacional de Menores.

O Governo Federal realizou dois seminários nacionais relacionados ao tema *Sequestro Internacional de Crianças*, um voltado para a mediação de conflitos nos casos de subtração de crianças e o outro voltado à capacitação de defensores públicos sobre o tema. O Governo também participou dos debates realizados pela Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, em especial daqueles relacionados à elaboração do Guia de Boas Práticas sobre a interpretação do artigo da Convenção de 1980, que trata sobre risco ao retorno, como nos casos de violência doméstica. Foi retomada a articulação com a Justiça Federal, para fins de concentração de competência para julgar ações de retorno de crianças aos países de residência habitual.





No âmbito da Adoção Internacional de Crianças, o Governo retomou os debates para a normatização dos procedimentos de credenciamento de organismos estrangeiros. Além disso, o Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras estabeleceu um grupo de trabalho para propor melhorias ao Cadastro Nacional de Adoção, com a integração da lista de pretendentes à adoção internacional.

Em 2014, estão previstas a realização do III Seminário Internacional sobre o tema, a realização de eventos específicos para a magistratura no campo da adoção e subtração internacional de crianças, e a implantação do sistema informatizado de tramitação dos pedidos de cooperação jurídica internacional.

No tocante ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos, o Governo brasileiro segue empenhado em dialogar com a Comissão e a Corte Interamericanas de Direitos Humanos, como também em acompanhar as petições, casos e medidas que tramitam perante aquelas instâncias.

Com vistas a disseminar o conhecimento sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a consolidar uma cultura de Direitos Humanos no Brasil, foi realizado o Concurso Nacional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, cuja etapa final envolveu 150 pessoas, dentre as 32 equipes de 18 Estados, avaliadores, palestrantes e tutores. O Brasil foi um dos primeiros países da região a assinar a Convenção Interamericana contra o Racismo e a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e a Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, durante a 43ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

No âmbito do Mercosul, o Governo seguiu atuando na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul, em particular na Comissão Permanente sobre Direito à Memória e à Verdade, onde encontra-se em negociação instrumento jurídico que facilitará o intercâmbio de informações referentes às graves violações de direitos humanos ocorridas na Operação Condor, na década de 1960.

As ações de cooperação com a União Europeia em 2013 também merecem destaque. Realizaram-se quatro eventos internacionais sobre temas de interesse comum: o *Seminário Brasil – União Europeia de Combate à Violência Homofóbica* e o *Seminário Regional Sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero*; o *Seminário Brasil – União Europeia de Promoção e Proteção dos Direitos da População em Situação de Rua*; e o *Encontro Brasil – União Europeia sobre Defensores de Direitos Humanos* no Ceará.

No âmbito da cooperação bilateral, deu-se continuidade às ações de cooperação com o Haiti e com El Salvador. Juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação, concluiu-se a parceria com o Haiti para o fortalecimento das políticas públicas e das ações da sociedade civil voltadas à promoção dos direitos da pessoa com deficiência. Em El Salvador, deu-se seguimento ao processo de transferência de conhecimentos e de tecnologias para a criação de um serviço para recebimento de denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, nos moldes do Disque Direitos Humanos - Disque 100 e do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Em 2014, terão início as ações do projeto de cooperação desenvolvido, em 2013, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com vistas a fortalecer a capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência. O projeto é voltado ao desenvolvimento de ações de formação em Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné Bissau, Timor Leste e Angola. Adicionalmente, deve ser firmado o projeto Fortalecimento de Políticas e Ações para a Prevenção, Mitigação, Preparação e Resposta de Desastres com Foco na Proteção Integral às Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoas com Deficiência, em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão.





Por fim, serão depositados junto à ONU, em 2014, os relatórios periódicos sobre o Documento Básico Comum, o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, todos elaborados ao longo de 2013. Também será iniciada a preparação dos relatórios referentes ao Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e à Convenção sobre os Direitos da Criança, além de finalizado o relatório sobre o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil.

q) Promoção e Valorização da Cultura em Direitos Humanos

Em 2013, a Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul chegou à sua oitava edição. Assim como nas duas edições anteriores, foram realizadas exibições de filmes ligados à temática de Direitos Humanos nas 27 capitais. Com o intuito de descentralizar e popularizar o debate acerca dos direitos humanos, foram realizadas parcerias com mais de 600 locais de exibição, responsáveis por exibir os filmes escolhidos por curadoria especializada para receber o Prêmio *Diferença da TV Brasil*. Fruto de parceria da Secretaria de Direitos Humanos (SDH) com a Universidade Federal Fluminense, o Ministério da Cultura e a Organização dos Estados Ibero-americanos, também foi implementado o projeto Inventar com a Diferença, que consiste na capacitação e acompanhamento de educadores de escolas públicas, a fim de produzirem, junto a seus alunos, trabalhos audiovisuais vinculados à temática de direitos humanos, os quais integrarão parte da programação da 9ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos.

A 19ª edição do *Prêmio Direitos Humanos* foi realizada em 2013, a fim de reconhecer e homenagear pessoas e entidades que se destacam na defesa, na promoção e no enfrentamento às violações dos direitos humanos. Por fim, o Governo Federal apoiou 29 projetos de formação em direitos humanos desenvolvidos por instituições não governamentais, Estados e Municípios. Trata-se de cursos de formação na perspectiva de gênero e em direitos humanos, voltados para profissionais, gestores, membros dos Conselhos estaduais e municipais de direitos humanos, promotores e defensores de direitos humanos.

Ainda em 2013, foi publicada a *Coleção Educação 12 Direitos – Por uma Cultura em Direitos Humanos*, que consiste em uma série de cadernos com informações e reflexões sobre os 12 direitos previstos no *Human Rights Instruments* das Nações Unidas, quais sejam: o direito ao mais alto patamar de saúde, à alimentação adequada, à educação, à moradia adequada, à participação em assuntos públicos, à opinião e à expressão, à liberdade e segurança, a um julgamento justo, a uma vida livre de violência e a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos e degradantes.

r) Mecanismos de Controle, Indicadores e Monitoramento das Políticas Públicas de Direitos Humanos

Ao longo de 2013, o Cadastro Nacional de Conselhos Tutelares foi atualizado de forma contínua, permitindo o acompanhamento, em tempo real, da universalização e consolidação desta importante rede de garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, que registrou ampliação de 5.904 para 5.930 unidades.

Vale destacar, ainda, a elaboração do Cadastro Nacional de Fundos Municipais e Estaduais da Infância e Adolescência, que reúne dados fiscais e bancários, os quais são encaminhados à Receita Federal para inclusão no Programa Gerador da Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Essa ação, que possibilitou mais de R\$ 30 milhões em doações para tais fundos, será reproduzida e ampliada para incluir fundos financiadores de outro segmento vulnerável, a pessoa idosa.

Em 2014, será realizada a terceira edição do bloco de Direitos Humanos da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, promovida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como a primeira edição do bloco de Direitos





Humanos da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais. Os referidos questionários levantarão informações detalhadas sobre os equipamentos, serviços e estruturas municipais e estaduais de garantia de direitos.

No tocante ao III Programa Nacional de Direitos Humanos, houve avanços no processo de monitoramento, por meio de três estratégias coordenadas: reuniões do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PNDH-3; encontros do Grupo de Trabalho composto por representantes governamentais e da sociedade civil, instituído no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; e oficinas ampliadas envolvendo redes e organizações de direitos humanos.

Paralelamente, foi criado o Observatório do PNDH-3, ferramenta por meio da qual qualquer cidadão pode verificar em que estágio se encontra a execução das ações programáticas do PNDH-3. Em 2014, o monitoramento do Programa por meio dessas estratégias será aprofundado, em diálogo permanente com a sociedade civil organizada, especialmente a partir dos subsídios fornecidos pelo Observatório do PNDH-3. A partir desse levantamento sobre o andamento das políticas públicas previstas, será possível discutir os avanços e gargalos da implementação do Programa.

7. Previdência Social

O maior desafio da Previdência Social é a promoção do acesso universal, com qualidade e equidade em harmonia com a missão da instituição que é “garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social”.

No âmbito do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) a preços de outubro de 2013, a arrecadação líquida previdenciária acumulada de janeiro até novembro foi de R\$ 270 bilhões, um aumento real, já descontada a inflação, de 5,1 % em comparação com o mesmo período do ano de 2012. O valor acumulado com pagamento de benefícios previdenciários, incluindo sentenças judiciais e pagamento da compensação previdenciária entre o regime geral e os regimes próprios, foi de R\$ 326,3 bilhões, o que representou um incremento real da ordem de 5,9% em relação ao mesmo período de 2012. Dessa forma, a necessidade de financiamento no período de janeiro a novembro de 2013, em valores corrigidos pelo INPC, foi de R\$ 56,3 bilhões, um crescimento de 9,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em valores nominais, a arrecadação líquida, de janeiro a novembro de 2013, foi de R\$ 265,4 bilhões, um aumento de 11,9% em comparação com o mesmo período de 2012. Já a despesa com benefícios cresceu 12,7%, na mesma comparação, alcançando R\$ 320,7 bilhões no período de janeiro a novembro de 2013. A necessidade de financiamento do RGPS foi, de janeiro a novembro de 2013, em valores nominais, de R\$ 55,3 bilhões. Cabe destacar que no período de janeiro a novembro de 2013, no setor urbano, houve um superávit da ordem de R\$ 12,7 bilhões em valores nominais, decorrentes de uma arrecadação de R\$ 259,9 bilhões e uma despesa da ordem de R\$ 247,2 bilhões.

Segundo cálculo feito a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cobertura previdenciária da população ocupada na faixa dos 16 aos 59 anos chegou a 71,4% em 2012, superando os 70,7%, registrados em 2011. Quanto ao indicador de Cobertura Previdenciária das Trabalhadoras/Mulheres Ocupadas, também houve avanço: em 2012, alcançou 70,6%, contra 69,7% em 2011. Para os homens, a cobertura previdenciária aumentou de 71,4%, em 2011, para 71,9% em 2012. Cabe salientar que os dados da Pnad/IBGE de 2013 são disponibilizados apenas em 2014. Ainda de acordo com cálculos elaborados a partir dos microdados da Pnad/IBGE, a proteção social da população idosa (acima de 60 anos) foi de 81,9%, em 2012, mesmo patamar observado em 2011.

A continuidade do processo de incremento da cobertura previdenciária, que vem desde 2003, reflete o bom desempenho do mercado formal de trabalho e também do resultado positivo de várias ações de inclusão previdenciária desenvolvida pelo Governo.





A ampliação da cobertura previdenciária alcança também a previdência privada. Após o período de intensa regulamentação para assegurar maior confiabilidade ao sistema, espera-se novo ciclo de crescimento dessa previdência. Tendo sido aprovada a instituição da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe) em 2012, o ano de 2013 foi de plena constituição e de busca por adesão, meta esta que continua válida para 2014, com grande potencial de trazer para o sistema um número significativo de participantes.

Em 2012, o número de participantes de previdência privada era de 2.392.348, e em junho de 2013, data da última apuração, totalizava 2.444.652, com um incremento de 2,2% em relação ao ano anterior.

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público destaca-se a importância dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para o desenvolvimento econômico e social do País. Atualmente, existem 2.018 RPPS instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelas capitais e, por aproximadamente, um terço dos demais Municípios, sobretudo os de maior porte, que dão cobertura a cerca de dez milhões de beneficiários, entre servidores ativos, aposentados e pensionistas.

a) Promover Ações de Inclusão e Permanência nos Sistemas Previdenciários

a.1) Informações sobre o Perfil do Cidadão e o Mercado de Trabalho

Em 2013 houve avanços promovidos na legislação, em especial referentes a: i) a Emenda Constitucional nº 72, de 02 de abril de 2013, aguardando regulamentação, que trará inovações com relação à inclusão do empregado doméstico no âmbito previdenciário; ii) Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração de portos e instalações portuárias, normatizando a atividade portuária; iii) Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, na qual foram contempladas inovações em relação ao segurado especial; e iv) Lei Complementar nº 142, de 08 de maio de 2013, que regulamenta a aposentadoria da pessoa com deficiência, segurada do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), com redução do tempo de contribuição.

Na mesma linha dos avanços legislativos, em continuidade à modernização dos sistemas e em busca da melhoria no processo de reconhecimento e manutenção dos direitos aos benefícios dos cidadãos vinculados ao RGPS, a Previdência Social tem trabalhado para tornar o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) uma base de dados ampla e confiável, aplicando novos conceitos como indicadores de pendências e regras de disponibilização de dados.

Ainda, em 2013 foi publicado na página da Previdência Social o Módulo do CNIS – Segurado Especial, por meio do qual o próprio segurado ou as entidades representativas dos trabalhadores rurais, na condição de segurado especial, podem realizar a inscrição e a declaração anual, bem como um módulo específico a ser operacionalizado pela Fundação Nacional do Índio (Funai), para que efetue a inscrição e a certificação eletrônica do período de exercício da atividade de segurado especial dos indígenas.

Também em 2013 iniciou-se a implantação do Projeto denominado Escrituração Digital das Informações Trabalhistas, Previdenciárias e Fiscais (Esocial), que tem a finalidade de: i) garantir a melhoria dos dados de entrada no CNIS com qualidade; ii) reduzir a informalidade; iii) aprimorar o tratamento dos dados captados com redução da incidência de erros e fraudes; e iv) suprimir a vulnerabilidade no controle da transmissão da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), garantindo o reconhecimento dos direitos previdenciários de forma mais segura e ágil aos nossos beneficiários.

O Projeto denominado Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Sirc), que tem a finalidade de captar informações de Registro Civil de nascimento, casamento, óbito e averbações, a partir das informações dos cartórios com vistas a dar melhor





efetividades ao Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi). A partir de sua implementação o Governo objetiva: i) melhorar a rotina de cessação de benefícios nos casos de óbito; ii) disponibilizar dados do Registro Civil para o CNIS e para os processos de reconhecimento e manutenção de direitos; e iii) tornar-se mais um elemento para o Registro de Identificação Civil (RIC), com inserção do número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) no registro de nascimento.

No contexto de informações relacionadas ao servidor público, está em curso o projeto do Sistema dos Regime Próprio de Previdência Social (SRPPS), com ações para promoção do desenvolvimento harmônico e integrado dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), com vistas a possibilitar a manutenção de bancos de dados atualizados e consistentes, e permitir a geração de informações advindas de tratamento e cruzamento de dados relativos a óbitos, benefícios e vínculos de todos os servidores, aposentados, pensionistas e respectivos dependentes, vinculados a regime próprio da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

No escopo do projeto de construção do cadastro dos servidores públicos, o Sistema de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social (Siprev/Gestão) constitui-se em imprescindível ferramenta disponibilizada aos entes federativos para a gestão do passivo dos seus RPPS, aprimorando a concessão de benefícios e permitindo, com a redução dos riscos de pagamentos indevidos e a melhoria da base cadastral dos participantes, dimensionamento mais acurado dos compromissos atuariais dos planos. Novos módulos do Siprev/Gestão são oferecidos aos entes federativos, contemplando melhorias na performance e novos relatórios gerenciais que irão favorecer o cálculo atuarial. Já é realidade a melhoria da qualidade de dados dos servidores públicos brasileiros. Bases de 23 entes federativos além de 102 órgãos da União se encontram processadas no CNIS/RPPS, encontrando-se prontas para o cruzamento de informações por intermédio do Informe/RPPS (Informações Gerenciais).

Os anos 2012 e 2013, no âmbito da Previdência Complementar Fechada, foram marcados por avanços tecnológicos com vistas à melhoria da qualidade das informações recebidas acerca das avaliações atuariais de cunho obrigatório. Em 2014, como desafio, tem-se o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento atuarial do mercado de Previdência Complementar Fechada. A implementação de indicadores matematicamente construídos aumentará a capacidade de análises, tornando o controle atuarial mais ágil e eficaz.

a.2) Fortalecer a Educação Previdenciária com Foco na Inclusão e Fidelização

Apesar da evolução favorável do emprego formal e da cobertura previdenciária, milhões de trabalhadores estão ainda sem proteção previdenciária. Em determinados grupos de trabalhadores, como trabalhadores por conta própria e domésticos, dois em cada três trabalhadores estão desprotegidos. Segundo os microdados da Pnad/IBGE 2009, ainda restam cerca de 27,8 milhões de trabalhadores sem proteção, sem considerar aqueles em situação de desemprego ou fora da População Economicamente Ativa (PEA) por desalento ou precariedade.

Os estudos para promoção de inclusão previdenciária apontaram os perfis da desproteção previdenciária no Brasil, com maior preponderância nos segmentos: i) de trabalhadores por conta própria e empregados domésticos; ii) dos mais jovens; iii) de setores como construção civil e comércio; e iv) de trabalho eventual ou curta duração. Nesse contexto, o Governo elaborou um Plano de Inclusão Previdenciária, fortalecendo a implementação da política nacional de inclusão e a fidelização no sistema previdenciário.

Em 2013 foram consolidados os procedimentos para aplicação da Lei nº 12.470, de 31 de agosto de 2011, que reduziu de 11% para 5% do salário mínimo a alíquota de contribuição do Microempreendedor Individual (MEI) e do segurado facultativo de família de baixa renda que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, no qual se inserem as donas de casa de família de baixa renda.





Com a medida foi ampliado o limite máximo de faturamento do MEI, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil, que já conta com 3,6 milhões de trabalhadores inscritos. Em relação aos chamados segurados facultativos de baixa renda, ou donas de casa de baixa renda, que também podem contribuir com a alíquota de 5% do salário mínimo desde final de 2011, espera-se atingir um milhão de contribuintes até o final de 2015. No mês de setembro de 2013, 441 mil segurados facultativos de baixa renda realizaram essa contribuição simplificada. O perfil dos contribuintes tem sido predominantemente de pessoas do sexo feminino.

O Brasil possui 11 acordos em vigor que permitem aos cidadãos brasileiros residentes no exterior a totalização do tempo de contribuição no Brasil e no país de residência para fins de aposentadoria e recebimento de outros benefícios. Em 2013 foram iniciadas negociações com Israel e Suíça e finalizada a negociação da Convenção Multilateral de Segurança Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e com a Suíça. Para 2014 há previsão de entrada em vigor dos acordos com Canadá, Bélgica, Coreia, França e Quebec. No campo da cooperação em matéria previdenciária, o Brasil realizou intercâmbio de experiências com Alemanha, Espanha, Equador, Moçambique, Paraguai, Timor-Leste e União Europeia.

O Programa de Educação Previdenciária (PEP) promove a inclusão previdenciária e social e amplia o número de pessoas, sobretudo segurados, conscientes dos seus direitos e deveres. Em 2013, foram ampliadas as parcerias com outros órgãos públicos e com a iniciativa privada ante a necessidade de inclusão e permanência de novos segmentos do setor informal da economia no sistema previdenciário. Até dezembro de 2013, foram realizadas cerca de 6,6 mil ações de educação previdenciária, beneficiando mais de 624 mil pessoas e 5,2 mil disseminadores do conhecimento e das informações previdenciárias.

Visando fundamentar a decisão por parte dos entes federativos e de seus servidores para eventual instituição de Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e garantir a sua gestão sustentável, foram elaborados estudos técnicos sobre os aspectos jurídicos, financeiros, econômicos e de gestão pública envolvendo a instituição de RPPS.

O Programa de Educação Previdenciária, com enfoque na Previdência Complementar, busca divulgar, esclarecer e conscientizar o público em geral sobre os diversos aspectos desse regime, informando sobre os planos de benefícios que são administrados pelos fundos de pensão, e também sobre as vantagens oferecidas aos participantes e à sociedade.

Para 2014, o desafio da ampliação da cobertura e divulgação previdenciária foca principalmente na inclusão e na permanência dos participantes e assistidos, bem como no conhecimento do cidadão em relação à Previdência Complementar. As ações de educação previdenciária contribuem para tomadas de decisões mais conscientes por crianças, jovens e adultos.

Com o intuito de fortalecer e promover a expansão do sistema de Previdência Complementar à população ainda não coberta, busca-se o aperfeiçoamento dos mecanismos de retenção e compartilhamento de riscos, bem como o avanço de novas modelagens de planos de benefícios, de modo a assegurar a um número cada vez maior de participantes uma aposentadoria que lhes permita manter o padrão de vida alcançado durante toda uma vida de trabalho.

b) Promover a Melhoria da Qualidade dos Serviços Previdenciários

b.1) Reconhecimento Automático de Direito

O Sistema Integrado de Benefícios (Sibe) está sendo construído e possibilitará ao servidor atuar na operacionalização e processamento do reconhecimento automático, manutenção e revisão do direito em um único sistema, com maior agilidade, transparência e segurança. Com os dados constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), investiu-se na iniciativa de identificar todos os segurados que teriam o direito de aposentadoria por idade. Com base em tais informações





criou-se um novo serviço, que consiste em notificar tempestivamente o segurado quanto ao seu direito de requerer o benefício. A notificação contendo orientações para o atendimento, informações cadastrais e renda mensal estimada é encaminhada no mês imediatamente anterior àquele em que o segurado completar a idade mínima exigida para aquisição do direito ao benefício.

A mudança na interpretação do inciso II do art. 29 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que trata da fórmula de cálculo da renda mensal dos benefícios por incapacidade ou pensões por morte, promoveu ação específica de revisão dos benefícios, contemplando o reprocessamento de mais de 17,9 milhões de benefícios pagos pela Previdência Social, concedidos entre os anos de 2002 e 2009. Do total de benefícios revisados: i) 11,8 milhões não se enquadraram nos critérios da alteração legal; ii) 1,7 milhão não tiveram qualquer alteração na renda mensal dos requerentes; e iii) 3,7 milhões foram revistos e com diferenças a receber, dos quais 218 mil já tiveram o pagamento efetuado no primeiro lote no montante de R\$ 1,2 bilhão.

O pagamento dos valores atrasados seguirá cronograma estabelecido de 2013 até 2022, conforme o acordo firmado em 2012 e homologado pela Justiça Federal em São Paulo, por força de Ação Civil Pública. Em 2014 a previsão de pagamento é de R\$ 662 milhões, quando serão contemplados mais de 279 mil beneficiários. O processamento de outros 500 mil benefícios está previsto para ocorrer durante o 1º semestre de 2014. A revisão já processada acarretou um aumento de R\$ 49 milhões mensais na folha de pagamento de benefícios e, por ano, representará um incremento da ordem de R\$ 637 milhões, já incluído o 13º salário.

De janeiro a novembro de 2013 foi desembolsado pela Previdência Social o valor de R\$ 1,6 bilhão relativo ao fluxo de compensação previdenciária, representando aproximadamente 305 mil requerimentos pagos. O valor dos pagamentos realizados pelos entes federativos à Previdência Social (RGPS como regime instituidor), nesse período, foi de R\$ 68 milhões relativo a 25 mil requerimentos.

Em relação aos valores de estoque, os quais estão sendo pagos somente aos Municípios, entre março e novembro de 2013 foram desembolsados pela Previdência Social R\$ 388 milhões, relativos a 15 mil requerimentos, restando um saldo devedor para 2014 de R\$ 507 milhões, correspondentes a 56 mil requerimentos. Nesse período os valores pagos pelos entes federativos à Previdência Social representaram R\$ 4,1 milhões, relativos a 1.005 requerimentos.

b.2) Minimizar as Ocorrências de Litígios

Em 2013 foram realizadas diversas ações com vistas a atuar na solução dos conflitos na esfera administrativa as quais possibilitaram a integração com agentes externos como Ministério Público, Defensoria Pública e Poder Judiciário.

A minimização da ocorrência de litígios, no âmbito da Previdência Complementar fechada, é feita de dois modos diferentes: i) o primeiro se dá por meio do exame prévio de legalidade prestado pelo órgão jurídico competente, nas hipóteses legais e regulamentares previstas, de modo a conferir base legal aos atos praticados pela administração pública e com isso diminuir a potencialidade de eventuais questionamentos judiciais; e ii) o segundo ocorre por meio do acionamento voluntário, pelas partes interessadas em Conciliação e Arbitragem que, nos termos da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, é um dos mecanismos aptos a dirimir os litígios que lhe forem submetidos, na forma da legislação nacional de arbitragem.

Em 2013, ainda no âmbito da Previdência Complementar, foram realizadas ações com vistas a melhor regulação e esclarecimento do mercado operado pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), como a aprovação de Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que versam sobre a atualização e o aprimoramento das regras para a retirada de patrocinador e de instituidor do Regime de Previdência Complementar; sobre os procedimentos contábeis das EFPC; e sobre o aperfeiçoamento dos procedimentos para equacionamento de déficit em planos administrados pelas EFPC.





Com vistas a subsidiar a defesa da União em processos judiciais no âmbito da Previdência do Servidor Público, em ações relacionadas ao Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) instrumento que atesta a conformidade da gestão dos RPPS com a Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, que trata das normas gerais sobre a organização e funcionamento desses regimes, foram elaboradas em 2013, cerca de 300 informações em processos judiciais, e mais de 800 pareceres em resposta a consultas recebidas, visando orientar os entes federativos.

b.3) Garantir o Pagamento de Benefícios com Qualidade

Para a efetivação do pagamento de 31 milhões de beneficiários, o Governo Federal mantém contrato com 17 instituições financeiras que dispõem de 43,8 mil unidades pagadoras distribuídas em todo o País. O montante financeiro desembolsado em novembro de 2013 superou R\$ 27 bilhões e para garantir a qualidade no pagamento está sendo desenvolvido um novo sistema de gestão da folha de pagamento de benefícios.

Com relação ao crédito consignado, que consiste na concessão e manutenção de empréstimo bancário ao segurado, até novembro de 2013, existiam 26,8 milhões de contratos ativos que totalizando R\$ 76,5 bilhões em créditos a serem descontados dos benefícios previdenciários, em até 60 meses. Para o gerenciamento do crédito consignado está sendo desenvolvido o novo sistema de Empréstimo Consignado *On-Line* (ECO), cujo início das operações está previsto para 2014.

Um avanço importante tocante à Previdência Complementar está relacionado à redução gradual do limite da meta atuarial dos planos de benefícios das entidades fechadas (EFPC) até o ano de 2018. A revisão na meta atuarial é necessária diante do novo cenário de taxas de juros mais baixas praticadas no mercado, que demandará, em 2014, em todas as ações de monitoramento das EFPC, avaliações mais criteriosas que resultem em formulação de propostas de melhorias dos controles adotados e de mitigação dos riscos existentes nas EFPC, visando alcançar a rentabilidade mínima que deve ser obtida pelas referidas entidades na aplicação dos recursos garantidores, de forma a assegurar o pagamento da aposentadoria complementar aos participantes e assistidos.

b.4) Acesso à Informação de Forma Transparente e Tempestiva

A qualidade da prestação de serviços, especialmente por meio da modernização do parque tecnológico e do desenvolvimento de novos sistemas corporativos, a exemplo do sistema de agendamento eletrônico, diminuiu filas, reduziu o tempo de atendimento e possibilitou o reconhecimento de direitos em menor espaço de tempo.

Para acompanhar a evolução tecnológica, foi lançada uma nova versão da Sala de Monitoramento do Atendimento da Previdência Social, mais moderna e funcional. A nova Sala garante aos gestores maior transparência e agilidade no acesso às informações institucionais e aos cidadãos, e a constante melhoria da qualidade do atendimento. A modernização tecnológica e de sistemas, o aumento na capacidade das centrais de teleatendimento e o acesso simplificado às informações e serviços previdenciários, entre outras iniciativas, promoveram a redução da burocracia, diminuição das filas, redução do tempo de espera do atendimento e maior celeridade no reconhecimento de direitos.

A Previdência Social é o segundo órgão com o maior número de demandas de solicitação de informações, por meio do Serviço de Informação ao Cidadão. Em 2013, alcançamos 12.445 pedidos registrados e atendidos. O tempo médio de resposta ao cidadão é de 7,5 dias, com baixo número de interposição de recursos, indicando efetividade nas respostas encaminhadas.

Está em curso desde 2012 o projeto de gestão da informação corporativa que prevê, entre outras ações, a realização do piloto do Sistema e-DOC, que além de atuar na gestão de informações e documentação, promoverá a geração de documentos digitais natos o qual otimizará os processos de reconhecimento automático de direito.





Em 2013 foi implantado o sistema e-Recursos em todas as Juntas de Recursos, Composições Adjuntas e Câmaras de Julgamento da Previdência Social. De 1º de janeiro de 2013 a 11 de dezembro de 2013 foram julgados 95.409 processos de recursos e recebidos, do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), 111.530 novos processos.

Em 2013, a Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) disponibilizou no Portal da Previdência Social as ementas, as decisões, os relatórios e os votos dos recursos julgados desde 2010 e outras funcionalidades de interesse do cidadão, empresas e entes federativos, dando maior transparência das decisões da instância recursal.

b.5) Ampliar e Modernizar a Rede de Atendimento da Previdência Social

O Projeto de Expansão da Rede de Atendimento (PEX) tem como foco prover cada Município com mais de 20 mil habitantes, com uma Agência da Previdência Social, tendo sido investido R\$ 616,5 milhões. Com as obras de recuperação das unidades já existentes, o total de investimentos chega a R\$ 1,1 bilhão.

Dados de dezembro de 2013 apontam que foram inauguradas 71 novas unidades da Previdência Social, alcançando o total de 305 novas agências desde 2009, quando do início do projeto. O PEX tem como escopo consolidar o processo de criação de 720 novas agências até 2015. Em todo o País estão em funcionamento 1.538 agências.

A ampliação da rede de Agências da Previdência Social está expandindo sua capacidade de atendimento também por meio de convênios e acordos com governos municipais e estaduais, gerando parcerias com canais de relacionamento.

c) Políticas e Ações de Sustentabilidade dos Regimes Previdenciários

c.1) Mitigação dos Efeitos da Incapacidade Laboral

De janeiro a novembro de 2013, foram concedidos 2.402.004 benefícios por incapacidade. Ações de gerenciamento visando à melhoria da qualidade do processo de reconhecimento de direito previdenciário foram empreendidas, resultando na diminuição do tempo de espera para a realização da perícia médica, de 31 dias, em janeiro, para 22 dias, em novembro de 2013. Iniciou-se, também, a implantação de um novo modelo de avaliação da capacidade laboral, que opera mediante a recepção dos atestados médicos pelos meios convencional e eletrônico. Nesse mesmo período, foram reabilitados 14.913 segurados e concedidos 29.467 auxílios-acidente e 173.364 amparos à pessoa com deficiência.

No que se refere à reabilitação profissional espera-se a formação em 2014 de ampla rede de serviços de apoio para a reinserção integral do trabalhador no mercado de trabalho, a partir dos esforços que vêm sendo desenvolvidos de articulação intersetorial da seguridade social com os diversos setores e os entes federados.

Em 2013, diante da necessidade de regulamentar os conceitos de deficiência leve, moderada e grave para atendimento ao disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 142, de 08 de maio de 2013, elaborou-se instrumento de aplicação pela perícia médica da Previdência Social na avaliação do grau de deficiência para concessão de benefícios. Para 2014, estão previstas ações para reformulação do Seguro contra Acidentes do Trabalho (SAT).





c.2) Supervisão, Fiscalização e Licenciamento das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e dos Regimes Próprios

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público, os mais de dois mil regimes próprios do servidor público, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme dados estimados para dezembro de 2013, administram um patrimônio de mais de R\$ 180 bilhões, dos quais R\$ 80 bilhões estão aplicados nos mercados financeiros e de capitais, e R\$ 100 bilhões em outros bens, valores e direitos, em fundos constituídos por imóveis, direitos de créditos decorrentes de *royalties*, participações especiais e compensações financeiras, dentre outros. A supervisão desses regimes é efetuada por meio de fiscalização *in loco* ou de ações de monitoramento interno.

Para intensificar a fiscalização dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) têm sido implementados novos processos de trabalho nas auditorias diretas visando ao seu alinhamento aos pressupostos de uma supervisão baseada em riscos, com o desenvolvimento de ferramenta vinculada ao planejamento e auditoria prévia e à modernização do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência (Cadprev). Essa modernização visa, entre outros: i) promover a melhoria da qualidade das informações dos Regimes Próprios; ii) eliminar a sobreposição dessas informações que são produzidas pelos entes federativos; iii) proporcionar maior confiabilidade no acompanhamento e supervisão desses regimes; e iv) reduzir custos mediante a realização de levantamentos prévios às auditorias diretas.

Para a modernização do Cadprev, foram aprimorados os módulos para informações relativas às aplicações dos recursos dos RPPS, às receitas e despesas previdenciárias e cadastramento de termos de acordos de parcelamento. A intensificação da fiscalização dos RPPS também está sendo promovida por meio de acordos de cooperação técnica celebrados com os Tribunais de Contas dos Estados, de forma a potencializar a ação fiscalizadora e corretiva do Estado.

Com relação à fiscalização das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) projeta-se para 2014 um incremento de 10% sobre o número de ações fiscais a serem realizadas no segmento.

c.3) Fortalecer os Controles Internos, o Combate às Fraudes, a Gestão de Riscos e a Segurança Institucional

Foi incorporado em 2013, o mapeamento de processos internos e monitoramento de atividades, e a realização de estudos inerentes à elaboração da metodologia de gerenciamento de riscos na Previdência Social. Para 2014 terá continuidade o aperfeiçoamento dos processos internos com vistas a mitigar a materialização de erros administrativos e ilícitos contra a Previdência Social.

c.4) Políticas de Sustentabilidade do Sistema Previdenciário

No âmbito da Previdência Social do Servidor Público foram realizadas iniciativas para promoção da sustentabilidade dos RPPS, entre as quais se destaca o projeto *Fortalecer os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)* que possui como escopo a ampliação da estrutura de supervisão, a busca do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, o aperfeiçoamento e o fortalecimento da legislação dos RPPS, o apoio e participação na reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores da União (RPPSU) e o incentivo à modernização da gestão dos RPPS.

Destacam-se como realizações os trabalhos de diagnóstico da atual situação dos RPPS dos Estados e capitais e a busca de alternativas para financiamento do sistema de previdência e equacionamento de déficits financeiros e atuariais. No âmbito da modernização da gestão dos RPPS, cita-se a Certificação Institucional, que contará com entidade reconhecida no mercado para estabelecer e certificar níveis de governança das unidades gestoras do RPPS, promovendo melhores práticas de gestão.





Ao longo dos últimos anos, os RPPS têm passado por mudanças estruturais decorrentes das reformas efetivadas pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que resultaram, além de um processo de contínua evolução legislativa, em expressivos avanços na sua gestão. Porém, um dos fatores que impactam o equilíbrio financeiro e atuarial e a sustentabilidade dos RPPS é a necessidade de se efetivar a plena compensação financeira entre todos os regimes de Previdência Social, em decorrência da contagem recíproca do tempo de contribuição, prevista no art. 201, § 9º, da Constituição Federal. Atualmente essa compensação vem sendo efetuada apenas entre o RGPS e os RPPS, na forma da Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999, pois a compensação entre os RPPS, embora prevista no art. 8º dessa Lei, ainda não foi viabilizada. A implantação do Cadastro Nacional de Informações Sociais dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNIS/RPPS) permitirá a formação de banco de dados dos servidores públicos em âmbito nacional, abrindo espaço para que se desenvolva projeto específico voltado à criação de uma Câmara de Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência Social, que permita a compensação financeira entre todos os RPPS e destes com o RGPS.

Entre as propostas inovadoras pretendidas pela Previdência Social, será levado à discussão no ano de 2014 com os demais atores governamentais o projeto *PrevFederação*, fundamentado na perspectiva de criação de uma entidade fechada de previdência, nos moldes da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp-Exe), para atuar no âmbito da previdência complementar do funcionalismo público de Estados e Municípios. A criação dessa entidade tem o propósito de administrar planos de benefícios dos entes federados que não possuam escala para operar sua própria entidade fechada.

8. Cultura

a) Política Cultural

Com vistas ao atendimento do art. 216-A da Constituição Federal, que instituiu o Sistema Nacional de Cultura (SNC), o Ministério da Cultura tem realizado esforços no sentido de obter a adesão dos entes federativos ao SNC, ao mesmo tempo em que apoia a implementação de mecanismos e dispositivos que permitam sua operacionalização.

Já integram o Sistema Nacional de Cultura, em 2013, 26 Estados e o Distrito Federal. Na esfera municipal, a adesão alcançou 35,9%, resultado de ações voltadas a orientar os Municípios para integrarem o SNC e para a implementação dos componentes necessários para consolidar os sistemas municipais de cultura.

Para 2014, prosseguirão os esforços para alcançar a universalidade da adesão ao Sistema, bem como a estruturação dos componentes do SNC que permitam seu pleno funcionamento. Nesse sentido, estão previstas a capacitação de gestores e conselheiros e a realização de oficinas de treinamento e de debates sobre a transversalidade da cultura, entre outros projetos.

b) Cidadania e Diversidade Cultural

O Programa Cultura Viva (PCV) vem se consolidando como uma política de base comunitária do Sistema Nacional de Cultura, caracterizada como uma política de fomento integrada, com a participação de órgãos federais parceiros, de entes federados e da sociedade civil.

O fortalecimento e a expansão do Programa decorrem do investimento de mais de R\$ 70 milhões a 14 Redes Estaduais e 19 Redes Municipais, fomentando 1.607 Pontos de Cultura. Em 2013 os Estados e Municípios parceiros lançaram editais para reconhecer 340 novos Pontos e um novo Pontão de Cultura. Nos exercícios de 2012 e 2013, 39 Pontões também receberam apoio financeiro.





Foram celebrados três novos convênios, totalizando investimento de mais de R\$ 60 milhões para execução até 2015. Com o convênio do Estado de São Paulo, serão reconhecidos e fomentados 160 novos Pontos de Cultura, e fomentadas 140 entidades já reconhecidas como Pontos de Cultura. Nos Municípios de São Paulo e São Luís serão fomentados outros 105 Pontos de Cultura. As Culturas Populares também foram contempladas, com um edital de premiação no valor de R\$ 4,9 milhões, que beneficiou 348 Mestres.

Para celebrar os dez anos do Programa Cultura Viva, em 2014, será realizada a Teia Nacional da Diversidade Cultural, que reunirá cerca de 2,5 mil pessoas no Rio Grande do Norte, com destaque para os representantes dos Pontos e Pontões de Culturas e dos segmentos beneficiários das políticas setoriais.

c) Economia Criativa

Com relação à economia criativa, destaca-se o Programa Rede Incubadoras Brasil Criativo, que visa fortalecer empreendimentos culturais. A Rede oferecerá aos agentes culturais qualificação e consultoria em inovação e empreendedorismo, direito e propriedade intelectual, e assessoria jurídica, contábil, de comunicação e *marketing*, com acompanhamento contínuo. Foram firmados convênios com Rio de Janeiro, Acre, Pernambuco, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Paraná e Distrito Federal. Em 2014, o Programa terá início com a inauguração da Incubadora Pará Criativo e, ainda no primeiro semestre, serão inauguradas incubadoras de empreendimentos culturais e criativos em 12 capitais.

O conhecimento do setor da economia da cultura avançou com os Observatórios Estaduais de Economia Criativa (Obeces), unidades de pesquisas instaladas em universidades públicas responsáveis pela produção, sistematização, monitoramento e difusão de dados e informações estratégicas sobre a economia criativa brasileira. Em 2013 foram inaugurados os Obeces de Amazonas e Goiás. Foram investidos R\$ 3,9 milhões para a implantação dos seis observatórios atuais em parceria com universidades públicas.

Em 2014, estão previstas pesquisas sobre infraestrutura cultural e grau de institucionalidade da cultura nos governos estaduais e municipais, com previsão de investimento de R\$ 2,3 milhões. Também estão previstos acordos e parcerias com: i) Caixa Econômica Federal para ampliação do apoio aos empreendimentos com oferta de produtos e serviços financeiros; ii) Sistema Nacional de Emprego para capacitação e apoio ao setor da economia criativa; e iii) Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial para gestão do conhecimento, formação profissional e tecnológica e estudo das cadeias produtivas dos segmentos da economia criativa.

d) Fomento ao Livro e à Leitura

Em 2013, teve início o Projeto Mais Bibliotecas Públicas, que tem por objetivo mobilizar e articular os Municípios que ainda não têm bibliotecas ou que se encontram com esses equipamentos fechados, com vistas a estimular os governos locais sobre a importância e necessidade de democratização da leitura e da informação para a população brasileira. Foram apoiadas 100 bibliotecas comunitárias na modernização de acervos, espaços e formação de pessoal.

Para a divulgação da literatura brasileira no exterior foram concedidas 212 bolsas de tradução e publicação de autores brasileiros e 57 bolsas de intercâmbio de autores brasileiros no exterior, em 2013. O fomento à criação e à circulação literária por meio da concessão de bolsas para escritores, durante os anos de 2012 e 2013, beneficiou 50 autores.





Em 2013, foi dado prosseguimento ao projeto de construção do Circuito Nacional de Feiras de Livro e Festivais Literários, que visa mapear feiras e eventos de difusão do livro e do hábito da leitura. O mapeamento resultou no cadastramento de 216 feiras e eventos literários e na elaboração de um calendário nacional.

O projeto de Formação de Agentes de Leitura (Proler) teve prosseguimento, em 2013, por meio de convênios com 11 Estados e 188 Municípios, que contam com 1.313 agentes em campo. A expectativa para 2014 é realizar diagnóstico e avaliação dos resultados do projeto com vistas à sua ampliação, de forma a alcançar o número de 2,5 mil agentes em campo.

Para atender ao projeto de criação da Rede Popular do Livro Acessível, foi lançado em outubro de 2013, o edital de fomento à Produção, Difusão e Distribuição de Livros em Formato Acessível. A proposta atenderá nove projetos, com um investimento total de R\$ 1,5 milhão para a ampliação do número de instituições produtoras de livro e do conteúdo disponível em formato acessível. Foi lançado também o Edital Acessibilidade em Bibliotecas Públicas, o qual deverá, em 2014, modernizar dez bibliotecas públicas, transformando-as em referência nacional em acessibilidade para a área.

No que tange à formação de pessoal foram realizados dois importantes encontros, o III Fórum Nacional de Bibliotecas Públicas, em Florianópolis/SC e o XIX Encontro Nacional do Sistema de Bibliotecas Públicas, em Belém/PA.

Para 2014, projeta-se o lançamento do edital *Leitura para Todos*, voltado para o reconhecimento, fomento e premiação de 130 iniciativas de projetos sociais de promoção de leitura desenvolvidos por entidades da sociedade civil. A expectativa é criar uma rede de intercâmbio de saberes e de tecnologias sociais de leitura com as entidades civis premiadas e inscritas nesse processo de seleção.

e) Preservação do Patrimônio e da Memória Cultural

O grande destaque da preservação do patrimônio e da memória cultural, em 2013, foi o lançamento da nova etapa do PAC Cidades Históricas que contará com recursos da ordem de R\$ 1,6 bilhão. Ainda em 2013 iniciou-se a execução de R\$ 35 milhões em obras, com destaque para a restauração do Mercado Público Central de Porto Alegre/RS, a restauração do Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro/RJ, e a restauração do galpão ferroviário da Casa do Conde de Santa Marinha, em Belo Horizonte/MG.

Além do orçamento do PAC Cidades Históricas, foram executados cerca de R\$ 30 milhões em diversas obras de restauração, destacando-se a recuperação e restauro da Estação Ferroviária de Urutá/GO, da Igreja São Pedro dos Clérigos, em Recife/PE, do Forte Dom Pedro, em Caçapava/RS, da Capela de Nossa Senhora da Batalha em Cruz do Espírito Santo/PB, do casario do Centro Histórico de Salvador/BA e a entrega do Complexo Conventual Franciscano de Marechal Deodoro/AL.

O Programa de Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados, desenvolvido em parceria com o Banco do Nordeste, teve continuidade. Trata-se de uma linha de crédito destinada a pessoas físicas e jurídicas para a recuperação e adequação de imóveis tombados. Em 2013, a ação teve foco na região Nordeste, com disponibilização de aproximadamente R\$ 19 milhões.

Novos tombamentos foram aprovados, como o do Edifício A Noite (Estúdio da Rádio Nacional) no Rio de Janeiro/RJ, do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz em São Paulo/SP e da Igreja do Divino Pai Eterno em Trindade/GO.

Outras medidas de reconhecimento e salvaguarda foram empreendidas, como o inventário do Complexo Cultural dos Bois-Bumbás no Médio Amazonas, a Identificação do Patrimônio Cultural Guarani *Mbyá*, o Projeto Música, Canto e Dança de comunidades afrodescendentes e o apoio aos planos de salvaguarda do Modo Artesanal de Fazer o Queijo Mineiro e do Jongo





do Sudeste. Merece destaque a sexta edição do edital de projetos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que busca ampliar a participação da sociedade nas ações de identificação e promoção do patrimônio cultural imaterial.

Conforme previsão legal, foi iniciado o processo de revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil para o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras no Espírito Santo e para a Arte *Kusiwa*: pintura corporal e arte gráfica *Wajapi* no Amapá. Foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial a Festa do Senhor do Bonfim, na Bahia, e a Festa do Divino Espírito Santo de Paraty, no Rio de Janeiro.

Para a guarda, conservação e digitalização de documentos históricos, mais de 120 mil documentos estão sendo disponibilizados em meio digital, graças à cooperação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Universidade de São Paulo (USP).

Para 2014, serão realizadas ações de proteção e preservação, no valor de R\$ 54 milhões, transformando os equipamentos culturais em espaços de referência na promoção, educação, informação sustentáveis.

Também estão previstos também, para 2014, investimentos da ordem de R\$ 185 milhões com recursos do PAC Cidades Históricas em 44 cidades, de 20 Estados, em obras em imóveis e espaços públicos tombados. O Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados também vai ampliar seu alcance por meio do PAC Cidades Históricas, com previsão de investimento da ordem de R\$ 300 milhões.

f) Memória e Cidadania

Em 2013 buscou-se promover, divulgar e consolidar os museus, ampliar a visitação e diversificar o público por meio da realização de ações anuais permanentes de promoção e divulgação. Eventos como a 11ª Semana Nacional de Museus e a 7ª Primavera dos Museus promoveram 6.575 atividades em mais de 1,2 mil instituições e proporcionaram um aumento considerável na visitação aos museus.

Importante mencionar a publicação do Decreto nº 8.124, de 17 de outubro de 2013, que regulamenta o Estatuto de Museus, institui a declaração de interesse público de bens culturais e a obrigatoriedade do Registro de Museus e do Inventário Nacional de Bens Culturais Musealizados.

Destaca-se também o Projeto *Conhecendo Museus*, série televisiva de documentários sobre museus brasileiros exibidos na TV Brasil, cuja terceira temporada já está em elaboração.

Como ações preparativas para a Copa do Mundo FIFA 2014, 12 projetos na área de museus contaram com patrocínio de R\$ 20 milhões da Petrobras, contribuindo para a divulgação da cultura brasileira no maior evento de 2014.

Na relação de ações do PAC Cidades Históricas, prevista para os próximos três anos, 39 museus foram contemplados com obras de recuperação dos edifícios.

Para 2014, aguarda-se o lançamento da nova edição do Cadastro Nacional de Museus. Mais de 27 museus receberam, ou possuem recursos assegurados, para projetos e obras de requalificação arquitetônica e expográfica até 2014. Serão distribuídos, ainda, 119 prêmios de fomento à memória.





g) Fomento e Regulação da Indústria Audiovisual

Contando com recursos da ordem de R\$ 660 milhões, as ações do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) vêm consolidando o Fundo como a mais expressiva fonte de recursos na forma de investimentos retornáveis para o desenvolvimento do setor audiovisual.

Deste montante, R\$ 400 milhões destinaram-se aos editais das linhas de investimento do FSA, de produção de longas-metragens e obras seriadas para televisão. A operação conta com novos mecanismos, tais como uma linha direcionada a apoiar projetos de linguagem inovadora e relevância artística e outra destinada ao financiamento da produção de conteúdos independentes para as grades de programação dos canais de TV aberta e por assinatura (R\$ 30 milhões).

O FSA inaugurou, ainda, dois módulos de investimento. Um deles dirige-se ao desenvolvimento de projetos, roteiros e formatos e pretende estimular a criação de laboratórios regionais para projetos e núcleos de criação em empresas de todo o País. O segundo focaliza o desenvolvimento regional e, entre outras ações, propõe a suplementação de recursos pelo FSA para os editais de produção audiovisual lançados por governos estaduais e municipais.

O Programa Cinema Perto de Você investiu cerca de R\$ 133 milhões no financiamento da abertura de 190 novas salas de cinema e apoiou a modernização de mais de 1.150 salas por meio de incentivos fiscais. Mais de 230 novas salas de exibição comercial foram abertas em 2013, sendo 55 nas regiões Norte e Nordeste.

O público dos filmes brasileiros representou mais de 18% dos bilhetes vendidos em território nacional – resultado obtido pelas 127 obras nacionais lançadas no mercado de salas de exibição do País. Em 2013 mais de 27 milhões de espectadores foram aos cinemas assistir obras brasileiras.

Em 2013 entraram em vigência plena as obrigações de carregamento de conteúdo brasileiro por programadores e empacotadoras de TV paga, com a Ancine atuando para que fossem cumpridos o conjunto dos dispositivos da Lei nº 12.485 de 12 de setembro de 2011, e seu regulamento.

Observou-se, no primeiro semestre de 2013, o crescimento substantivo da quantidade total de horas de conteúdos audiovisuais brasileiros veiculados nos canais de televisão por assinatura monitorados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine): o aumento foi de 301,5% em relação ao primeiro semestre de 2011 e de 248% em relação ao 1º semestre de 2012. O crescimento deve-se em grande parte à Lei nº 12.485, de 2011.

As receitas do FSA em 2013, advindas do recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), atingiu uma arrecadação bruta da ordem de R\$ 1 bilhão.

Para 2014, o lançamento do Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Indústria Audiovisual (Prodav) tem como desafio a ampliação das linhas de financiamento ao setor, de forma a impulsionar o desenvolvimento de sua cadeia econômica, assegurando à sociedade o acesso a conteúdo audiovisual brasileiro representativo de sua diversidade cultural.

h) Criação e Difusão de Bens, Serviços e Expressões Artísticas

O Governo promoveu, em 2013, uma série de eventos para a realização do Ano do Brasil em Portugal e do Ano de Portugal no Brasil. Foram apoiadas 110 atrações artísticas naquele país, envolvendo apresentações de trupes e grupos musicais, possibilitando a divulgação da cultura brasileira no exterior.





Por sua vez, o Programa de Cultura do Trabalhador possibilitará a democratização do acesso aos bens e produtos culturais. Seu principal instrumento, o Vale-Cultura, foi regulamentado pelo Decreto nº 8.084, de 26 de agosto de 2013, e pela Instrução Normativa do MinC nº 02, de 04 de setembro de 2013. Tais normas norteiam o cadastramento das operadoras e das empresas beneficiárias e o acompanhamento dos cadastros das receptoras junto às operadoras, de forma que o Programa passe a funcionar em breve.

Dentre as iniciativas para aumentar a fruição e o acesso da população aos bens culturais, merecem destaque: o Prêmio de Concertos Didáticos, concedido a 40 projetos para apresentação de concertos em escolas públicas; a seleção de 187 bandas de música para recebimento de instrumentos de sopro; o Prêmio Música Brasileira, concedido a 55 projetos com a finalidade de proporcionar a difusão de atividades e produtos ligados à música e sua distribuição no País; o apoio ao XX Festivale – Festival de Teatro do Vale do Paranhana/RS; o apoio à realização do Fórum Cultural Olímpico, na cidade do Rio de Janeiro/RJ; e as novas instalações da Escola Nacional de Circo, entre outros eventos.

Por ocasião da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 foi realizada, nos espaços expositivos da Funarte Brasília, a Mostra Bola na Rede, com obras de 24 artistas incluindo pinturas, vídeo, fotografias, objetos, instalações e intervenções. O evento contribuiu para a difusão da arte brasileira junto ao público visitante e a instituições nacionais e internacionais.

i) Centros de Artes e Esportes Unificados

Os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs) integram o Eixo Comunidade Cidadã do PAC 2. Os CEUs agregam num mesmo espaço físico programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital, de modo a promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. Para tanto, o repasse disponibilizado pela União engloba a construção da edificação e os recursos necessários para equipá-la.

O Programa prioriza comunidades com déficit de equipamentos culturais ou esportivos, o funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social, o atendimento à população de baixa renda, os locais com alta densidade populacional e a complementaridade a obras de urbanização do PAC ou do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A gestão dos CEUs deverá ser realizada pelo ente federado de forma compartilhada com a comunidade, potencializando seu uso e sustentabilidade. Para isso, deverão ser desenvolvidos processos de mobilização social e capacitação em gestão ao longo do período de implantação dos CEUs. Em 2013, foram iniciadas 81 obras, que, somadas àquelas iniciadas em 2012, totalizam 262 CEUs em construção. Está prevista a conclusão de 300 unidades de CEUs em 2014 e mais 50 unidades em 2015.

9. Esporte

a) Esporte e Inclusão Social

O Programa Segundo Tempo (PST) oferece a crianças, adolescentes e jovens acesso às atividades esportivas realizadas no contraturno escolar, contribuindo para a formação integral, a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, o desenvolvimento humano e a inclusão social. Beneficiou, em 2013, cerca de 4,5 milhões de pessoas em 3.969 núcleos e 25.171 escolas, em mais de 3,6 mil Municípios. Desse total, 4,1 milhões de escolares são atendidos no âmbito do Programa Mais Educação e mais 400 mil crianças e jovens são beneficiadas por parcerias com os Estados e Municípios. Para 2014, pretende-se ampliar em um milhão os beneficiados nas diversas formas de execução do PST.





O PST realizou parcerias, voltadas para o Legado Social Esportivo e de Lazer nas Cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 e suas regiões metropolitanas, para atender 68.550 beneficiados, em 490 núcleos que estão em processo de formalização junto às prefeituras e governos estaduais.

Em consonância com PST, o Programa Forças no Esporte (Profesp) conta com a infraestrutura das organizações militares para atender crianças e adolescentes de sete a 17 anos, prioritariamente da rede pública escolar, e que estejam em situação de vulnerabilidade social. As 12 mil crianças atendidas pelo Programa participam de atividades esportivas, reforço escolar, aulas de música, inclusão digital e cursos preparatórios para o mercado de trabalho. O Profesp tem ainda apoiado e incentivado novos talentos revelados no esporte, especialmente no atletismo. Em 2014, objetiva-se elevar o número de beneficiários para 15 mil crianças, jovens e adolescentes atendidos, em todo território nacional.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade (Pelc), que objetiva garantir o direito ao acesso a políticas públicas de esporte recreativo e de lazer, beneficiou, em 2013, 34.600 jovens e adultos em 103 núcleos distribuídos nos Municípios de diversas regiões do Brasil.

O Programa Vida Saudável, que promove acesso a idosos, acima de 60 anos, à prática de atividades físicas, culturais e de lazer, alcançou a marca de 33 núcleos para atendimento de 6,6 mil beneficiados, por meio de parcerias com Municípios e instituições federais de ensino superior. Também foram formalizados 66 núcleos do Pelc – Todas as Idades e quatro núcleos de Pelc – Comunidades Tradicionais, direcionados a indígenas e quilombolas, totalizando 2,8 mil beneficiados. Para 2014, pretende-se atender cerca de 60 mil pessoas, por meio de 150 parcerias, para a implementação de núcleos de Pelc – Todas as Idades, Pelc – Comunidades Tradicionais e Programa Vida Saudável.

Quanto às competições esportivas no âmbito escolar, vale destacar o apoio à realização do Calendário da Confederação Brasileira de Desporto Escolar (CBDE) 2012/2013, com diversos eventos, como a Reunião Técnica do Conselho Sul-Americano do Esporte; Campeonatos Brasileiros Escolares de Basquete, Vôlei de Praia, Karatê, Futebol de Campo; Seminário do Desporto Escolar; Mundiais Escolares de Basquete, Natação, Tênis, Futebol de Campo, Orientação e Vôlei de Praia, envolvendo 2.694 atletas; Seletiva Nacional da Gymnasiade – Jogos Escolares Mundiais na cidade de Brasília/DF, com 2,5 mil atletas, e a realização do XIX Jogos Sul-Americanos Escolares 2013, com 194 atletas.

Também foram apoiadas as Competições dos Colégios Militares, com 1,8 mil participantes, a XIX Edição dos Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá/MT, em novembro de 2013, com 1,6 mil atletas indígenas nacionais e 32 representantes de etnias internacionais de 16 países. Quanto ao esporte universitário, foram apoiados eventos nacionais e internacionais como a participação da delegação brasileira na 27ª Universíade de Verão, realizada na cidade de Kazan (Rússia), com 455 participantes, e na 26ª Universíade de Inverno, na cidade de Tretina (Itália), com 15 participantes.

Para 2014, o grande desafio é avançar na estruturação no Sistema Esportivo Brasileiro, com impactos na estruturação, organização e realização dos eventos esportivos de caráter escolar e de participação.

No âmbito da ciência e tecnologia, em 2013, foi reestruturada a Rede Cedes – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer, tendo sido mantidas 12 parcerias de pesquisas na área de política pública de esporte e lazer. Foram apoiados eventos científicos em parceria com a Universidade de Brasília, para a realização do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e Congresso Internacional de Ciências do Esporte, envolvendo cerca de três mil participantes, e o Seminário Nacional Rede Cedes, envolvendo cerca de 90 pesquisadores. Importante parceria também para financiamento de pesquisas foi estabelecida junto ao Programa de Extensão Universitária do Ministério da Educação (Proext), com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social em suas mais diversas dimensões, visando aprofundar ações que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior.





Para fomentar a produção acadêmica da área do esporte, foi estabelecida parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no valor de R\$ 18 milhões, com a finalidade de executar projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, voltados para o desenvolvimento do esporte em suas diferentes dimensões. Para o Edital foram apresentadas 489 propostas.

Em 2014, estão previstas ações voltadas a ampliar as parcerias com CNPq e a Secretaria de Educação Superior (Sesu/MEC) para o investimento na manutenção de centros de desenvolvimento de pesquisas nas universidades e o desenvolvimento de metodologias de monitoramento e divulgação dos resultados das pesquisas.

b) Esporte de Alto Rendimento

O Governo Federal, junto com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), assumiu o compromisso de obter, para 2016, a classificação do Brasil entre os dez primeiros colocados nos Jogos Olímpicos e entre os cinco primeiros nos Jogos Paraolímpicos do Rio de Janeiro. Em parceria com o COB, o CPB, confederações esportivas, clubes, universidades e outras instituições ligadas ao esporte de alto rendimento, o Governo vem trabalhando para atingir essa meta.

Dentre as iniciativas em andamento, destaca-se o Plano Brasil Medalhas 2016, lançado oficialmente em setembro de 2012. A estratégia é conquistar mais medalhas nas modalidades em que o Brasil já as tem e garantir outras medalhas em novas modalidades. É importante salientar que o Plano Brasil Medalhas é um acréscimo ao que já é feito pelo Governo e pela iniciativa privada, com vistas a complementar a preparação de atletas e equipes com chances de pódio nos Jogos de 2016.

O Plano prevê investimento adicional de R\$ 1 bilhão para incrementar 21 modalidades olímpicas e 15 paraolímpicas no ciclo olímpico de 2013 a 2016. Dois terços desse montante serão provenientes do Orçamento Geral da União e um terço de patrocínio de empresas públicas federais – recursos adicionais aos que elas já aportavam nas diversas modalidades. Serão destinados R\$ 690 milhões para preparação de atletas e seleções e R\$ 310 milhões para construção, reforma e equipagem de 21 centros de treinamento olímpicos e um paraolímpico, para 15 modalidades.

O Plano Brasil Medalhas começou a ser executado no início de 2013, com a assinatura de contratos de empresas estatais com diversas modalidades. A Caixa Econômica Federal assinou contrato de patrocínio com as confederações de Atletismo, Lutas Associadas, Ciclismo e Ginástica e com o CPB. A Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) ficou responsável por judô, taekwondô e boxe, o Banco do Brasil pelo apoio ao handebol, vela e vôlei (quadra e praia), os Correios assinaram contratos com as modalidades de handebol, desportos aquáticos e tênis e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) patrocina a canoagem. Além disso, o Plano também conta com recursos de convênios do Ministério do Esporte com diversas confederações e com o CPB. E há, ainda, contratos com governos municipais e estaduais para construção, reforma e operação de centros de treinamento, como o Centro Paraolímpico Brasileiro, em São Paulo, sendo construído em parceria com o governo do Estado; o Centro Pan-americano de Judô, em Lauro de Freitas, parceria com o governo baiano; e o Centro de Formação Olímpica do Nordeste, em Fortaleza, parceria com o governo estadual.

Os atletas das modalidades coletivas contempladas pelo Plano Brasil Medalhas recebem ajuda de custo por meio dos contratos com as empresas estatais, já os de modalidades individuais passaram a ser apoiados pelo Programa Atleta Pódio, que contém a Bolsa Atleta Pódio, nova categoria da Bolsa Atleta. Somando modalidades individuais e coletivas, serão cerca de 300 atletas recebendo apoio direto, além dos demais apoios para viagens, treinamentos, competições, contratação de técnicos e equipes multidisciplinares e compra de materiais e equipamentos. As modalidades não abarcadas pelo Plano continuam recebendo apoio do Governo Federal pelas formas tradicionais (convênios, Lei de Incentivo ao Esporte, Bolsa Atleta e estruturação de centros de treinamento, entre outras formas de suporte).





O Programa Bolsa Atleta, em vigor desde 2005, tem como prioridade o investimento em atletas de esportes de alto rendimento, com prioridade para modalidades que compõem os programas dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos, com objetivo de formar, manter e renovar periodicamente gerações de atletas com potencial para representar o País. No exercício 2013, foram contemplados 5.691 atletas de esportes olímpicos e paraolímpicos e 866 de esportes não olímpicos. Além da Bolsa Atleta tradicional, em 2013, iniciou-se a execução da nova categoria Bolsa Atleta Pódio, que teve 157 planos esportivos aprovados, com valores que variam de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil. Esta bolsa, que integra o Programa Atleta Pódio e o Plano Brasil Medalhas 2016, está prevista na Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011, e se destina a atletas de modalidades individuais com chances de disputar medalhas nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Cabe ressaltar que os atletas não incluídos na categoria Bolsa Pódio continuam recebendo a Bolsa Atleta, desde que se mantenham em treinamento e competição e alcancem bons resultados.

A Rede Nacional de Treinamento tem por objetivo organizar o esporte de alto rendimento em uma rede nacional de instalações de vários tipos, dimensões e estruturas. A Rede vai integrar centros esportivos locais, regionais e nacionais com a finalidade de propiciar um caminho ao atleta desde a iniciação esportiva até o mais alto grau de competitividade. Para isso, a Rede Nacional requer modernização de estruturas, padronização de metodologias, troca de experiências e melhoria da gestão do esporte brasileiro, com a contribuição essencial da medicina, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte.

A estruturação da Rede deu os primeiros passos em 2013, articulando projetos esportivos e instalações físicas já existentes em diversos locais, entre as quais as estruturas construídas para os Jogos Pan-americanos de 2007 no Complexo Esportivo de Deodoro, que abarcam cinco modalidades (hipismo, tiro esportivo, hóquei sobre grama, pentatlo moderno e judô), e o Centro Olímpico do Espírito Santo (Coes), parceria com o governo capixaba, que desenvolve atividades para 400 atletas de base e de ponta em sete modalidades (boxe, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, taekwondô e vôlei de praia).

c) Futebol

Em 2013, durante o período de realização da Copa das Confederações FIFA Brasil 2013, o Governo Federal realizou as seguintes ações: i) reeditou a Exposição do Cinquentenário da Copa do Mundo de 1962, em Brasília/DF; ii) promoveu a realização da Copa Libertadores de Futebol Feminino com a participação das delegações de Paraguai, Equador, Bolívia, Colômbia, Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile e Peru, em Foz do Iguaçu/PR; iii) estabeleceu parceria com a CBDE visando à realização da I Copa Brasil de Futebol de Campo Feminino Sub-17, em Aracajú/SE; e iv) lançou o Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, o primeiro em 11 anos, com a presença de 20 equipes de 15 unidades da Federação.

Em relação à Defesa dos Direitos do Torcedor, foi dada continuidade ao projeto de classificação de estádios de futebol, incluindo 297 novos estádios, visando à identificação das melhorias necessárias à adequação desses estádios aos padrões de aceitabilidade nos aspectos de segurança, conforto, higiene e acessibilidade. Ressalta-se também a realização do Seminário Sul-Americano de Combate à Violência nos Eventos de Futebol, em São Paulo/SP, e 2º Seminário Norte Nordeste das Torcidas Organizadas, em Recife/PE.

Para 2014, pretende-se promover estudo sobre o Futebol Feminino, que servirá de subsídio para a implementação de políticas públicas de fortalecimento do futebol feminino brasileiro. Também serão realizados os seguintes eventos: Copa Brasil Escolar Sub-17 de Futebol Feminino; Estaduais Escolares Sub-17 de Futebol Feminino nas 27 unidades da Federação; Copa Brasil Escolar Universitária e Copa Libertadores de Futebol Feminino. Pretende-se também elaborar e editar norma para estádios de futebol, contendo os parâmetros necessários ao cumprimento das determinações do Estatuto de Defesa do Torcedor, bem como manual de melhores práticas relacionadas à fiscalização e controle das ações e procedimentos de fiscalização do cumprimento do Estatuto do Torcedor.





d) Infraestrutura Esportiva

O investimento do Governo Federal em infraestrutura esportiva, em 2013, foi de R\$ 1,5 bilhão, aplicados na modernização, ampliação e construção de espaços destinados à prática de esporte, em mais de 1,5 mil Municípios. Para equipamentos na área de esporte educacional e de lazer, foram destinados R\$ 701,5 milhões do referido montante. Foram investidos R\$ 423 milhões para modernização da infraestrutura qualificada à prática do esporte de alto rendimento, com vistas à preparação de atletas para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. E, ainda, foram destinados R\$ 124,7 milhões para a melhoria de Centros de Treinamentos para Seleções localizados em áreas públicas.

e) Lei de Incentivo ao Esporte

Em 2013, no âmbito da diversificação e ampliação das iniciativas de divulgação da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, foi criada a iniciativa Café com Incentivo, destinada a troca de experiências entre atletas famosos, proponentes e equipe técnica, que busca aproximar e fortalecer a relação entre o poder público e a sociedade civil organizada para o desenvolvimento do esporte no Brasil.

Nesse ano, foi realizada a 4ª edição do Prêmio Empresário Amigo do Esporte, voltada ao reconhecimento dos apoiadores de projetos esportivos, que contribuíram para desenvolvimento e fortalecimento do esporte nacional nas suas diversas modalidades e manifestações esportivas. As edições de 2010 a 2013 colaboraram para o incremento das doações e patrocínios, indistintamente, a projetos esportivos e paraesportivos, fundamentais para o fomento do esporte no País. A captação foi de R\$ 210,4 milhões, de um montante de R\$ 707,3 milhões autorizados.

Outra iniciativa foi a contratação de peritos pareceristas, com a intenção de enfrentar o passivo de projetos de primeira análise e de prestação de contas final, reforçando a equipe responsável no Ministério do Esporte. Em 2013 foram apresentados 1.619 projetos esportivos, sendo que 858 foram avaliados em primeira análise e 510 aprovados para publicação. Foi iniciada a execução de 285 projetos, correspondentes a R\$ 202,2 milhões investidos em 19 unidades da Federação. Em 2014, será desenvolvido um novo sistema de informação da Lei de Incentivo ao Esporte que facilitará o acompanhamento dos projetos, aprofundando o aumento da transparência e reforço da segurança da informação.

10. Grandes Eventos Esportivos

a) Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e Copa do Mundo FIFA 2014

Um importante desafio do Governo, em 2013, foi a preparação e a realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. O sucesso desse evento deveu-se em grande parte ao trabalho integrado das três esferas governamentais em todas as cidades-sede, com destaque para a coordenação das ações, no nível federal, por parte do Grupo Executivo da Copa do Mundo FIFA 2014 (Gecopa). As ações foram além daquelas estruturais do primeiro ciclo de planejamento e incluíram também avanços nas áreas de telecomunicações e tecnologias da informação, turismo, segurança, promoção e comunicação, saúde, energia e cultura, bem como a preparação das estruturas temporárias demandadas para a realização do evento.

O Governo Federal deu continuidade, em 2013, aos investimentos públicos que viabilizarão a infraestrutura, serviços e operações essenciais para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, referentes aos três ciclos de planejamento das ações prioritárias para o evento, incorporadas à Matriz de Responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal. Também foram promovidas diversas atividades e iniciativas visando à aceleração, integração e consolidação de ações de curto e médio prazo que comporão os legados econômico, urbano, esportivo, de infraestrutura, de direitos de cidadania, educacional, sociocultural e ambiental da Copa do Mundo FIFA 2014 no País.





Em 2013, seis estádios foram entregues para a realização da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. Em Brasília/DF, o Estádio Nacional; em Belo Horizonte/MG, o Estádio Mineirão; em Fortaleza/CE, a Arena Castelão; em Recife/PE, a Arena Pernambuco; no Rio de Janeiro/RJ, o Estádio Maracanã e, em Salvador/BA, a Arena Fonte Nova. Juntos, eles receberam 804 mil pessoas, nesse que é considerado um evento teste para a Copa do Mundo FIFA 2014. De acordo com a pesquisa do Ministério do Turismo e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), 93,3% dos torcedores aprovaram a qualidade e o conforto nessas arenas. As obras dos estádios das cidades-sede de Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Manaus/AM, Porto Alegre/RS e São Paulo/SP tiveram grandes avanços em 2013 com conclusão prevista para o início de 2014. A Arena das Dunas, em Natal/RN foi inaugurada em 22 de dezembro de 2014.

No contexto do legado, iniciou-se o processo de inventário junto aos entes governamentais envolvidos. Foi adotada a seguinte definição de legado: as estruturas e resultados produzidos, direta ou indiretamente, pela realização de grandes eventos esportivos, em nível nacional e regional, tangíveis ou intangíveis, planejados ou não, que transformam de forma positiva e duradoura a sociedade que os sedia. O processo de inventariação do legado também permanecerá ativo após o evento, de forma a permitir a aferição dos resultados gerados ao País.

Um Grupo de Trabalho monitora os Planos Operacionais de Mobilidade desenvolvidos pelas 12 cidades-sede. Esses planos, avaliados em seis localidades durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, apresentaram resultados positivos referentes ao uso do transporte coletivo como principal meio de locomoção e indicaram pontos a serem aprimorados para a Copa do Mundo FIFA 2014. Durante o Mundial, os planos serão implementados de modo a oferecer aos expectadores locais e turistas deslocamento por transporte coletivo seguro e confiável.

As obras de mobilidade urbana vinculadas à Matriz de Responsabilidades da Copa do Mundo FIFA 2014, que utilizam exclusivamente recursos de financiamento, resultarão em novos sistemas de transporte coletivos, sistemas viários e equipamentos com benefícios à população. Em 2013, essas obras passaram a integrar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em 2013, foi concluída a primeira obra de mobilidade na cidade de Belo Horizonte/MG – empreendimento denominado Boulevard Arrudas / Tereza Cristina – que requalificou o espaço viário com obras estruturais, viárias e urbanísticas. A cobertura do rio, com estrutura em concreto armado, além do viaduto de transposição da linha férrea, possibilitou a implantação de um sistema viário que melhorou a mobilidade urbana facilitando a integração do oeste da Região Metropolitana ao Centro. Ainda em Belo Horizonte, outros quatro empreendimentos estão com execução superior a 80%, incluindo a implantação de BRTs (*Bus Rapid Transits*) e adequações de vias arteriais de grande capacidade e abrangência metropolitana.

Um empreendimento em Fortaleza/CE, o BRT Av. Alberto Craveiro, que liga o Corredor Raul Barbosa ao estádio, ultrapassou 90% de execução. Também em Fortaleza, a implantação do BRT Av. Paulino Rocha e duas novas estações do metrô ultrapassam 55% de execução.

No Rio de Janeiro/RJ, o BRT TransCarioca está com mais de 80% de execução e, quando concluído, irá interligar bairros do subúrbio carioca, desde a Barra da Tijuca até o aeroporto Internacional Tom Jobim, na Ilha do Governador, passando por Barra da Tijuca, Curicica, Ilha do Governador, Taquara, Tanque, Praça Seca, Campinho, Madureira, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Penha, Olaria e Ramos. Este será o primeiro corredor de alta capacidade a cortar transversalmente a cidade.

Em Recife/PE, os cinco empreendimentos previstos estão com execução superior a 60%, dos quais dois BRTs e um corredor ultrapassam 60% realizados.





Na cidade de Curitiba/PR, vêm sendo implementados sete empreendimentos, entre eles um corredor ligando o aeroporto à Rodoferroviária, a modernização do sistema de controle e monitoramento de tráfego, o BRT, a requalificação do Terminal Santa Cândida e as obras nas Vias de Integração Radial Metropolitanas, para facilitar o acesso ao centro da cidade.

Em Cuiabá/MT, o Corredor Mario Andreazza apresenta execução de aproximadamente 85%. Em Brasília/DF, as obras de ampliação do acesso ao aeroporto encontram-se com 70% de execução.

No que se refere às telecomunicações, foi implantado, durante a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013, *backbone* nacional de fibras ópticas. Mais de dois mil km de redes metropolitanas atenderam as demandas do evento, que alcançou audiência de mais de 60 milhões de telespectadores. As seis cidades-sede foram conectadas por infraestrutura com capacidade de transmissão de dados de 30 Gbps, permitindo transmissão de imagens em altíssima definição. Essa infraestrutura permanecerá como legado para as cidades-sede com abrangência nos Municípios localizados próximos a elas. A oferta de telefonia móvel sobre a faixa de 2,5 GHz para a utilização de tecnologias de quarta geração (4G) também entrou em plena operação e foi expandida para as 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Em novembro de 2013 o serviço já estava presente em 93 Municípios, possuindo mais de 920 mil assinantes.

Para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, as 12 cidades-sede estarão conectadas por uma infraestrutura de telecomunicações mais complexa e robusta, para atender as demandas de qualidade do evento. Essa suportará a transmissão das imagens dos jogos até o ponto central da FIFA, de onde serão distribuídas para um público previsto de metade da população mundial. Os compromissos de expansão da telefonia móvel 4G permitirão a plena operação deste serviço nas 12 cidades-sede, bem como em todas as capitais e Municípios com mais de 500 mil habitantes até maio de 2014. Destaca-se que, nos 12 estádios, haverá investimentos privados de aproximadamente R\$ 200 milhões para a implantação da infraestrutura necessária aos serviços de telefonia móvel e banda larga.

Em maio de 2013 foi instituído o plano operacional com as medidas de segurança a serem adotadas pelo setor elétrico para prover maior segurança elétrica às seis cidades-sede da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013. Com o foco em garantir o suprimento de energia elétrica às 12 cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014, o Grupo de Trabalho (GT Copa 2014) vem acompanhando as obras de transmissão e distribuição definidas. Das 142 obras de distribuição previstas para reforçar o suprimento de energia elétrica às 12 cidades-sede mais de 80 já se encontram concluídas. Até maio de 2014, está prevista a conclusão das demais obras e do plano operacional com as medidas de segurança a serem adotadas pelo setor durante o evento.

Para permitir maior fluxo de turistas, o Governo Federal vem realizando investimentos nos terminais de passageiros nos portos de Recife/PE, Natal/RN, Fortaleza/CE, Salvador/BA, Santos/SP e Manaus/AM.

Também a infraestrutura aeroportuária vem sendo modernizada. O Projeto *Eficiência nos Aeroportos* gerou benefícios em 2012 aos clientes dos aeroportos de Fortaleza/CE; Confins em Belo Horizonte/MG; Santos Dumont e Galeão no Rio de Janeiro/RJ; Guarulhos e Congonhas em São Paulo/SP. Em 2013 foram contemplados os aeroportos de Recife/PE, Salvador/BA e Porto Alegre/RS com resultados indicando que os percentuais de redução de tempo de processamento dos atos necessários para o fluxo dos passageiros, foram, respectivamente, de 14,89%, 33,17% e 9,64%. Em outubro de 2013 iniciou-se a implementação no Aeroporto de Curitiba/PR. Os Aeroportos de Manaus/AM e Cuiabá/MT serão contemplados no início de 2014. Com isso, todos os aeroportos das cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014 contarão com as melhorias obtidas com a implantação do Projeto. Também para a melhoria do desempenho da gestão aeroportuária estão sendo coletadas informações que objetivam avaliar 41 indicadores, de acordo com a percepção do passageiro em 15 aeroportos relacionados às cidades-sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Foi ainda publicado, no âmbito da Comissão Nacional das Autoridades Aeroportuárias (Conaero), o Manual de Planejamento do setor de aviação civil para a Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 de modo a harmonizar as ações dos agentes envolvidos nos aeroportos.





Na área da saúde pública, o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (Cievs) vem atuando nos processos de detecção, monitoramento e avaliação das situações de riscos e emergências em saúde pública nos locais dos grandes eventos. Em 2014, serão adotadas medidas com foco nos requisitos sanitários dos serviços de alimentação e de saúde oferecidos ao público, destacando-se a coordenação, apoio técnico e acompanhamento das ações de vigilância sanitária nas cidades-sede, além da capacitação intensificada dos profissionais que trabalham na detecção e resposta a eventos de interesse em saúde pública em portos, aeroportos e fronteiras.

Com relação à segurança, foram empregados mais de 6.054 policiais integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional de Segurança Pública, além dos policiais civis e militares dos Estados e do Distrito Federal que somaram 40.893 na Copa das Confederações e na Jornada Mundial da Juventude. Cabe ainda ressaltar a elaboração do manual de atuação do controle de armas em grandes eventos e o cadastramento biométrico dos vigilantes que trabalharam nos estádios.

Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICCs) das 12 cidades-sede estarão em funcionamento na Copa do Mundo FIFA 2014. Com operação integrada, os Centros comporão o Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), que acompanhará e coordenará em tempo real todos os acontecimentos relativos à segurança dos jogos. O SICC permite que as decisões sejam tomadas mediante a utilização de informações centralizadas fornecidas pelos distintos órgãos envolvidos com a segurança pública.

b) Jogos Olímpicos e Jogos Paraolímpicos 2016

O cenário olímpico e paraolímpico nacional passa atualmente por uma de suas fases de maior importância na história: o Ciclo Rio 2016, que se encerra com a realização dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro (RJ).

Conforme compromisso assumido com o Comitê Olímpico Internacional (COI) à época da candidatura da cidade do Rio de Janeiro, caberia ao Governo Federal, entre outras tarefas, o financiamento da construção e ampliação de todas as instalações esportivas dos parques olímpicos da Barra da Tijuca e de Deodoro para os Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos Rio 2016. Porém, a prefeitura do Rio de Janeiro viabilizou parte das obras da Barra da Tijuca por meio de Parceria Público-Privada (PPP) reduzindo o montante de recursos que seria aportado pelo Governo Federal. Dessa forma, no caso das obras da Barra, restou ao ente federal financiar quatro instalações: Centro de Tênis, Velódromo, Arena de Handebol e Centro de Esportes Aquáticos. O valor estimado para as quatro instalações é de aproximadamente R\$ 641 milhões. Outras obras para os Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos Rio 2016 na Barra da Tijuca estão em andamento, como o Centro Principal de Imprensa (MPC), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), a Vila dos Atletas e três pavilhões esportivos.

No parque olímpico de Deodoro foi realizada a licitação do projeto conceitual de todas as instalações esportivas e as obras estão previstas para começar em 2014. Ali serão realizadas competições de 11 modalidades olímpicas e quatro paraolímpicas. As instalações construídas para os Jogos Pan-Americanos de 2007, como o Centro Nacional de Tiro Esportivo Tenente Guilherme Paraense, o Centro Nacional de Hipismo General Eloy Menezes e a piscina do pentatlo moderno passarão por adequações para sua utilização nos Jogos Olímpicos. Três novas instalações permanentes serão construídas: a Arena Deodoro (esgrima e basquete), a pista de BMX e o circuito de canoagem *slalom*. Os campos de hóquei sobre grama serão substituídos, em atendimento aos requisitos da Federação Internacional da modalidade. O circuito de *mountain bike* e a arena de pentatlo moderno (hipismo, corrida e tiro) e rúgbi serão temporários. Todas as instalações de Deodoro e da Barra vão compor o futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT) para atletas de alto rendimento, principal legado esportivo dos Jogos para a cidade e o País.





Em 10 de dezembro de 2013, o Ministério do Esporte anunciou a lista de 163 Municípios selecionados para receber 285 unidades dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) em todos os Estados e no Distrito Federal. O CIE integra o PAC 2, com orçamento de R\$ 967 milhões para as 285 unidades, e compõe o legado dos Jogos Olímpicos e dos Jogos Paralímpicos Rio 2016. Os Centros farão parte da Rede Nacional de Treinamento, na base da estrutura, e se destinam à descoberta de talentos.

11. Programa Luz para Todos e Tarifa Social de Energia Elétrica

Lançado em 2003 com o objetivo de levar o acesso à energia elétrica ao meio rural, o Programa Luz para Todos (LpT) beneficiou 15 milhões de brasileiros do meio rural com mais de três milhões de ligações e investimentos que ultrapassam R\$ 22 bilhões em dez anos. Das 257.602 famílias sem energia elétrica que se encontravam em situação de extrema pobreza, identificadas no Censo 2010, 159.143, ou seja, cerca de 62%, foram atendidas.

Para o ano de 2014, a expectativa é que o LpT execute 261 mil novas ligações e proporcione o acesso gratuito à eletricidade a mais de um milhão de moradores rurais. No âmbito do PAC2, considerando o período de 2011 a 2014, de um total previsto de 716 mil, o LpT atendeu até dezembro de 2013 a 455 mil famílias rurais.

Desde o seu início até 2013, as obras do LpT geraram cerca de 466 mil postos de trabalho, diretos e indiretos, assim como a utilização de 7,8 milhões de postes, 1,1 milhão de transformadores e 1,5 milhão de km de cabos elétricos. Para atender comunidades isoladas, principalmente na região amazônica, foram utilizadas tecnologias inovadoras como 88 mil metros de cabos subaquáticos e 37 mil postes de fibra de vidro.

O acesso à energia elétrica tem proporcionado melhora significativa nas condições de vida da população permitindo a fixação do homem no campo, o funcionamento de escolas no período noturno, a utilização de irrigação para agricultura, além da possibilidade de utilização de eletrodomésticos. Em pesquisa realizada em 2013, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (MME), constatou-se que 81,1% dos atendidos pelo LpT adquiriram aparelhos de TV, 78% compraram geladeira, 62,3% passaram a utilizar celulares e 24,9% fazem uso de bomba d'água, facilitando a rotina diária dos habitantes do meio rural.

Também a Tarifa Social de Energia Elétrica, regulamentada pelo Decreto nº 7.583, de 13 de outubro de 2011, ao final de setembro de 2013, beneficiava mais de 12,3 milhões de unidades consumidoras em todo o Brasil.

12. Inclusão Digital

As iniciativas na área de inclusão digital, por parte do Governo Federal, visam garantir a disseminação e o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) orientadas ao desenvolvimento social, econômico, político, cultural, ambiental e tecnológico, centrados nas pessoas, em especial nas comunidades e segmentos excluídos.

a) Cidades Digitais

A implantação do Cidades Digitais, criado em 2011, busca a modernização da gestão municipal e o desenvolvimento local por meio de uma rede de telecomunicações. As seguintes ações vêm sendo desenvolvidas: i) instalação de rede de fibra ótica e de pontos de conexão à Internet em órgãos e equipamentos de uso público; ii) instalação de aplicativos e capacitação de servidores, com o objetivo de melhorar a gestão municipal; e iii) atendimento aos cidadãos das cidades selecionadas. A primeira chamada pública de Municípios foi realizada em 2012, a partir da qual foram selecionadas propostas de 80 cidades. A implantação da infraestrutura contratada deverá ser entregue em meados de 2014.





No início de 2013, foi instituída a segunda chamada pública para o processo de habilitação e seleção de novas propostas para implantação de Cidades Digitais. Foram inscritas 1.905 propostas, apresentadas por um total de 1,9 mil Municípios e o Distrito Federal. Após análise, foram selecionadas 262 propostas de Municípios com até 50 mil habitantes e com baixa densidade de acesso à banda larga. A meta é alcançar 342 Municípios com investimentos da ordem de R\$ 245 milhões até o final de 2014, beneficiando 10,1 milhões de pessoas.

b) Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão

Foram mantidos, em 2013, por meio de contratos com operadoras, no âmbito do Programa Governo Eletrônico – Serviços de Atendimento ao Cidadão (Gesac), 13 mil pontos de presença para acesso à Internet, os quais se encontram disponibilizados em espaços de uso público, que incluem escolas e Telecentros, localizados preferencialmente em áreas remotas, além de postos de fronteira das forças armadas, atendendo aos interesses estratégicos e de segurança do País e disponibilizando 53 conexões à Internet para comunidades quilombolas. Em face do encerramento dos contratos firmados com as operadoras que fornecem esse serviço, foi realizada nova licitação para contratação de 21 mil conexões, que se destinarão a escolas, postos de saúde, Centro de Referência de Assistência Social (Cras), prefeituras, postos de fronteira, reservas ambientais, terras indígenas, comunidades tradicionais e assentamentos entre outros, bem como, a 13 mil Unidades Básicas de Saúde, tendo em vista uma parceria firmada com o Ministério da Saúde.

c) Capacitação no Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação

Foi realizada chamada pública de universidades para desenvolvimento de projetos de extensão com foco na juventude rural, objetivando a criação de estímulos para permanência do jovem no campo. Com isso, vêm sendo desenvolvidas atividades de formação envolvendo comunidades de agricultores familiares em 12 Estados; 45 assentamentos da reforma agrária de 13 Estados; e comunidades indígenas das etnias Guarani, Pataxó, Macuxi, Aticum, Piratapuaia, Potiguara e Fulni-ô, localizadas em sete Estados.

O Projeto Inclusão Digital para a Juventude Rural capacitou, no total, 840 jovens em quatro Estados para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Também foram implementados projetos em parceria com universidades federais para inclusão digital de cerca de dez mil jovens residentes em comunidades rurais.

As ações de Telecentros buscam cumprir os acordos firmados e repactuar outros, de modo a garantir o funcionamento dos espaços de acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à Internet, disponíveis para diversos usos dentro de uma concepção que compreende: i) instalação de equipamentos e aplicativos; ii) fornecimento de conexão; e iii) capacitação de usuários potenciais desses espaços públicos de acesso à Internet. Tendo como base essa perspectiva foram requalificados, implantados e apoiados com capacitação e conexão um total de 7,3 mil Telecentros em parceria com prefeituras, organizações privadas sem fins lucrativos e órgãos do Governo Federal.

d) Redes Digitais da Cidadania

As Redes Digitais de Cidadania consistem em atividades de extensão e pesquisa em parceria com as fundações estaduais de amparo à pesquisa de oito unidades da Federação para apoio a projetos de inclusão digital com foco em: i) capacitação de técnicos e gestores municipais no uso das TIC; ii) uso das TIC para o trabalho, emprego e renda; iii) TIC direcionadas para a preservação, promoção e acesso à cultura; iv) TIC direcionadas à gestão e comercialização da produção na agricultura familiar; v) qualificação do uso das TIC nos espaços públicos de uso da Internet; e vi) capacitação de micro e pequenos empresários no uso das TIC.





Esse conjunto de ações voltadas para atividades de extensão e pesquisa acadêmica têm caráter piloto e o objetivo é possibilitar a capacitação de um público estimado de dez mil pessoas em situação de vulnerabilidade e risco, e coletar informações e subsídios sobre o impacto das TICs para a melhoria de vida desses grupos populacionais. A partir do material produzido e consolidado, tem-se como objetivo formular uma política sustentável, de longo prazo, para a inclusão digital com foco na formação em larga de escala da parcela da população que, na ausência do Estado, tende a ficar excluída das possibilidades abertas pelas TIC que se renovam a cada dia, em ritmo acelerado.

13. Segurança Pública, Cidadania e Justiça

a) Segurança Pública

Um importante avanço no ano de 2013 foi a publicação do Decreto nº 8.075, de 14 de agosto de 2013, que regulamenta a Lei nº 12.681, de 4 de julho de 2012, pela qual foi instituído Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). Em 2013 houve também o lançamento do *site* Sinesp, que permite a consulta pública a dados estatísticos sobre a criminalidade no País, e do aplicativo para *smartphone* Sinesp Cidadão, que possibilita a realização de consultas de dados de veículos nacionais por todos os cidadãos. Para 2014 está prevista a ampliação dos serviços disponibilizados no *Site* Sinesp e o desenvolvimento de um sistema informatizado para registro dos procedimentos policiais, bem como o lançamento do Portal Sinesp, com informações detalhadas e atualizadas em tempo real, voltado para o uso dos profissionais de segurança pública de todo o País.

Objetivando dar sequência às ações de segurança pública nas regiões fronteiriças, em 2013 foram celebrados 11 convênios para estruturação de sistemas de videomonitoramento, com a previsão de instalação de 624 câmeras fixas abrangendo 75 Municípios. Existem hoje em funcionamento na região 74 Núcleos de Inteligência e 73 Gabinetes de Gestão Integrada Municipais. Os dados enviados pelos Estados fronteiriços e consolidados até o mês de outubro de 2013 indicam que foram realizadas 2.901 operações integradas; apreendidos 87.532 kg de drogas ilícitas e 5.891 armas de fogo; lavrados 23.867 autos de prisão em flagrante; elaborados 28.014 laudos periciais; feita a abordagem de 2.846.254 pessoas e de 1.866.471 veículos; e instaurados 120.108 inquéritos policiais. A fim de acompanhar a implementação dessa política estratégica, foram visitados os 184 Municípios prioritários do Programa Enafron e capacitados 913 profissionais de segurança pública que atuam na região.

Para 2014, com a implementação do sistema de radiocomunicação digital será possível a integração entre os órgãos estaduais de fronteira e os órgãos federais atuantes região. Também será realizada a aquisição direta de cerca de 14 mil coletes balísticos, 7.939 pistolas .40 e 22 escâneres veiculares. Reforçadas também as ações integradas de capacitação, monitoramento e avaliação da estratégia. Está prevista ainda, uma pesquisa sobre segurança pública na região de fronteira.

O Programa de redução da criminalidade violenta, denominado Brasil Mais Seguro, foi instituído em junho de 2012. Nesses 16 meses de execução do Programa, o Estado de Alagoas registrou redução de 13% nos índices de homicídios; na capital, Maceió essa redução foi de 21%. Em 2013 o Programa foi expandido para os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe e Goiás, para apoiar ações para melhoria da investigação dos homicídios, reaparelhamento das agências centrais de inteligência policial, com indução de criação de núcleos regionais ou descentralizados de inteligência policial e para capacitação profissional.

Juntamente com tais pactuações, ocorreram investimentos por meio de repasse de recursos, via convênio, para todos os Estados, voltados para aparelhamento das instituições da Perícia Forense e também para estruturação ou melhoria das delegacias de homicídios. Houve também investimentos na capacitação dos profissionais de segurança pública envolvidos no processo de produção da prova técnica e em polícia comunitária, e na elaboração e publicação de manuais técnicos que contenham procedimentos operacionais padronizados e normativas técnicas para a melhoria da investigação policial.





Estão previstas doações de diferentes equipamentos tecnológicos para todas as unidades da Federação, com previsão de investimento federal de mais de R\$ 480 milhões para 2014. Em 2013, os recursos empenhados no Programa superaram R\$ 258 milhões.

No âmbito das atividades de capacitação continuada, foram capacitados em 2013 aproximadamente 100 mil profissionais de segurança, em ações desenvolvidas presencialmente e a distância, voltadas essencialmente para qualificação na atividade investigativa, aprimoramento da segurança nas fronteiras, direitos humanos e uso diferenciado da força. Foram desenvolvidas pesquisas voltadas para a atualização das informações sobre as instituições de segurança, sendo inédita a elaboração de um primeiro diagnóstico da atividade de perícia criminal no País, e também estudos avaliativos de projetos de segurança desenvolvidos pelo Governo Federal.

Ao longo do exercício de 2013, a Força Nacional de Segurança Pública atuou em 21 unidades da Federação desenvolvendo operações ambientais; de proteção em áreas indígenas; de proteção a testemunhas; de apoio a operações aéreas; em situações de crise no sistema penitenciário; e no apoio aos órgãos estaduais, distritais e federais de segurança pública por ocasião da Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013 e da Jornada Mundial da Juventude.

Em 2013 foram treinados 1.061 profissionais de segurança pública, entre policiais militares, policiais civis, bombeiros militares e peritos para atuação na Força Nacional, sempre dentro dos preceitos recomendados pela Organização das Nações Unidas.

Também são desenvolvidas e apoiadas diversas ações de prevenção à violência e à criminalidade que se relacionam com outras políticas públicas intersetoriais, tais como as temáticas de enfrentamento à violência contra a mulher, crianças e adolescentes; população em situação de rua; população de LGBT (Lésbicas, *Gays*, Travestis, Transexuais e Transgêneros); e negros.

Nas atividades de segurança privada, destaca-se a regulamentação da fiscalização; a atualização dos cadastros de estoque de armas de fogo dos revendedores autorizados e o desenvolvimento do sistema Gestão Eletrônica de Segurança Privada (Gesp). Em 2014, espera-se a finalização do Programa Hórus, voltado para a elaboração de retrato falado de criminosos em alta definição.

Na área de investigação e combate ao crime organizado, vem sendo reprimidas todas as formas de desvios de recursos públicos, crimes previdenciários e cibernéticos e fraudes bancárias, tendo sido deflagradas, no período, aproximadamente 65 operações policiais de repressão a esses delitos, envolvendo mais R\$ 400 milhões.

Na área de inteligência da Polícia Federal, em 2013 a ferramenta Sinapse, que provê integração dos processos de busca e investigação nos Bancos de Dados da Polícia Federal, foi aprimorada com a inclusão de novos bancos de dados. O Sistema de Veículos Aéreos Não Tripulados (Sisvant), que provê vigilância e monitoramento de alvos e ações da Polícia Federal, tais como tráfico de drogas, apreensões, patrulhamento de fronteiras e cobertura de grandes eventos, passou a operar de forma ininterrupta, com a assinatura do contrato de manutenção, tendo sido realizadas diversas operações, sobretudo em regiões de fronteira. Houve também relevante atuação na área de inteligência estratégica, antiterrorismo e contrainteligência policial por ocasião dos grandes eventos, principalmente em parceria com agências internacionais.

Na área técnico-científica, em 2013 houve significantes avanços na implantação de Banco de Dados de Perfis Genéticos, em especial o de pessoas condenadas e o de crianças desaparecidas; no aperfeiçoamento do Sistema de Movimentação e Transmissão de Dados Bancários (Simba) e no processo de acreditação dos laboratórios de Genética Forense e de Química Forense da perícia criminal. Houve a ampliação das atividades relacionadas à cooperação técnica, com a renovação do Projeto Brasil-Bolívia, que prevê apoio técnico ao sistema de controle integrado de redução de cultivos de cocaína. Cabe destacar a aquisição de diversos equipamentos de última geração para uso em situações com suspeitas de bombas e explosivos, visando





à atuação do Governo nos grandes eventos. Em 2014, espera-se a conclusão da obra de reforma e ampliação do Instituto Nacional de Criminalística (INC), que será o maior centro de difusão de ciências forenses do País e que irá abrigar o futuro Banco Nacional de Dados de Bombas e Explosivos.

O Registro de Identificação Civil (RIC), projeto iniciado em 2012, foi desenvolvido a fim de disponibilizar aos cidadãos documento de identidade dotado da segurança necessária para o pleno exercício da cidadania, evitando assim o uso ilegal de seus dados pessoais para a prática de crimes diversos. Além disso, o novo Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil objetiva facilitar a identificação de pessoas desaparecidas, de vítimas do tráfico de seres humanos e de vítimas de acidentes de grandes proporções. Em 2014, prevê-se a definição de procedimentos de coleta de dados biográficos e biométricos pelos institutos de identificação do País, o que contribuirá para a futura uniformização dos dados de identificação civil. Também se pretende concentrar esforços para avançar na integração de cadastros de cidadãos em bases de dados federais.

b) Segurança nas Rodovias

O Plano Nacional de Enfrentamento a Violência no Trânsito alinhado à Década de Redução de Acidentes da ONU (2010-2020) tem por objetivo reduzir os índices de morbimortalidade (mortes por pessoas acidentadas) nas rodovias federais. Os esforços do Governo Federal em alterar a legislação de trânsito (Lei Seca), somados ao aumento das ações de fiscalização proporcionaram, em 2013, uma redução de 6,4% na quantidade de acidentes em relação à frota de veículos nacional; de 8,3% em relação aos feridos e de 10,1% na quantidade de mortos, além de uma ampliação de 7% nas prisões por crime de trânsito. Foram realizados 1.523.334 testes de alcoolemia, o que corresponde a um aumento de 135% em relação à quantidade realizada em 2012.

Entre as principais ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do Plano em 2013, que terão continuidade em 2014, destacam-se: i) a operação Rodovida que consiste na intensificação de fiscalização integrada com Estados e Municípios em trechos críticos e nos períodos de maior ocorrência de acidentes; ii) curso de técnicas de policiamento e fiscalização de transporte terrestre, curso de perícias de acidentes, especialização de gestores regionais, curso de atendimento pré-hospitalar e curso de atualização em emergência para helicóptero *Bell 407*; iii) ações e campanhas voltadas à educação de trânsito; iv) implantação de rádio digital, sistema de geoprocessamento, sistema de educação a distância; e v) aquisição de viaturas, radares, etilômetros e coletes balísticos.

Em 2013 as atividades de policiamento nas rodovias federais resultaram na apreensão de cinco toneladas de cocaína e 107,7 toneladas de maconha. Foram detidas 28.759 pessoas e apreendidas 1.431 armas de fogo, além de 4.162 veículos roubados que foram recuperados. Nas operações de enfrentamento aos crimes ambientais, foram recuperados 8.740 animais silvestres e apreendidos mais de 100.425 m³ de madeira. Em relação à exploração de crianças e adolescentes, destaca-se o encaminhamento de 484 vítimas de crimes aos conselhos tutelares ou delegacias.

Em 2013 ocorreu o ingresso de 692 novos policiais, totalizando 10.131 servidores, o que possibilitou o reforço de segurança nas regiões de fronteiras. Os policiais lotados nestas regiões contribuirão diretamente para o aumento da capacidade de fiscalização, propiciando maior efetividade no combate ao tráfico de armas e drogas, contrabando e descaminho, aos crimes ambientais e tráfico de pessoas, que são característicos destas regiões. Em 2013, também houve a nomeação de 71 servidores administrativos.

Já estão em fase de instalação 24 pontos de monitoramento do Sistema Alerta Brasil, que permite a realização da fiscalização eletrônica de veículos e a consulta automática de dados junto aos sistemas do Governo. Como parte do projeto de Sistemas Móveis, estão sendo adquiridos dispositivos *smartphones*, com o propósito de melhorar a comunicação entre os policiais e permitir o acesso aos bancos de dados de segurança pública, tornando mais célere o processo de consulta de veículos e o preenchimento de notificações de infração.





c) Sistema Penitenciário Brasileiro

Em 2013 deu-se continuidade ao projeto de melhoria do sistema penitenciário brasileiro por meio das ações do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, lançado em novembro de 2011.

No que concerne ao incremento de vagas nos sistemas prisionais estaduais, foi contratada com 11 unidades da Federação, em 2013, a construção de 21.505 novas vagas, com estimativa de entrega até o final de 2014. Com os contratos de repasse firmados pela União as unidades da Federação deverão concluir os projetos executivos e realizar a licitação das obras. Também foram doados 215 veículos tipo furgão-cela a todas as unidades da Federação para o correto transporte de presos.

Foi desenvolvido o Sistema de Justiça Aplicada do Departamento Penitenciário Nacional (Sisdepen), em cumprimento às disposições da Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012, sobre o acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. Trata-se de sistema informatizado destinado ao acompanhamento da execução penal, que enviará avisos eletrônicos aos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, advogados e diretores de estabelecimentos prisionais, informando dos prazos previstos para o término da pena, progressão de regime, livramento condicional e demais benefícios penais. Em janeiro de 2014, o sistema entrará em operação em projeto-piloto com 12 Estados.

Já na área de reintegração social do preso, foi realizado em 2013 o aparelhamento de três Estados (Amapá, Rio de Janeiro e Roraima) com centros de referência de assistência à saúde materno-infantil em estabelecimentos penais e foram firmados quatro novos instrumentos com os Estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Amazonas para atender ao programa de capacitação profissional e implementação de oficinas permanentes (Procap). Além disso, houve a pactuação entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde da nova Política de Atenção Integral à Saúde às Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), incluindo a população carcerária no Sistema Único de Saúde.

Parceria com o Ministério da Educação matriculou 18.566 presos nos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Além disso, o Projovem Urbano foi expandido ao público prisional, com adesão dos Estados do Acre, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Norte e meta de formação de 700 presos.

No que diz respeito à capacitação dos servidores em exercício nas áreas penais, com a criação da Escola Nacional de Serviços Penais (Espen), foi possível firmar parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a fim de oferecer o I Curso de Especialização em Gestão em Saúde no Sistema Prisional, no qual serão formados 500 servidores estaduais e federais, com conclusão em agosto de 2014. Celebrou-se parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), visando à oferta de dez mil vagas, distribuídas inicialmente em quatro cursos: Formação de Tutores a Distância; Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis; Gerenciamento de Crises e Mediação de Conflitos; e Políticas Públicas no Sistema Prisional.

Em se tratando de alternativas penais, foi dada continuidade à Política Nacional de Alternativas Penais, com o financiamento junto às Secretarias de Justiça das unidades da Federação de centrais integradas de alternativas penais em cinco Estados (Alagoas, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte), que, além de acompanhar os cumpridores de penas e medidas alternativas, passarão a acompanhar os cumpridores de medidas cautelares diversas da prisão. Há de se ressaltar ainda o início do ciclo de financiamento de projetos voltados para a monitoração eletrônica de pessoas em cumprimento de medidas cautelares, presos provisórios e população carcerária vulnerável, como idosos e pessoas portadoras de doenças graves. Serão instalados centros de monitoração eletrônica nos Estados de Alagoas, Paraíba, Bahia e Goiás para o acompanhamento de 1.050 presos.

No tocante às assistências social e jurídica oferecidas aos presos custodiados no Sistema Penitenciário Federal, o Projeto *Visita Virtual e Videoconferência Judicial* conquistou em 2013 o 2º lugar no 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal,





promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em virtude dos resultados alcançados, foi possível reduzir em 90% a realização de audiências presenciais com os presos do Sistema Penitenciário Federal. Em relação à assistência à saúde, prevê-se para 2014 a implementação do Projeto *Telessaúde*, já desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais, o qual visa melhorar o atendimento de saúde aos presos custodiados nas penitenciárias federais. Merece destaque de igual forma, o Projeto *Remição pela Leitura*, que possibilita a remição do tempo de pena dos presos participantes. Para obter o benefício, é preciso elaborar resenha de uma obra literária, que posteriormente será aprovada por uma comissão julgadora para que a pena seja efetivamente remida, após a homologação pelo juiz de Execução Penal.

Ainda com relação às atividades desenvolvidas pelo Sistema Penitenciário Federal, é preciso destacar a criação da Doutrina Nacional de Inteligência Penitenciária e a realização de cursos de inteligência junto à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e outros órgãos de segurança pública. Estas iniciativas visam gerar bases sólidas aos Governos Federal e Estaduais, no que tange ao enfrentamento ao crime organizado, processando e difundindo conhecimentos referentes às organizações criminosas, seus integrantes e as implicações de suas atividades no sistema penitenciário.

Vale ressaltar ainda que neste exercício foi realizada a licitação para a construção da 5ª Penitenciária Federal, em Brasília/DF, cujas obras serão iniciadas em meados de 2014. A nova unidade federal terá a função de ser local de triagem para os presos que ingressarem no sistema penitenciário federal, além de contar com celas para réus colaboradores e mulheres.

Por fim, na área de participação e controle social, foi dada continuidade às seguintes estratégias de trabalho em 2013: i) fomento à criação e fortalecimento dos conselhos da comunidade e dos conselhos penitenciários; ii) realização do I Encontro Nacional dos Conselhos Estaduais Penitenciários; iii) apoio à realização de encontros estaduais de conselhos da comunidade nos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina; iv) fomento à criação e fortalecimento das ouvidorias do sistema penitenciário e realização do III Encontro Nacional das Ouvidorias do Sistema Penitenciário; v) ações de combate à tortura e às violações de direitos humanos; vi) implementação do formulário conjunto de inspeções em estabelecimentos penais; e vii) coordenação da III Reunião de Especialistas da Organização das Nações Unidas (ONU) para Revisão das Regras Mínimas de Tratamento dos Presos, que ocorrerá no Brasil em janeiro de 2014. Em 2014, as estratégias terão continuidade com prioridade para a implementação da Rede de Participação e Controle Social do Sistema Prisional por meio de mecanismos de comunicação, articulação e cooperação.

d) Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual

Em 2013, foi lançado o III Plano Nacional de Combate à Pirataria (2013-2016) e desenvolvidas ações no sentido de celebrar acordos de cooperação entre órgãos de diferentes países, promovendo o intercâmbio de informações, troca de experiências e fortalecimento dos diálogos institucionais.

Foi lançado ainda o Diretório Nacional de Titulares de Marcas, sistema de informação desenvolvido em parceria com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) que visa otimizar os procedimentos fiscais e administrativos nos casos em que houver indícios de contrafação, ou seja, produção comercial de um artigo sem autorização da entidade que detém a sua propriedade intelectual, por meio de acesso exclusivo às bases de dados do INPI por parte dos agentes de fiscalização. A primeira fase de implementação do projeto-piloto está prevista para ocorrer na cidade do Rio de Janeiro, com a capacitação de agentes públicos da Receita Federal do Brasil, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal.

Além disso, foram assinados acordos de cooperação técnica e operacional com as prefeituras de São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Osasco, Salvador, Manaus, Cuiabá, Vitória e Porto Alegre, além de Brasília visando à implantação e desenvolvimento do projeto Cidade Livre de Pirataria. Foram também realizados cursos de capacitação de 300 agentes





públicos em Cuiabá, Salvador, Manaus e Porto Alegre, e ainda em Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e Embaixada japonesa, respectivamente. Para 2014, pretende-se ampliar os acordos de cooperação com os Municípios.

Ainda em 2013, foi realizada a 3ª edição do Prêmio Nacional de Combate à Pirataria, reconhecendo e premiando entidades públicas e privadas que atuam no enfrentamento à pirataria e outros delitos contra a propriedade intelectual. Por fim, o lançamento da *Cartilha contra Pirataria nas Licitações Públicas*, com recomendações baseadas na Lei nº 8.666, de junho de 1993, para que os órgãos públicos adotem precauções no sentido de evitar a aquisição de produtos falsificados ou com outras irregularidades.

Para 2014 está prevista a criação do observatório do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP), um portal de comunicação informativo e interativo com a sociedade, contribuindo para o fortalecimento da presença do Conselho no ambiente digital. Além disso, será realizada a pesquisa nacional *Radiografia da Pirataria* que visa à realização de levantamento do consumo de produtos piratas no País, possibilitando a articulação de políticas públicas mais adequadas para enfrentar o problema. Será também realizado seminário na área da fronteira Brasil-Paraguai para discutir propostas que contribuam para o fortalecimento do enfrentamento da pirataria e demais delitos transfronteiriços, além de sugerir medidas que visem incentivar o desenvolvimento econômico daquelas áreas.

e) Cidadania e Acesso à Justiça

Com o objetivo de consolidar e efetivar a cidadania, garantindo o acesso à justiça foi desenvolvido o *Atlas de Acesso à Justiça*, um serviço público digital que apresenta indicadores nacionais, informações de endereços do sistema de justiça e conteúdos educativos sobre direitos.

No intuito de incentivar a redução de litígios e uma cultura do consenso, a Escola Nacional de Mediação e Conciliação (Enam), iniciativa da Secretaria da Reforma do Judiciário, realizou cursos presenciais e a distância, capacitando mais de dois mil profissionais, em que contou com a distribuição de exemplares do Manual de Mediação Judicial e de cartilhas. Em agosto de 2013, a I Conferência Nacional de Conciliação e Mediação promoveu discussões e trocas de experiências exitosas em métodos consensuais de solução de conflitos. Por fim, foi realizado o *Intercâmbio de experiências entre o Poder Público e a Iniciativa Privada*, para disseminar as boas práticas de solução consensual e extrajudicial de conflitos que instituições financeiras já adotaram e estipular a implementação dessas práticas, capazes de reduzir o volume de processos judiciais envolvendo os bancos e, neste sentido, desafogar o Poder Judiciário.

Estão em processo de instalação nas cidades de Maceió e João Pessoa, com inauguração prevista em abril de 2014, a Casa de Direitos, que são estruturas que disponibilizam serviços públicos para facilitar a promoção de políticas de Acesso à Justiça e cidadania nas comunidades de baixa renda, que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em dezembro de 2013, foi inaugurada a 1ª Casa de Direitos do Brasil, na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro.

No âmbito do Brasil Mais Seguro, Programa prioritário de redução de homicídios, foram firmados três acordos de cooperação com os Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, além da repactuação do acordo com o Estado de Alagoas. Foram instaladas duas Câmaras de Monitoramento nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe, com a finalidade de integrar o sistema de justiça criminal e dar celeridade na persecução e execução penal. Além disso, estão sendo capacitados magistrados e servidores do Tribunal do Júri e Execução Penal.

Estão em funcionamento no País cerca de 64 núcleos de justiça comunitária em 14 Estados, equipamento público que tem por objetivo a coesão social e a promoção da paz, por meio de atividades de informação jurídica, mediação comunitária e





animação de redes sociais. Em 2013 foram investidos cerca de R\$ 3,5 milhões para a implementação de nove novos núcleos e pretende-se alcançar 83 núcleos até o final de 2014.

Foi assinado em outubro de 2013, com os órgãos do sistema de justiça e o Governo Federal, o Protocolo de Atuação para a Redução de Barreiras de Acesso à Justiça para a Juventude Negra em Situação de Violência, que tem por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes pela elaboração e ajuste de políticas públicas e para a implementação de outras medidas administrativas que visem a assegurar o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial da juventude negra brasileira, nos campos da segurança pública, do acesso à Justiça e da melhoria dos serviços prestados pelas instituições do sistema de justiça.

A fim de garantir a ampliação do acesso universal à Justiça, em especial da assistência jurídica gratuita à população de menor renda, a Defensoria Pública da União (DPU) realizou, em 2013, mais de 1,4 milhão de atendimentos, incluindo cerca de cinco mil cidadãos beneficiados com conciliações extrajudiciais em decorrência da realização de termos de cooperação com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Caixa Econômica Federal (Caixa), o que possibilitou diminuir o volume de demandas judiciais e tornar mais rápido o atendimento aos assistidos nas questões relacionadas à previdência social e obtenção de empréstimos bancários.

Destaque também para o projeto DPU Itinerante, que contribuiu ao levar assistência jurídica à população carente das localidades mais remotas do País e para a implantação das salas de visitas virtuais em todas as 27 capitais e nas cidades de Mossoró/RN, Cascavel/PR e Guarulhos/SP, com o objetivo de atender os cidadãos com familiares presos em penitenciárias federais que não possuem condições econômicas para visitas presenciais. Em 2013, mais de 600 mil cidadãos receberam assistência dos defensores públicos federais lotados nas 64 unidades da DPU.

Na esfera legislativa, cumpre ressaltar a promulgação da Emenda Constitucional nº 74, de 6 de agosto de 2013, que estende às defensorias públicas da União e do Distrito a autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária, prerrogativas já concedidas às defensorias estaduais.

Para 2014, os principais projetos elencados no plano estratégico da DPU são: i) ampliação do atendimento ao cidadão com a instalação de novas unidades no interior do País; ii) implantação de serviço de conciliação extrajudicial de conflitos em todos os Estados e no Distrito Federal; iii) criação de serviço de orientação e agendamento de assistência jurídica por telefone; iv) expansão do atendimento especializado a vítimas de discriminação racial para todas as regiões do País; v) atuação institucional por meio de todas as unidades da DPU no enfrentamento ao tráfico de pessoas; e vi) inclusão da assistência jurídica gratuita entre os serviços prestados pela rede de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas).

Com a função pública de aprofundar o processo democrático brasileiro a partir da busca de valores próprios da Justiça de Transição a Comissão de Anistia vem, ao longo de sua criação, cumprindo o seu papel. A política nacional de reparação aos anistiados políticos reside principalmente na reparação material e moral.

A política de reparação econômica, de caráter indenizatório, prevê o pagamento da prestação mensal, permanente e continuada aos anistiados políticos que conseguem comprovar vínculos empregatícios à época das violações de seus direitos, e a reparação em prestação única aos anistiados que não comprovam a perda de tal vínculo. Entre janeiro e dezembro de 2013, a Comissão julgou 1.848 processos de anistia política. Ao longo de seu período de funcionamento, a Comissão recepcionou aproximadamente 72 mil requerimentos. Cerca de 63 mil processos já foram apreciados, restando, portanto, dez mil pedidos a serem julgados.





No que tange à política de reparação moral, a Comissão de Anistia atua frente a projetos relevantes, tendo realizado em 2013: i) Marcas da Memória – execução de 24 convênios com organizações da sociedade civil focadas na temática da anistia, além de três termos de cooperação com entidades públicas federais; ii) Trilhas da Anistia – três monumentos foram inaugurados em Belo Horizonte, Ipatinga e Curitiba; iii) Clínicas do Testemunho – quatro clínicas estabelecidas no ano de 2012 realizaram diversas atividades, tais como atenção terapêutica às vítimas, capacitação de profissionais e promoção de eventos de divulgação pública do projeto e sua metodologia, abrindo espaço para o debate e reflexão sobre as marcas psíquicas deixadas pela violência de Estado; iv) 11 Caravanas de Anistia, que percorreram as diversas regiões do Brasil; v) conclusão do acordo com a entidade italiana *Fondazione Lelio e Lisli Basso*, que tinha como objetivo digitalizar, sistematizar e disponibilizar cópia dos documentos do Tribunal Russel II, que consistiu em sessões de denúncia à repressão latino-americana no período entre 1974 e 1976; vi) contratação de *hardwares* e *softwares* para a implementação do Memorial Virtual da Comissão de Anistia, a fim de possibilitar à sociedade o acesso às informações contidas em seu acervo, criando assim condições para a produção de pesquisas sobre as perseguições políticas ocorridas entre 1946 e 1988; vii) assinatura de Termo de Cooperação com a Universidade de Brasília (UnB) para que essa instituição atue, por 24 meses, como primeira sede da secretaria executiva da Rede Latino-Americana de Justiça de Transição (RLJAT), mantendo o Observatório RLAJT; e viii) obras de reforma e novas edificações do complexo do Memorial da Anistia Política do Brasil, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, além da contratação da empresa responsável pelo desenvolvimento do projeto museográfico.

Em 2014, a apreciação dos requerimentos de anistia política continuará a ser priorizada, e espera-se que todo o acervo da Comissão de Anistia seja digitalizado, potencializando os fluxos de trabalho relacionados à atividade de julgamento. Além disso, nesse ano em que se completam 50 Anos do Golpe, a Comissão pretende dar continuidade às ações de memória, consolidando projetos já em andamento e implementando novos, tais como o Memorial Virtual da Comissão de Anistia e o Observatório RLAJT.

f) Cooperação Internacional

No tocante à formalização de tratados e acordos internacionais, em 2013 passou a vigorar no Brasil o acordo sobre cooperação em matéria de combate à criminalidade com a Espanha e em matéria penal com Honduras e Reino Unido da Grã-Bretanha e, em matéria civil, com o Marrocos e o Líbano.

No que se refere à cooperação jurídica internacional, no ano de 2013, foram processados 3.029 documentos referentes a pedidos em matéria cível e 1.122 em matéria penal, destacando-se a repatriação de mais de US\$ 7 milhões em bens e valores ilícitamente desviados para o exterior. Pretende-se para 2014 estabelecer e aprimorar as relações de cooperação internacional, de modo a aperfeiçoar os mecanismos disponíveis; fomentar a negociação de novos acordos de cooperação jurídica internacional, sobretudo com os países de fronteiras, e impulsionar a promulgação de acordos já negociados e que atualmente se encontram sob o trâmite legislativo.

No que tange aos direitos e garantias dos migrantes no Brasil, o Governo Federal atuou nas seguintes frentes: i) atendimento das demandas emergenciais dos haitianos instalados na fronteira do Acre com a Bolívia; ii) promoção de iniciativas de diálogo social para diagnóstico das principais barreiras de acesso a direitos e serviços públicos pelos migrantes e pelas entidades envolvidas; e iii) desenvolvimento de plataforma de participação e acesso a informação sobre migrações e refúgio, como instrumento de transparência e controle social da política migratória.

Ainda em matéria de direitos e garantias dos migrantes, especificamente em relação às ações de cooperação internacional, foi assinado o Acordo sobre Residência Permanente para Livre Circulação de Pessoas com o Uruguai e o Acordo para Transferência de Pessoas Condenadas entre Brasil e Índia. Também foram promulgados diversos tratados sobre a temática dos direitos e garantias dos migrantes.





Ao longo do ano foram concedidas 36.370 permanências e prorrogação de permanências e entregues 5.200 protocolos provisórios de refúgio e reconhecidos 664 novos refugiados.

Para 2014, vislumbra-se: i) a revisão da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que trata da situação jurídica do estrangeiro no Brasil que culminará em novo marco legal para as migrações; ii) a instituição da Política e do Comitê de Acompanhamento Social (Casc) – fórum em que diversas entidades sociais que trabalham com o tema das migrações poderão acompanhar as ações realizadas pelo Governo e contribuir para a construção de uma política migratória inclusiva e participativa; iii) a ampliação do Programa de reassentamento brasileiro de jovens congolezes; e iv) a assinatura de acordos de residência com países da África, Ásia e Américas para facilitação do ingresso e permanência de migrantes no Brasil.

No que se refere às principais atividades em relação ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, no ano de 2013, destacam-se: a publicação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP) e a instalação do Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação; a institucionalização da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Conatrap); o lançamento da Campanha Coração Azul; a publicação do *Relatório Nacional dos Dados Existentes sobre Tráfico de Pessoas no Brasil de 2005 a 2011*; a publicação da Pesquisa *Enafron – Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteiras*; e a implantação dos postos avançados de atendimento humanizado ao migrante no Estado do Amazonas.

No âmbito de foros internacionais que tratam do mesmo tema, foi elaborada uma matriz que sintetiza o grau de implementação de políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas nos países-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e instituído plano de ação para os próximos dois anos. Também foi firmado o Projeto *Itineris* com a Comissão Europeia e o *International Centre for Migration Policy Development (ICMPD)*, com o objetivo principal de fortalecer institucionalmente os núcleos e postos avançados de enfrentamento ao tráfico de pessoas, apoiados pelo Governo. Cabe, ainda, menção o Projeto Migrações Transfronteiriças, aprovado pelo fundo da União Europeia, que tem como objetivo fortalecer a capacidade do Governo brasileiro para melhor gerenciar os fluxos migratórios, com foco em potenciais vítimas de tráfico.

Em 2014, haverá a continuidade dos projetos em implementação e execução das seguintes ações na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas: i) implantação de dez postos avançados de atendimento humanizado ao migrante em Municípios vulneráveis da fronteira; ii) realização de capacitação de agentes públicos para enfrentamento ao tráfico de pessoas; iii) publicação de relatórios de progresso sobre a implementação do II PNETP; e iv) ampliação de campanhas de sensibilização e apoio e fomento de projetos em relação ao tema.

Por meio do projeto de cooperação internacional de fortalecimento da justiça brasileira, firmado em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), foram concluídas em 2013 importantes ações, especialmente quanto aos seguintes temas: i) atuação da Advocacia Popular; ii) utilização de meios de resolução extrajudicial de conflitos no âmbito de serviços regulados por agências governamentais; iii) conceitos de transparência ativa e transparência passiva e o princípio do respeito à privacidade e à intimidade, incluindo levantamento sobre mecanismos de transparência e participação social no sistema de justiça; iv) atuação da justiça nos conflitos fundiários urbanos e conflitos fundiários agrários e tradicionais; e v) impacto no sistema processual dos tratados internacionais.

Ainda no campo da cooperação internacional em matéria de Justiça, cabe destacar o intercâmbio de boas práticas e a busca de soluções coordenadas para a superação de obstáculos compartilhados pelos diversos países no que tange à democratização do acesso à Justiça, com ênfase em foros regionais como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União das Nações Sulamericanas (Unasul).





g) Políticas de Prevenção, Atenção e Reinserção Social de Usuários de Crack, Álcool e Outras Drogas

O Programa *Crack, é Possível Vencer*, é dividido em três eixos: prevenção, cuidado e autoridade. Nas ações do eixo prevenção foram ofertadas 327 mil vagas desde o início do Programa, para a capacitação de profissionais de diversas áreas de atuação, tais como educadores de escolas públicas, profissionais de saúde, assistência social e segurança pública, operadores do direito, lideranças comunitárias e membros de conselhos de controle social, trabalhadores e voluntários de comunidades terapêuticas e lideranças religiosas.

Foram implantados também 51 Centros Regionais de Referência (CRR) em instituições de ensino superior públicas com o objetivo de qualificar profissionais de saúde, de assistência social, de segurança pública e do sistema de justiça que atuam com usuários de *crack* e outras drogas e seus familiares. Esses 51 centros ofertaram 27,9 mil vagas com investimentos na ordem de R\$ 14,5 milhões.

Em 2013 também foram apresentadas as conclusões do Diagnóstico Nacional sobre o Consumo de *Crack* e outras Drogas, realizado em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade de *Princeton*. O Diagnóstico foi composto por duas partes: uma estimativa quantitativa dos usuários de *crack* nas capitais e uma pesquisa que detalhou em profundidade o perfil dessas pessoas no Brasil.

Em 2013, o Programa *Crack, é Possível Vencer* foi ampliado para os Municípios com população acima de 200 mil habitantes. Desses, 118 realizaram adesão, com pactuação de metas de expansão da rede de saúde, segurança pública e de assistência social até 2014. As ações visam aumentar a oferta de tratamento de saúde e de atenção aos usuários de drogas e ampliar atividades de prevenção. No eixo cuidado-saúde, é pactuada a ampliação dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD III – 24 horas), dos leitos em hospitais gerais, das Unidades de Acolhimento, dos Consultórios na Rua, de vagas de residência médica (psiquiatria e saúde mental) e de vagas em cursos de formação e qualificação para os profissionais de saúde que atendem a população com necessidades decorrentes do uso de *crack*, álcool e outras drogas.

Com relação à criação de vagas em comunidades terapêuticas, foi lançado edital em 2013, para habilitação e pré-qualificação de entidades voltadas para o acolhimento de pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de *crack* e outras drogas, com o objetivo de aumentar a oferta de vagas para o acolhimento gratuito e de qualidade a usuários e dependentes. O primeiro edital teve 255 instituições pré-selecionadas, e permitiu a formalização de 252 contratos, totalizando 5,5 mil vagas, no valor de R\$ 69 milhões. O novo edital teve 165 instituições cadastradas, e espera-se que a assinatura dos novos contratos em 2014 permita alcançar até dez mil vagas.

Para ampliar os canais de comunicação com a população, o Governo Federal investe na divulgação do serviço de utilidade pública Disque 132 (Vivavoz – Serviço de Orientações e Informações sobre Drogas). O atendimento telefônico do Disque 132 é gratuito, aberto a toda população brasileira, sem a necessidade de identificação. A central oferece orientações e informações sobre drogas, lícitas e ilícitas, condução de usuários em crise, indicação de centros de tratamento, esclarecimento de dúvidas sobre o consumo, prevenção, tratamento e serve de fonte de pesquisas escolares e acadêmicas. O serviço atende durante 24 horas por dia, sete dias da semana. Em 2013, foram registradas 284,2 mil ligações e realizados 40,7 mil atendimentos.

Outros canais de comunicação importante são o *site Crack, é Possível Vencer*, com atualização constante, que contou com 1.232.657 acessos no ano de 2013, e o Observatório do *Crack, é Possível Vencer*, que apresenta, em linguagem cidadã, os serviços e equipamentos oferecidos a sociedade e o balanço do Programa.

Para 2014, está prevista a capacitação de mais de 148 mil profissionais de diversas áreas de atuação, no eixo prevenção. Também estão previstas a manutenção e ampliação de 30 CRR que já encerraram os cursos para formação permanente dos





profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde, assistência social, sistema de justiça e segurança pública com usuários de *crack* e outras drogas, totalizando a oferta de mais 18 mil vagas para capacitação presencial. Além disso, busca-se a implantação de cinco novos CRR nos Estados em que ainda não existem polos de formação, gerando 1,5 mil novas vagas.

No eixo autoridade do Programa *Crack*, *é Possível Vencer*, em 2013 foi possível firmar termo de adesão ao Programa com 13 Estados, totalizando a adesão das 27 unidades da Federação, bem como de 118 Municípios prioritários. Foram entregues 64 bases móveis com sistema de videomonitoramento para todas as capitais, além de 134 veículos e 132 motocicletas. Foi iniciada ainda a implantação do sistema de videomonitoramento fixo, o qual deverá ser finalizado no primeiro trimestre de 2014. Além disso, em 2013, foram capacitados 3.417 profissionais de segurança pública para operação das bases móveis e 469 novos instrutores do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd).

Em 2014, serão capacitados mais 4,05 mil profissionais de segurança pública e 2,27 mil novos instrutores do Proerd. Além disso, serão entregues equipamentos aos Municípios que fizeram a adesão ao Programa, tais como bases móveis com videomonitoramento, veículos e pontos de videomonitoramento fixo.

Para mapear mais detalhadamente a situação e o perfil dos usuários de drogas no País, bem como acompanhar e avaliar os projetos que estão sendo desenvolvidos, está prevista para 2014 a realização das seguintes pesquisas: II Relatório Brasileiro sobre Drogas; I Levantamento sobre o Uso de Drogas no Sistema Carcerário; o III Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil; e a primeira pesquisa de avaliação da efetividade das comunidades terapêuticas.

No combate às organizações criminosas de tráfico de drogas, destacam-se os investimentos para a ampliação e desenvolvimento das ações do Grupo Especial de Investigações Sensíveis (Gise) e o consequente acréscimo no índice de apreensão de entorpecentes. As apreensões de drogas superaram os resultados de anos anteriores, dando-se destaque para a apreensão de dinheiro em espécie, que ultrapassou o montante de R\$ 21,8 milhões, enquanto que o total de patrimônio apreendido com organizações criminosas de tráfico de drogas, entre dinheiro, bens móveis e imóveis, atingiu o patamar de R\$ 80 milhões. O Programa, que priorizou investimentos na capacitação do policial e na atividade investigativa, trouxe resultados efetivos principalmente na repressão às organizações criminosas que atuam no tráfico de cocaína. Em paralelo, destacam-se as ações de erradicação da maconha, que possibilitaram a extração de mais de 838 mil pés de maconha, que equivalem a algo em torno de 250 toneladas de maconha que deixaram de ser introduzidas no comércio ilegal, representando um aumento de 35% em relação ao ano anterior.

